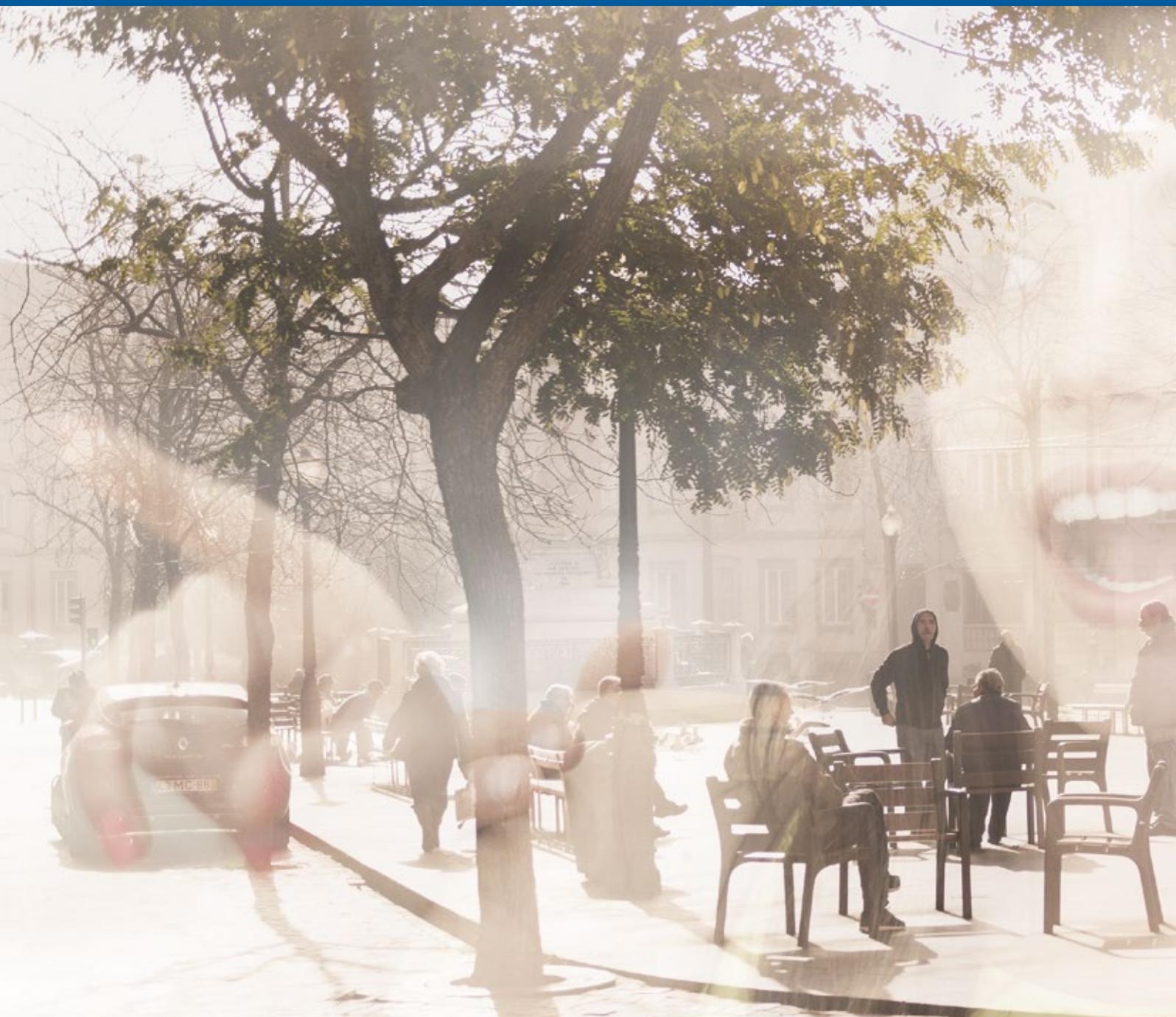
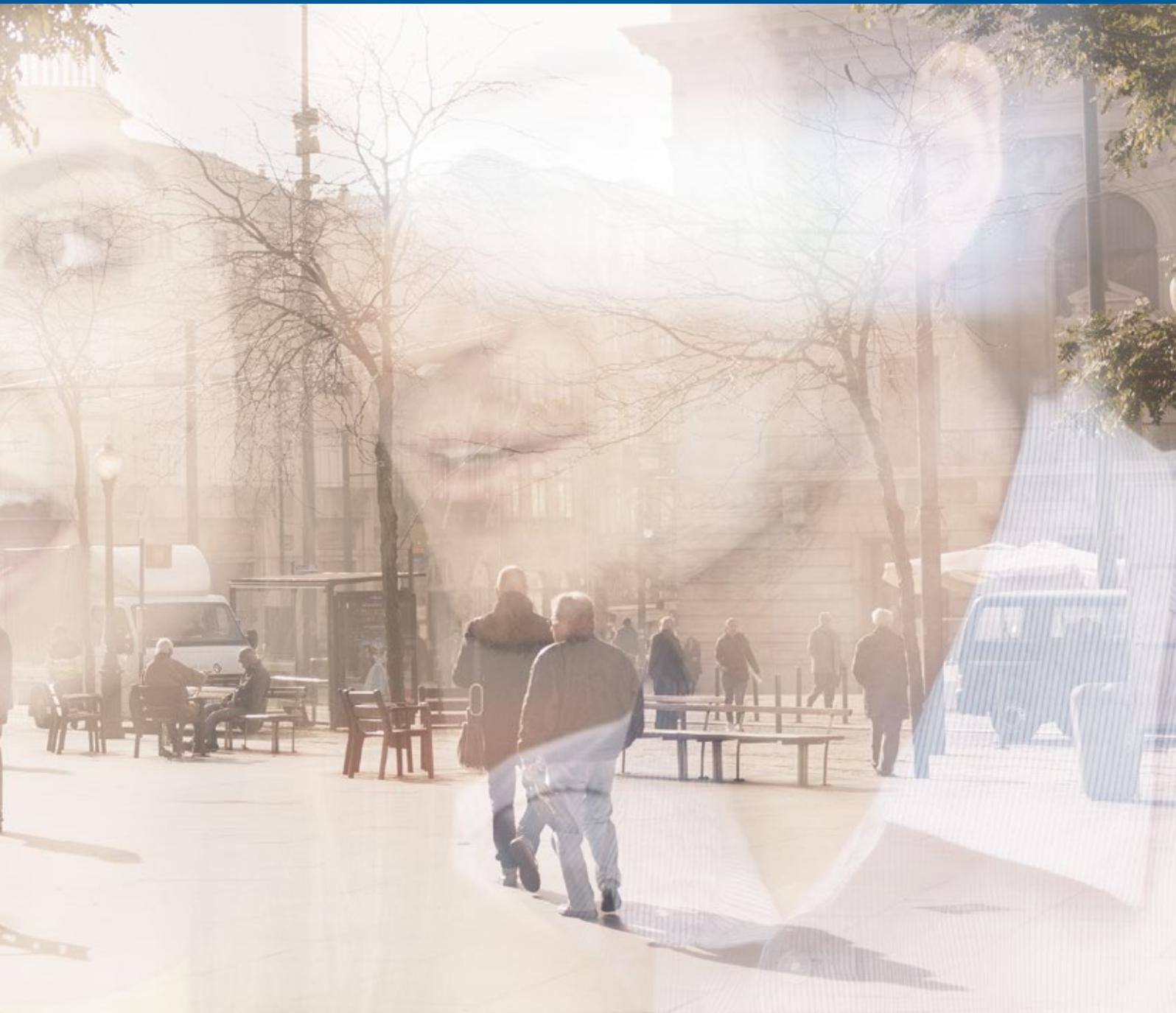




RELATÓRIO & CONTAS 2015



RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE



ÍNDICE

| | | | |
|--|-----------|---|-----------|
| Ø1 MENSAGEM DO PRESIDENTE | 7 | 3.5.1. Recursos Humanos | 42 |
| Ø2 O ANO DE 2015 | 11 | 3.5.2. Desenvolvimento Profissional | 44 |
| 2.1. Apresentação da Empresa | 11 | 3.5.3. Benefícios Sociais | 45 |
| 2.2. Principais Acontecimentos | 12 | 3.5.4. Segurança e Saúde dos Trabalhadores | 46 |
| 2.3. Evolução da Atividade | 13 | 3.5.5. Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais | 47 |
| 2.3.1. Indicadores | 13 | Ø4 GOVERNO DA SOCIEDADE | 49 |
| 2.3.2. Procura e Receita | 15 | 4.1. Missão, visão, valores e política | 49 |
| 2.3.3. Oferta | 17 | 4.2. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais | 50 |
| Ø3 RELATÓRIO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 21 | 4.2.1. Funções e responsabilidades | 54 |
| 3.1. Sistema Integrado de Gestão – Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho | 22 | 4.2.2. Curricula vitae dos membros do Conselho de Administração | 55 |
| 3.2. Responsabilidade Perante os Clientes | 23 | 4.3. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais | 57 |
| 3.2.1. Serviço Social | 24 | 4.3.1. Estatuto remuneratório | 57 |
| 3.2.2. A Satisfação do Cliente | 24 | 4.3.2. Remunerações e outras regalias | 60 |
| 3.2.3. A Comunicação e a Informação | 24 | 4.4. Objetivos de gestão e graus de cumprimento | 63 |
| 3.2.4. Projetos | 26 | 4.4.1. Plano de Redução de Custos (PRC) | 65 |
| 3.3. Responsabilidade Perante a Comunidade | 27 | 4.4.2. Gestão do risco financeiro e limites de Endividamento | 66 |
| 3.3.1. Frota | 27 | 4.4.3. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado | 67 |
| 3.3.2. Participar na vida da comunidade | 28 | 4.4.4. Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso | 67 |
| 3.3.3. Promover a segurança nos transportes | 31 | 4.5. Regulamentos internos e externos | 68 |
| 3.3.4. Museu do Carro Eléctrico | 32 | 4.6. Informação sobre as Transações Relevantes com Entidades Relacionadas | 69 |
| 3.3.5. Associações e parcerias | 37 | 4.7. Informação sobre Outras Transações | 70 |
| 3.4. Responsabilidade Ambiental | 39 | 4.7.1. Contratação pública | 70 |
| 3.5. Responsabilidade Perante os Trabalhadores | 42 | 4.7.2. Universo de transações fora das condições de mercado | 70 |

| | | | |
|---|-----------|--|------------|
| 4.7.3. Despesas não documentadas | 70 | 5.5. Resultados do Exercício | 80 |
| 4.7.4. Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE | 71 | 5.6. Proposta de Aplicação de Resultados | 83 |
| 4.7.5. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas | 71 | 5.7. Anexo ao Relatório de Gestão | 83 |
| 4.7.6. Frota Automóvel | 71 | | |
| 4.7.7. Publicidade Institucional | 71 | Ø6 PERSPETIVAS PARA 2016 | 85 |
| 4.8. Recomendações | 72 | | |
| 4.8.1. Recomendações do acionista | 72 | Ø7 CONTAS DO EXERCÍCIO 2015 | 89 |
| 4.8.2. Recomendações do Tribunal de Contas | 72 | | |
| 4.9. Gestão de riscos e sistemas de controlo | 72 | Ø8 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS | 141 |
| 4.10. Código de ética e conduta | 73 | | |
| 4.11. Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações | 73 | Ø9 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 145 |
| 4.12. Divulgação de informação | 73 | | |
| 4.13. Quadro resumo do cumprimento das obrigações legais | 74 | 10 OUTRAS INFORMAÇÕES | 157 |
| | | 10.1. Painel de Indicadores de Atividade | 157 |
| | | 10.2. Índice Global Reporting Initiative (GRI) | 163 |
| Ø5 RELATÓRIO DE GESTÃO | 77 | | |
| 5.1. Balanço do Ano | 77 | | |
| 5.2. Evolução patrimonial | 77 | | |
| 5.3. Investimento | 78 | | |
| 5.4. Financiamento | 78 | | |
| 5.4.1. Conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E | 79 | | |
| 5.4.2. Operações de financiamento do ano | 79 | | |
| 5.4.2.1. Concessão de financiamento | 79 | | |
| 5.4.2.2. Dotação de capital | 80 | | |
| 5.4.3. Instrumentos de gestão de risco financeiro | 80 | | |

MENSAGEM DO PRESIDENTE



01

Na verdade, 2015 foi um ano sensível não apenas do ponto de vista institucional e estratégico.

O atual Conselho de Administração tomou posse em 25 de janeiro de 2016, tendo por isso a responsabilidade de elaborar o Relatório e Contas relativo ao exercício de um ano em que não estava em funções. Se, dadas estas circunstâncias, a elaboração deste relatório é em termos gerais um exercício pouco confortável, a preparação da habitual mensagem do presidente é-o ainda mais. Tentámos que este relatório fosse o mais descritivo e imparcial, sem todavia poder evitar alguma possível influência e juízo de opinião sobre as opções tomadas.

Como resultado da orientação da Tutela de então, merece especial atenção, no ano de 2015, todo o processo relativo ao planeamento e lançamento de um concurso público com vista à subconcessão da operação e manutenção da rede da STCP. As decisões de adjudicação e contratação – ocorridas em primeiro lugar com o consórcio TMB/Moventis e, depois, com a empresa Alsa –, em ambos os casos fracassadas, foram centrais no exercício em análise.

A opção pela subconcessão da operação da STCP, que viria quebrar um nobre exemplo de décadas de serviço público de transporte, e que conduziria a um modelo de negócio totalmente privado, envolveu um conjunto significativo de quadros da empresa – que, sem juízos de valor e com incedível profissionalismo, trabalharam na preparação dos *dossiers* técnicos da subconcessão –, mas veio sobretudo adensar um cenário de incerteza e de receio quanto ao futuro. Naturalmente, as consequências ao nível da paz social e do clima de entendimento e cooperação com os organismos representantes dos trabalhadores não foram as mais positivas.

No final do ano, e por se terem detetado um conjunto de invalidades no processo de

contratação do operador privado, o Estado, através da atual tutela, único acionista da empresa, fez saber que a STCP permaneceria na esfera pública e que a sua operação e manutenção continuariam a ser asseguradas, em pleno, todos os dias, pelos seus quadros. Já no ano em curso o atual Conselho de Administração materializou esta ideia, já que, confirmando a existência destas invalidades, teve de proceder à anulação administrativa do contrato com o operador privado.

Garantida a permanência da STCP na esfera do Estado, e como é público, governo e autarquias da Área Metropolitana do Porto servidas pela STCP estudam, em conjunto, a definição de um modelo de gestão que envolva estas últimas na gestão da empresa, tendo objetivos bem definidos: garantir a melhor qualidade de serviço às populações, recuperando a confiança dos clientes.

Na verdade, 2015 foi um ano sensível não apenas do ponto de vista institucional e estratégico. Também em termos operacionais, condicionantes de várias ordens geraram instabilidade e uma redução da eficácia no serviço prestado. A impossibilidade de contratação de pessoal, desde há alguns anos imposta pelo governo, associada à expectável e natural aposentação de um conjunto significativo de funcionários, acabaram por ditar uma inevitável redução da oferta em mais de um milhão de quilómetros – cerca de 6 por cento. Em simultâneo, as questões laborais já aludidas em nada contribuíram para a necessária diminuição do absentismo, em especial do que decorre de greves. Conjugados estes fatores, a procura decresceu inevitavelmente 7,1 por cento em 2015, com reflexos na generalidade dos indicadores de desempenho e, naturalmente, na redução da receita.



Referência positiva para o desempenho das três linhas de Carro Elétrico da STCP que, ano após ano, continuam a cativar a atenção dos portuenses e dos turistas, conquistando cada vez mais passageiros.

Os resultados operacionais, negativos em 21,4 milhões de euros, apresentaram um agravamento de 13,3 milhões de euros relativamente a 2014. Ainda assim, graças a um bom desempenho dos resultados financeiros, que melhoraram em 36,5 milhões de euros, o exercício de 2015 terminou com os resultados líquidos a registarem uma melhoria de aproximadamente 42 por cento, diminuindo para os 31 milhões de euros negativos.

Referência positiva para o desempenho das três linhas de Carro Elétrico da STCP que, ano após ano, continuam a cativar a atenção dos portuenses e dos turistas, conquistando cada vez mais passageiros. Em 2015, este serviço transportou perto de 460 mil clientes, mais 10 por cento do que no ano anterior, contribuindo com um valor já razoavelmente expressivo para as receitas da empresa.

Destaque ainda para a reabertura, também no ano passado, do Museu do Carro Elétrico da STCP, na sequência de obras de reabilitação e da reposição de todas as condições de segurança estrutural e funcional. Com uma nova coleção permanente e novas zonas expositivas, dadas as suas características únicas e a qualidade do seu espólio, após três anos de encerramento, o Museu do Carro Elétrico volta a constituir-se como um relevante pólo de atração turística da cidade do Porto e do país.

A concluir, uma mensagem de estímulo para todos os trabalhadores da STCP e para os nossos clientes, razão da nossa existência. Garantida que está a continuidade da prestação do serviço de transporte público em autocarro e elétrico pelo efetivo operacional da empresa, assegurada a manutenção da missão e dos objetivos de serviço público que integram o património de quase 150 anos de história, é este o momento de viragem no sentido da recuperação. Recuperação da capacidade de resposta, nomeadamente com a integração progressiva, desde outubro de 2015, de novos motoristas. Recuperação da estabilidade, permitindo consolidar um padrão de referência na prestação do serviço de transporte público, para o qual a definição de um modelo de gestão que integre a participação ativa dos municípios em muito contribuirá. Mas acima de tudo, recuperação da qualidade de serviço e da confiança dos nossos clientes, da identidade da empresa e do orgulho de ser STCP.

Jorge Moreno Delgado

Presidente do Conselho de Administração

O ANO DE 2015

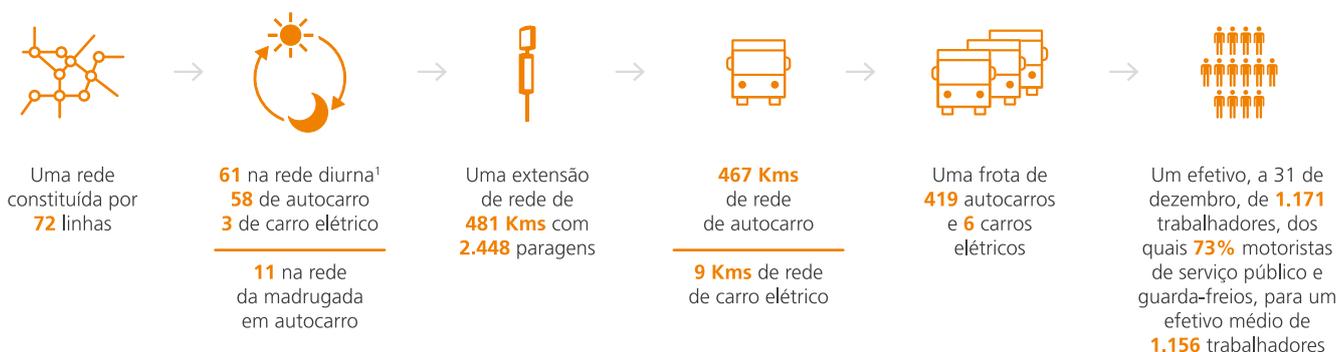


02

2.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- › É uma sociedade anónima de capital **100%** público
- › É a maior empresa de transportes públicos coletivos de passageiros da Área Metropolitana do Porto, com **69,2 milhões** de passageiros transportados no ano
- › Serve cerca de 900 mil habitantes de **33 freguesias** e de **6 concelhos**: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto

› Em 31 de dezembro a STCP tinha:



› Em 2015 a STCP:

| | | | |
|--|--|---|---|
| Percorreu 20,6 milhões de quilómetros | Transportou em média, por dia útil, 233 mil passageiros | Gerou um volume de negócios de 44,9 milhões de euros | Obteve um EBITDA ² negativo de 4,4 milhões de euros e um resultado operacional negativo de 21,4 milhões de euros |
|--|--|---|---|

¹ Das quais 36 têm serviço noturno.

² Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho e componente financeira das rendas de *leasing* operacional..

2.2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

| DATA | EVENTO |
|-------------|--|
| 02 mar | Alteração de percurso da linha 202, com novo término no Passeio Alegre |
| 16 mai | Noite dos Museus: viagem noturna em carro elétrico, animada por atores |
| 23 mai | XXV Desfile de carros elétricos históricos |
| 29 mai | Assembleia Geral Anual da STCP, S.A. |
| mai e jun | Realização de serviços especiais: Queima das Fitas, <i>NOS Primavera Sound</i> , Serralves em Festa e S. João |
| 09 jun | Publicação, em Diário da República, da Lei n.º 52/2015 que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros |
| 10 jun | Participação do Museu do Carro Elétrico no programa "Das Tripas Coração" inserido nas comemorações dos 600 anos da epopeia dos descobrimentos, promovido pela Câmara Municipal do Porto |
| 12 e 13 jun | Realização da feira " <i>Portugal Market</i> " no espaço exterior das instalações do Museu do Carro Elétrico |
| 17 jun | Comunicação, da Autoridade Metropolitana de Transporte do Porto, do aditamento dos títulos detidos pela STCP, ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóveis, às linhas exploradas ao abrigo da concessão entre o Estado e a STCP, passando a ser regidos pelo mesmo enquadramento contratual |
| 29 jun | Colaboração da STCP na logística da " <i>40th IATM CONFERENCE</i> ", realizada pela <i>International Association of Transport and Communications Museums</i> , e na apresentação do tema " <i>Tramcar's role in the evolution of Porto City – a vehicle for pleasure and labor</i> " |
| 31 jul | Memorando de Entendimento, celebrado entre o Estado Português e o Município do Porto, que pretendeu enquadrar e decidir um conjunto de questões que se encontravam pendentes entre o Estado Português e ou algumas das empresas por ele detidas e o referido Município |
| 01 out | Prolongamento de percurso e novo horário da linha 505 ao centro empresarial Lionesa |
| 26 out | Assinatura do contrato de subconcessão em modo autocarro por um período de 10 anos, com a empresa Alsa, submetido ao Tribunal de Contas para obtenção de visto prévio |
| out | Admissão de 30 motoristas |
| out | STCP adere ao Dia Nacional de Prevenção do Cancro de Mama – motoristas vestem <i>t-shirt</i> rosa |
| nov | Admissão de 15 motoristas |
| 27 nov | Cerimónia oficial de reabertura do Museu do Carro Elétrico |
| 06 dez | Circo de Natal promovido pelo Centro Cultural e Desportivo dos trabalhadores da STCP e Metro do Porto |
| dez | Admissão de 15 motoristas |
| 18 dez | Cerimónia de homenagem aos trabalhadores que completaram 25 anos de serviço |
| 28 dez | A Resolução da Assembleia da República n.º 145/2015, de 11 de dezembro, recomenda ao Governo a revogação e a reversão das subconcessões dos sistemas de transportes da STCP, S.A. e da Metro do Porto, S.A. |

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

2.3.1. Indicadores

| PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE [1] | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|--------|
| PROCURA E RECEITA | | | | | | | |
| Modo autocarro | | | | | | | |
| Passageiros | 10 ³ | 93.399 | 80.035 | 74.043 | 68.700 | -5.343 | -7,2% |
| Passageiros km | 10 ³ | 347.830 | 293.476 | 270.632 | 251.871 | -18.761 | -6,9% |
| Percurso médio por passageiro | km | 3,72 | 3,67 | 3,66 | 3,67 | 0,01 | 0,3% |
| Receita de serviço de transporte [2] | 10 ³ € | 49.443 | 45.632 | 44.715 | 41.426 | -3.290 | -7,4% |
| Modo carro elétrico | | | | | | | |
| Passageiros | 10 ³ | 362 | 387 | 414 | 457 | 43 | 10% |
| Passageiros km | 10 ³ | 582 | 605 | 666 | 745 | 80 | 12% |
| Percurso médio por passageiro | km | 1,61 | 1,56 | 1,61 | 1,63 | 0,02 | 1,3% |
| Receita de serviço de transporte [2] | 10 ³ € | 449 | 570 | 690 | 848 | 158 | 23% |
| Total STCP | | | | | | | |
| Passageiros | 10 ³ | 93.761 | 80.421 | 74.457 | 69.157 | -5.300 | -7,1% |
| Passageiros km | 10 ³ | 348.413 | 294.081 | 271.298 | 252.617 | -18.681 | -6,9% |
| Percurso médio por passageiro | km | 3,72 | 3,66 | 3,64 | 3,65 | 0,01 | 0,2% |
| Receita de serviço de transporte [2] | 10 ³ € | 49.892 | 46.202 | 45.405 | 42.274 | -3.132 | -6,9% |
| OFERTA | | | | | | | |
| Modo autocarro | | | | | | | |
| Veículos km | 10 ³ | 25.616 | 23.341 | 21.713 | 20.460 | -1.253 | -5,8% |
| Lugares km | 10 ³ | 2.300.922 | 2.114.507 | 1.979.573 | 1.876.416 | -103.157 | -5,2% |
| Taxa de ocupação | % | 15,1% | 13,9% | 13,7% | 13,4% | -0,2 pp | -1,8% |
| Modo carro elétrico | | | | | | | |
| Veículos km | 10 ³ | 115 | 116 | 111 | 111 | 0 | -0,3% |
| Lugares km | 10 ³ | 4.846 | 4.863 | 4.669 | 4.655 | -14 | -0,3% |
| Taxa de ocupação | % | 12,0% | 12,4% | 14,3% | 16,0% | 1,8 pp | 12% |
| Total STCP | | | | | | | |
| Veículos km | 10 ³ | 25.731 | 23.457 | 21.824 | 20.571 | -1.253 | -5,7% |
| Lugares km | 10 ³ | 2.305.768 | 2.119.370 | 1.984.242 | 1.881.072 | -103.171 | -5,2% |
| Taxa de ocupação | % | 15,1% | 13,9% | 13,7% | 13,4% | -0,2 pp | -1,8% |
| DESEMPENHO OPERACIONAL [1] | | | | | | | |
| Receita de serviço de transporte [2] | 10 ³ € | 49.892 | 46.202 | 45.405 | 42.274 | -3.132 | -6,9% |
| Receita / passageiro | cent. € | 53,2 | 57,5 | 61,0 | 61,1 | 0,1 | 0,2% |
| Receita / passageiro km | cent. € | 14,3 | 15,7 | 16,7 | 16,7 | 0,00 | -0,01% |
| Receita / lugar km | cent. € | 2,16 | 2,18 | 2,29 | 2,25 | 0,0 | -1,8% |
| Gastos operacionais [3] | 10 ³ € | 59.790 | 55.600 | 51.583 | 49.350 | -2.233 | -4,3% |
| Gasto operacional / Passageiro | cent. € | 63,8 | 69,1 | 69,3 | 71,4 | 2,1 | 3,0% |
| Gasto operacional / Passageiro km | cent. € | 17,2 | 18,9 | 19,0 | 19,5 | 0,52 | 2,7% |
| Gasto operacional / Lugar km | cent. € | 2,59 | 2,62 | 2,60 | 2,62 | 0,0 | 0,9% |
| Taxa de cobertura receita [2] / [3] | % | 83,4% | 83,1% | 88,0% | 85,7% | -2,36 pp | -2,7% |
| RESULTADOS | | | | | | | |
| Resultados operacionais | 10 ³ € | -10.170 | -6.425 | -7.858 | -21.140 | -13.282 | -169% |
| Resultados financeiros [4] | 10 ³ € | -63.215 | -8.758 | -46.976 | -10.465 | 36.510 | 78% |
| Resultados líquidos [4] | 10 ³ € | -73.439 | -15.224 | -54.847 | -31.617 | 23.230 | 42% |
| EBITDA (de gestão) [5] | 10 ³ € | 4.432 | 5.774 | 1.406 | -4.419 | -5.825 | -414% |

[1] Com dados dos contratos de exploração (produção contratada), inexistente a partir de out.13.

[2] Inclui compensação de tarifário social andante, valores líquidos de IVA.

[3] Gastos operacionais sem depreciações, provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor, componente financeira do leasing operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

[4] Inclui variação de justo valor e juros com SWAPS.

[5] Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho e componente financeira das rendas de leasing operacional.



700 CAMPO

2957

TP
Alvora nº 432/2012

MAN

71-LG-11



2.3.2. Procura e receita

Procura

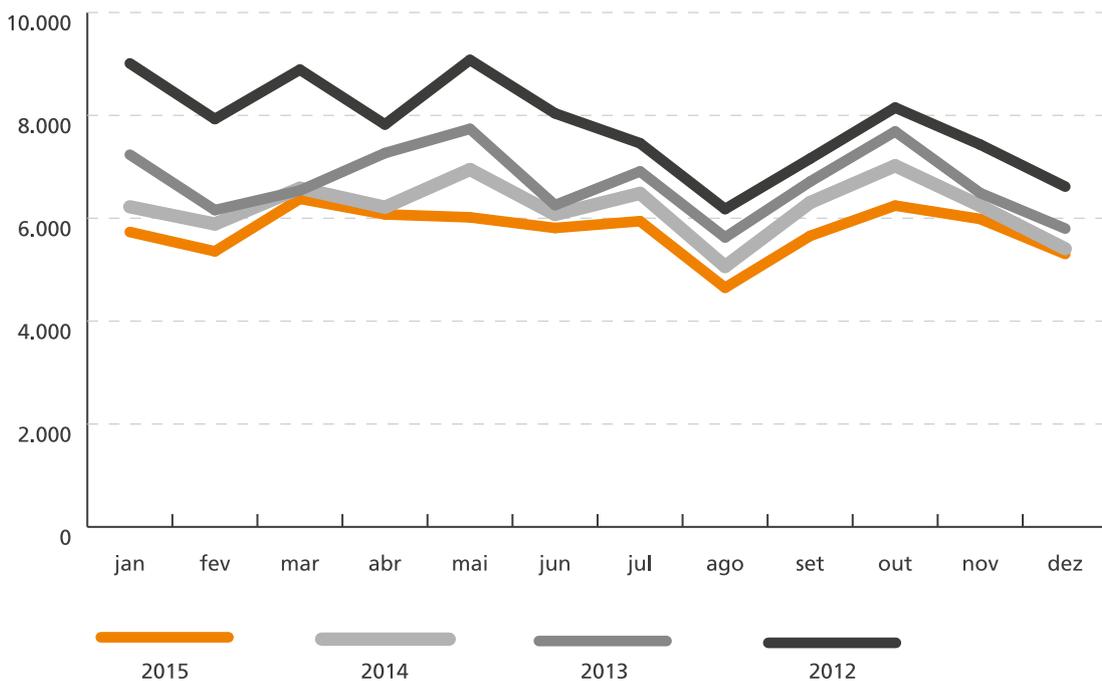
A STCP transportou 69,2 milhões de passageiros em 2015, menos 5,3 milhões que em 2014 (-7,1%).

| PROCURA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|--------------------------------------|-----------------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| PRODUÇÃO PRÓPRIA | | | | | | | |
| Passageiros | 10 ³ | 85.062 | 78.675 | 74.457 | 69.157 | -5.300 | -7,1% |
| Passageiros km | 10 ³ | 307.643 | 284.882 | 271.298 | 252.617 | -18.681 | -6,9% |
| Percurso médio por passageiro | km | 3,62 | 3,62 | 3,64 | 3,65 | 0,01 | 0,2% |
| PRODUÇÃO AUTOCARRO CONTRATADA | | | | | | | |
| Passageiros | 10 ³ | 8.699 | 1.746 | 0 | 0 | | |
| Passageiros km | 10 ³ | 40.769 | 9.198 | 0 | 0 | | |
| Percurso médio por passageiro | km | 4,69 | 5,27 | N.A. | N.A. | | |
| TOTAL STCP | | | | | | | |
| Passageiros | 10 ³ | 93.761 | 80.421 | 74.457 | 69.157 | -5.300 | -7,1% |
| Passageiros km | 10 ³ | 348.413 | 294.081 | 271.298 | 252.617 | -18.681 | -6,9% |
| Percurso médio por passageiro | km | 3,72 | 3,66 | 3,64 | 3,65 | 0,01 | 0,2% |

O modo autocarro assume a responsabilidade desta quebra que resulta nomeadamente de problemas verificados no cumprimento da oferta planeada por défice do efetivo tripulante, pelo aumento de oferta de linhas de outros operadores com tarifário intermodal em concorrência com a rede da STCP, e ainda pelo elevado nível de desemprego que se continua a verificar na região.

Em sentido inverso, o modo carro elétrico, que representa 0,7% da procura global e que assume claramente uma vertente turística, registou um aumento de passageiros de 10,5% (+43 mil passageiros).

Passageiros por mês (em milhares)



Passageiros por tarifário e título de transporte

| PASSAGEIROS | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|------------------------|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| TARIFÁRIO | | | | | | | |
| Tarifário intermodal | 10 ³ | 46.618 | 65.928 | 62.620 | 58.687 | -3.932 | -6,3% |
| Tarifário monomodal | 10 ³ | 47.143 | 14.493 | 11.837 | 10.470 | -1.367 | -12% |
| % tarifário intermodal | % | 50% | 82% | 84% | 85% | 0,8 pp | 0,9% |
| TÍTULO | | | | | | | |
| Assinaturas | 10 ³ | 74.842 | 63.695 | 58.841 | 54.278 | -4.563 | -7,8% |
| Titulos ocasionais [1] | 10 ³ | 15.711 | 13.847 | 12.913 | 12.169 | -744 | -5,8% |
| Agente único | 10 ³ | 3.208 | 2.879 | 2.703 | 2.710 | 7 | 0,3% |
| PASSAGEIROS | 10³ | 93.761 | 80.421 | 74.457 | 69.157 | -5.300 | -7,1% |

[1] inclui diários e especiais.

Os passageiros com tarifário intermodal andante registaram em 2015 uma redução de 6,3%, menos 3,9 milhões de passageiros, face a 2014. Este tarifário foi utilizado por 85% dos passageiros no ano, cerca de 58,7 milhões de validações.

As assinaturas foram utilizadas por cerca de 78% dos passageiros, registando uma redução de 7,8%, menos 4,6 milhões de passageiros relativamente a 2014.

O agente único, título de venda a bordo, alterou em 2015 a evolução negativa que vinha a registar em anos anteriores, verificando um aumento de 0,3%.

Receita do serviço de transporte

A receita em 2015 acompanha a redução da procura, atingindo os 42,3 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição de 3,1 milhões de euros, (-6,9%), face a 2014.

Em 2015 não houve aumento de tarifas de transporte.

| RECEITA [1] | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|-------------------------------|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Produção própria | 10 ³ € | 45.010 | 45.166 | 45.405 | 42.274 | -3.132 | -6,9% |
| Produção autocarro contratada | 10 ³ € | 4.882 | 1.036 | 0 | 0 | | |
| Total STCP | 10³€ | 49.892 | 46.202 | 45.405 | 42.274 | -3.132 | -6,9% |

[1] Inclui compensação de tarifário social andante, valores líquidos de IVA.

Receita por tarifário e título de transporte

| RECEITA [1] | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|------------------------|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| TARIFÁRIO | | | | | | | |
| Tarifário intermodal | 10 ³ € | 23.652 | 36.048 | 36.126 | 33.331 | -2.795 | -7,7% |
| Tarifário monomodal | 10 ³ € | 26.240 | 10.154 | 9.280 | 8.943 | -337 | -3,6% |
| % tarifário intermodal | 10 ³ € | 52,5% | 79,8% | 79,6% | 78,8% | -0,7 pp | -0,9% |
| TÍTULO | | | | | | | |
| Assinaturas | 10 ³ € | 30.891 | 29.081 | 28.966 | 26.287 | -2.679 | -9,3% |
| Titulos ocasionais [2] | 10 ³ € | 13.569 | 12.233 | 11.723 | 11.257 | -467 | -4,0% |
| Agente único | 10 ³ € | 5.432 | 4.888 | 4.716 | 4.730 | 14 | 0,3% |
| Receita [1] | 10³€ | 49.892 | 46.202 | 45.405 | 42.274 | -3.132 | -6,9% |

[1] Inclui compensação de tarifário social andante, valores líquidos de IVA.

[2] Inclui diários e especiais.

As assinaturas representaram cerca de 62% da receita total, o agente único 11% e os restantes 27% respeitaram aos títulos ocasionais.

A receita intermodal atingiu 79% da receita do ano, cerca de menos 0,7 p.p. do que em 2014.

O carro elétrico, de carácter eminentemente turístico, registou um aumento de receita de 23%, representando 2% (848 mil euros) da receita total.

Rede de vendas

No final de 2015 existiam 859 locais para carregamento dos títulos de transporte, distribuídos pelos vários concelhos servidos pela STCP.

A partir de 1 de julho de 2015, com a integração do Posto de Atendimento da STCP localizado no interfaço do Bom Sucesso, na rede de lojas Andante, a STCP deixou de ter postos de atendimento próprios.

Fiscalização dos títulos de transporte

Em maio foi dado início a um novo contrato para a prestação do serviço de fiscalização.

Em 2015 a taxa de fiscalização de viagens foi de 2,9% e a taxa de fiscalização de passageiros, medida através do rácio passageiros fiscalizados pelos passageiros totais, foi de 1,2%. A taxa de fraude, detetada pelos agentes de fiscalização, foi de 0,42%, tendo sido emitidos 3.489 autos de notícia.

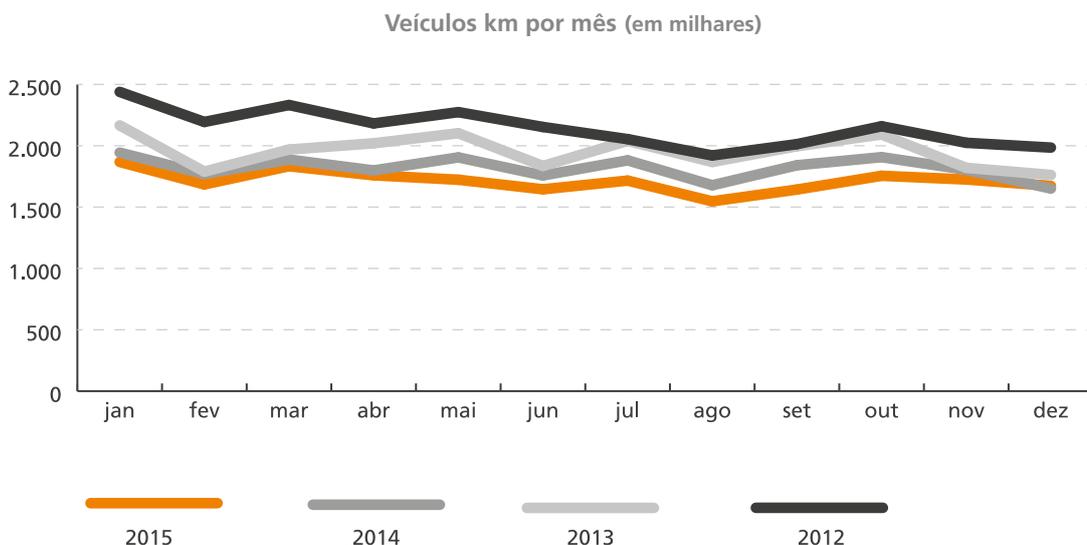
2.3.3. Oferta

A oferta foi de 20,6 milhões de veículos km em 2015, apresentando uma redução de 5,7% (-1,3 milhões de veículos km) face a 2014.

| OFERTA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|--------------------------------------|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-------|
| PRODUÇÃO PRÓPRIA | | | | | | | |
| Veículos km | 10 ³ | 22.826 | 22.655 | 21.824 | 20.571 | -1.253 | -5,7% |
| Lugares km | 10 ³ | 2.080.154 | 2.054.399 | 1.984.242 | 1.881.072 | -103.171 | -5,2% |
| Horas | 10 ³ | 1.468 | 1.446 | 1.397 | 1.309 | -88 | -6,3% |
| Lotação média | lugares | 91,1 | 90,7 | 90,9 | 91,4 | 0,5 | 0,6% |
| Velocidade média | km/h | 15,6 | 15,7 | 15,6 | 15,7 | 0,09 | 0,6% |
| Taxa de ocupação | % | 14,8% | 13,9% | 13,7% | 13,4% | -0,2 pp | -1,8% |
| PRODUÇÃO AUTOCARRO CONTRATADA | | | | | | | |
| Veículos km | 10 ³ | 2.905 | 802 | N.A. | N.A. | | |
| Lugares km | 10 ³ | 225.614 | 64.971 | N.A. | N.A. | | |
| Lotação média | lugares | 78 | 81 | N.A. | N.A. | | |
| Taxa de ocupação | % | 18,1% | 14,2% | N.A. | N.A. | | |
| TOTAL STCP | | | | | | | |
| Veículos km | 10 ³ | 25.731 | 23.457 | 21.824 | 20.571 | -1.253 | -5,7% |
| Lugares km | 10 ³ | 2.305.768 | 2.119.370 | 1.984.242 | 1.881.072 | -103.171 | -5,2% |
| Lotação média | lugares | 89,6 | 90,4 | 90,9 | 91,4 | 0,5 | 0,6% |
| Taxa de ocupação | % | 15,1% | 13,9% | 13,7% | 13,4% | -0,2 pp | -1,8% |

Pese embora o planeamento de serviço de transporte de 2015 não tenha verificado redução significativa face ao ano anterior, a diminuição de serviço prestado teve como principal causa dificuldades operacionais, que levaram à não realização de viagens previstas.

Em 2015, o carro elétrico representou 0,5% da oferta total.



Taxa de cumprimento de viagens da produção interna

| TAXA DE CUMPRIMENTO DE VIAGENS | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Viagens planeadas autocarro [1] | 2.075.274 | 2.083.561 | 2.056.633 | 2.036.178 | -20.455 | -1,0% |
| Viagens perdidas autocarro [2] | 16.937 | 50.842 | 98.851 | 177.149 | 78.298 | 79,2% |
| Taxa de cumprimento das viagens autocarro | 99,2% | 97,6% | 95,2% | 91,3% | -3,9 pp | -4,1% |
| Viagens planeadas carro elétrico [3] | 45.018 | 43.201 | 35.791 | 30.508 | -5.283 | -14,8% |
| Viagens perdidas carro elétrico [3] | 1.395 | 1.477 | 1.927 | 3.501 | 1.574 | 81,6% |
| Taxa de cumprimento das viagens carro elétrico | 96,9% | 96,6% | 94,6% | 88,5% | -6,1 pp | -6,4% |

[1] Fonte: Departamento de Operações (Sistema de Ajuda à Exploração e Informação).

[2] Fonte: Departamento de Operações (Sistema Integrado de Comunicação de Ocorrências), excluindo dias de greve e/ou plenários.

[3] Fonte: Unidade de Carro Elétrico.

A taxa de cumprimento de viagens de autocarro foi de 91,3%, registando um agravamento de 3,9 p.p. em comparação com o ano de 2014. Cerca de 85% das viagens perdidas foram por falta de motoristas na escala e 10% por motoristas em falta no dia.

No modo carro elétrico, a taxa de cumprimento de viagens foi de 88,5%, inferior ao valor registado em 2014 em 6,1 p.p.. Cerca de 46% das viagens perdidas foram por falta de pessoal e 10% por estacionamento indevido na via de carril.

Desvios da rede

Os desvios efetuados no percurso linhas de serviço público resultaram essencialmente de eventos desportivos, sociais ou culturais, que ocuparam a via pública e de obras realizadas na via. Em 2015 constata-se um acréscimo na quantidade de desvios, 286, mais 39 do que em 2014, apesar da sua duração média ter reduzido.

Taxa de acidentes por embate

Registou-se em 2015 uma taxa de 54 acidentes por cada milhão de quilómetros percorridos, quando em 2014 foi de 38, verificando-se assim um aumento de 42%, tendo o total de acidentes no ano sido de 1.114.



| DESVIOS | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|----------------------------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|
| Por obras | 170 | 169 | 144 | 169 | 25 | 17% |
| Por eventos | 80 | 97 | 103 | 117 | 14 | 14% |
| Total de desvios | 250 | 266 | 247 | 286 | 39 | 16% |
| Duração média dos desvios (dias) | 16 | 12 | 7 | 5 | -2 | -29% |

Operação Via Livre

A STCP, através da operação Via Livre, resultante de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto e assegurado conjuntamente com a Polícia Municipal do Porto, desenvolve uma ação de combate ao estacionamento abusivo tendo em vista melhorar as condições de circulação de transporte público e através disso aumentar a sua eficiência.

Também ao abrigo deste protocolo tem funcionado um grupo de trabalho, envolvendo as três entidades, tendo em vista a procura de soluções expeditas para melhorar a fluidez do trânsito em geral.

Em 2015 o resultado desta atuação foi o seguinte:

| OPERAÇÃO VIA LIVRE | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Multas | 3.309 | 4.433 | 3.918 | 3.812 | -106 | -2,7% |
| Bloqueamentos | 210 | 286 | 86 | 43 | -43 | -50% |
| Reboques | 201 | 284 | 83 | 48 | -35 | -42% |
| Medidas corretivas | 3.720 | 5.003 | 4.087 | 3.903 | -184 | -4,5% |

Corredores BUS

Os corredores BUS, disponibilizados à circulação das linhas da STCP, representam apenas 5% da cobertura total da rede viária servida pela STCP e localizam-se maioritariamente no Porto. Em 2015 existiam cerca de 24.135 metros de Corredores BUS, 1.045 (4,3%) dos quais serviam apenas para delimitar zonas de paragem.

RELATÓRIO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



3129



movido a gás natural

502



ATRAVESSE NO FIM DO CAIS. OBRIGADO →

Ø3

Ao longo dos últimos anos, a STCP tem mantido sempre um comprometimento com a *Union Internationale des Transports Publics* (UITP), na área da sustentabilidade, mantendo-se atualmente como *Full Signatory Member* da carta de sustentabilidade da UITP.

A STCP tem como prática, desde 2006, incorporar a temática da sustentabilidade no relatório e contas anual. Esta abordagem permite que a sustentabilidade obtenha um lugar de destaque no contexto do relato empresarial, conferindo aos aspetos sociais e ambientais do desempenho empresarial uma importância acrescida.

Neste capítulo sobre desenvolvimento sustentável são incluídos indicadores económicos (amplamente desenvolvidos no capítulo 4. e 5.), sociais e ambientais, cuja elaboração teve por orientação as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI G3), que evidenciam o desempenho e as práticas da Empresa na área da sustentabilidade, promovendo a transparência em relação à sustentabilidade das atividades da empresa, e disponibilizando informação considerada relevante para diferentes grupos de interesse – Clientes, Colaboradores, entre outros.

São também divulgados princípios, práticas e iniciativas, desenvolvidos para melhorar o desempenho da Empresa, no que respeita aos impactos económicos, ambientais e sociais, no exercício da sua atividade.

Ao longo dos últimos anos, a STCP tem mantido sempre um comprometimento com a *Union Internationale des Transports Publics* (UITP), na área da sustentabilidade, mantendo-se atualmente como *Full Signatory Member* da carta de sustentabilidade da UITP. A adesão a esta Carta é voluntária e pretende garantir que os seus Membros aplicam as melhores práticas de desenvolvimento sustentável e melhoria contínua na prossecução das suas atividades.

Estes compromissos da STCP, como operador de transporte público na Área Metropolitana do Porto, encontram-se expressos na sua missão e política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho da empresa (ponto 4.1.).



3.1. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO – QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Desde 2008 que a STCP possui o sistema de gestão certificado por três referenciais normativos:

- › NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade.
- › NP EN ISO 14001:2012 – Sistemas de Gestão Ambiental.
- › OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

O terceiro ciclo trienal de certificação termina em dezembro de 2017. O seu âmbito estende-se a todas as

instalações e atividades, com exceção das que se relacionam com o Museu do Carro Elétrico e instalações desativadas.

Ao longo da sua história centenária a STCP tem sido chamada a assumir as suas responsabilidades perante a comunidade que serve, na prestação do serviço de transporte público de passageiros. Com estas certificações, a STCP, demonstra a sua intenção de se posicionar entre as melhores empresas de transporte público de passageiros, na promoção dum transporte sustentável do ponto de vista ambiental e da segurança dos seus trabalhadores.



Gestão da qualidade

Com a possibilidade da STCP vir a ter o seu serviço de transporte, em modo autocarro, subconcessionado, acontecimento que entretanto não se verificou, o ano de 2015 ao nível da gestão da qualidade não teve eventos relevantes a assinalar.

Auditoria interna de certificação e auditoria anual de renovação

A STCP assegurou a realização das suas auditorias internas com recursos humanos internos, recorrendo à sua bolsa de auditores. No quarto trimestre decorreu a auditoria de acompanhamento das certificações do sistema de gestão, nas vertentes da qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, realizada por uma Entidade Certificadora, que determinou a adequabilidade do sistema de gestão da STCP aos referenciais em que se encontra certificado.

Externamente, a STCP continua a contribuir para o panorama normativo nacional do setor dos transportes, através da participação que mantém desde há cerca de uma década, na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização – CT 148 (transportes, logística e serviços), à qual preside. Foi nessa condição que colaborou e presidiu a uma sessão temática sobre a qualidade nos transportes, integrada no 2º Fórum SPQ Expo 2015 / 40º Colóquio da Qualidade, organizados pela APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade e IPQ

– Instituto Português da Qualidade, nos dias 12 e 13 de novembro de 2015.

A CT 148, enquanto órgão técnico de normalização que visa a elaboração de documentos normativos e a emissão de pareceres a nível nacional e em cooperação com o organismo europeu de normalização, situa a sua atuação no âmbito do transporte de passageiros, de mercadorias, da logística e dos parques de estacionamento. Nela estão representados os principais intervenientes nestas áreas, a nível nacional, operadores de transportes, operadores logísticos, representante dos consumidores, entidades certificadoras, associações de profissionais e empresas ligadas ao setor.

Gestão ambiental

Os aspetos relacionados com a gestão ambiental encontram-se desenvolvidos no ponto 3.4..

Gestão da segurança e saúde do trabalho.

Os aspetos relacionados com a gestão da segurança e saúde do trabalho encontram-se desenvolvidos no ponto 3.5..

3.2. RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES

A responsabilidade da STCP perante os clientes é um dos principais compromissos da política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, concretizando-se em:

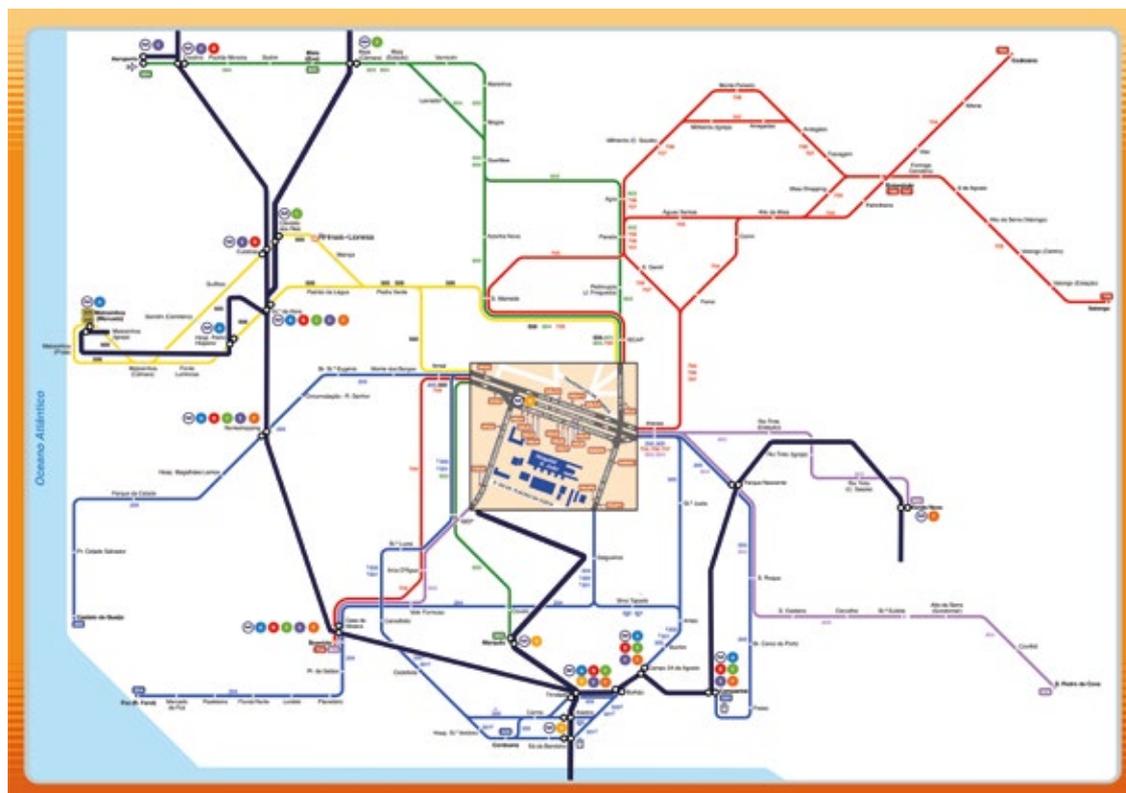
- › Acompanhar a evolução da procura e assegurar a oferta adequada;
- › Melhorar o cumprimento do serviço programado, pese embora os constrangimentos externos;
- › Cumprir o dever da informação atempada sobre a rede, horários e tarifários;
- › Acolher com receptividade as sugestões e reclamações, procedendo à sua análise e ao desenvolvimento das ações viáveis e com interesse;
- › Prestar um serviço competente, com segurança, simpatia e urbanidade, graças a uma adequada política de formação dos recursos humanos;
- › Manter atenção especial aos clientes com mobilidade reduzida, ampliando as suas condições de mobilidade e acesso à informação.

Em 2015 foi assumida a estabilização do planeamento de toda a atividade da STCP face à estratégia assumida de subconcessionar a operação, em modo autocarro, da empresa. Assim, mantiveram-se perante os clientes os principais compromissos da política de qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, bem como a operação da rede com 72 linhas de serviço público, 69 em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico, prestando um serviço 24h por dia, nos 365 dias do ano.

Salienta-se a melhoria da oferta registada na linha 505, para servir o Centro Empresarial Lionesa, onde foram relocizados novos serviços e onde se registava carência de transporte público, e a alteração da oferta da linha 202, para estabelecer uma melhor ligação entre a zona do Passeio Alegre e a Boavista, no Porto.

Após autorização expressa da Tutela para a contratação de motoristas, iniciou-se em setembro, um programa de novas admissões de motoristas e guarda-freios, no sentido de colmatar a falta de efetivo deste tipo de profissionais, verificada na empresa, agora com o objetivo de assegurar o serviço definido.

Mapa de transportes Lionesa – acessos a partir da linha 505



3.2.1. Serviço social

Foi sempre efetuada e preservada pela STCP uma oferta de cariz social, garantindo a mobilidade a zonas geográficas, e em horários, sem interesse do ponto de vista comercial.

Apresenta-se, no quadro seguinte, uma estimativa de cálculo do custo de serviço social tendo por base a valorização dos quilómetros realizados em serviço social e o cálculo da insuficiência tarifária do tarifário monomodal:

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|--|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Veículos km serviço social [1] | 10 ³ | 8.315 | 7.791 | 7.622 | 7.230 | -393 | -5,2% |
| % Veículos km serviço social | % | 32% | 33% | 35% | 35% | 0,2 pp | 0,7% |
| Titulos sociais vendidos [2] | 10 ³ | 301 | 102 | 83 | 79 | -3 | -4,1% |
| % insuficiência tarifária | % | 3,7% | 0,03% | 1,63% | 2,00% | 0,4 pp | 23% |
| Estimativa custo serviço social | 10³€ | 18.736 | 15.933 | 15.062 | 13.882 | -1.180 | -7,8% |
| Custo veículo km serviço social | 10³€ | 16.886 | 15.920 | 14.324 | 13.038 | -1.286 | -9,0% |
| Insuficiência tarifária [3] | 10³€ | 1.850 | 13 | 738 | 845 | 106 | 14% |

[1] considerando a rede da madrugada, o serviço nocturno, o serviço de sábados, domingos e feriados e linhas Z.

[2] considerando as quantidades das assinaturas monomodais: 3ª idade e Reformado e Pensionista, Estudante e Menores.

[3] considerando o diferencial de preço das assinaturas monomodais normais, para as assinaturas monomodais 3ª idade e Ref. e Pensionista, Estudante, Menores, reduzido do valor recebido do PAII – Programa de Apoio Integrado a Idosos, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

3.2.2. A satisfação do cliente

Avaliação da satisfação do cliente

Em 2015 não foi realizado o estudo de satisfação e imagem da STCP devido essencialmente à estratégia prevista de subconcessão do sistema de transporte em modo autocarro, cujo início se estimava inicialmente para abril de 2015, o que não veio a ocorrer.

A satisfação do cliente em 2015 foi assim aferida com base nos contactos dos clientes, designadamente através das reclamações, sugestões e comentários.

Reclamações de clientes

Foram registadas 3.664 reclamações, mais 36% do que no ano anterior. Destacam-se as reclamações por incumprimento de horários que registaram um aumento de 36%, tendo sido responsáveis por 87% do total. As reclamações relacionadas com o comportamento de colaboradores, embora representando 8% das reclamações de 2015, registaram uma redução de 13%.

A evolução e o nível dos incumprimentos de horários realçados nas reclamações foram alguns dos indicadores tomados como base para a STCP apresentar perante a Tutela, o pedido formal de autorização para a contratação de motoristas e guarda-freios, efetivo de que a empresa carecia para o cumprimento da oferta planeada. Em setembro deu-se início a um programa de contratação de motoristas que se prolongará para além do ano de 2015.

As reclamações foram efetuadas maioritariamente através da Linha Azul (85%), quer por telefone quer por correio eletrónico, 5% no Livro de Reclamações e as restantes via postos de venda ou via CTT.

3.2.3. A Comunicação e a informação

Site STCP

A procura de informação através do *site* STCP continuou a crescer em 2015, tendo registado um aumento de visitas na ordem dos 20% face ao ano anterior, atingindo uma média mensal de 240 mil visitas. As pesquisas mais efetuadas foram relativas a horários e tarifários específicos de linhas.

Aplicação MOVE-ME

A aplicação MOVE-ME reúne informação intermodal em tempo real sobre os operadores públicos do Porto e informação sobre a oferta planeada de 13 operadores privados, permitindo o acesso a um conjunto diversificado de informação, incluindo previsões SMSBUS da STCP, e ao cálculo de percursos com horários em tempo real ou planeados.

A procura de informação em plataformas móveis continuou a registar um crescimento exponencial em 2015. Foram efetuados mais de 10 milhões de pedidos de horários na paragem com linhas STCP, o triplo relativamente ao ano anterior, e quase 110 mil pedidos de rotas STCP, o dobro em relação a 2014.

Os pedidos de horários com linhas STCP representaram cerca de 90% dos pedidos totais nesta aplicação, enquanto as rotas com STCP representaram aproximadamente 75% das soluções totais apresentadas.

| | 2014 | 2015 | % | STCP/TOTAL |
|--|-----------|------------|------|------------|
| Pedidos de horários nas paragens | 3.002.148 | 11.109.104 | 270% | |
| Pedidos de horários nas paragens APENAS STCP | 2.711.707 | 10.060.538 | 271% | 91% |
| Pedidos de cálculos de rotas | 100.771 | 141.450 | 40% | |
| Pedidos de cálculos de rotas com STCP no resultado | 69.160 | 107.586 | 56% | 76% |

Redes Sociais

O *Facebook* registou um crescimento de cerca de 10% no total de Gostos, ultrapassando os 13.000 no final do ano. A publicação com maior alcance foi sobre o envolvimento dos motoristas e guarda-freios na iniciativa da Liga Portuguesa Contra o Cancro, realizada a 30 de outubro. A publicação com fotos dos motoristas, envergando a *t-shirt* cor-de-rosa, teve cerca de 60.000 visualizações e mais de 7.000 envolveram uma ação – comentário, clique ou partilha.

Em momentos como este em que a STCP se projeta publicamente, envolvendo-se na comunidade, tem-se assistido a um crescimento acima da média no número de Gostos da página, indiciando assim que um dos valores fundamentais da STCP – a consciência social – tem impacto na imagem e reputação da empresa.

Em sentido inverso menciona-se o acréscimo de comentários e avaliações negativas em 2015 associados a falhas de serviço. Estes comentários representaram, no entanto, oportunidades para a empresa melhor explicar os problemas registados na sua operação, as ações que encetou para os colmatar, demonstrando a atenção que os seus clientes lhe merecem, ouvindo-os.

A STCP mantém presença em outros media sociais como o *Twitter*, *Vimeo*, *Youtube*, *Slideshare* e *Flickr*, com menor expressão.

SMSBUS

O serviço SMSBUS, horários em tempo real através de mensagem de texto de valor acrescentado, manteve a tendência de queda de pedidos face ao ano anterior, na ordem dos 29%. Os pedidos totais no ano foram cerca de 270.000, correspondendo à média mensal de aproximadamente 22.000 pedidos. Em contrapartida realça-se o crescimento da utilização das alternativas gratuitas existentes: aplicação MOVE-ME para consulta de horários em tempo real, *widget* SMSBUS para computador e o próprio *site* stcp.pt.

Displays eletrónicos nos autocarros

Para além de terem gerado receitas de publicidade, a função principal dos *displays* eletrónicos continuou a ser a informação aos clientes, sobretudo para fazer face à dificuldade de comunicar alterações de última hora e de grande abrangência geográfica, tais como desvios de percurso de linhas, normalmente devido a eventos com grande impacto na utilização das vias.

Este meio tem sido também utilizado para fazer chegar aos passageiros mensagens de carácter pedagógico e de sensibilização para uma correta utilização dos transportes públicos, ou para campanhas específicas da própria Empresa.

Informação dinâmica em ecrãs

Foi mantida a informação sobre previsões de chegadas em tempo real dos autocarros STCP às quatro principais estações de metro: Campanhã, Trindade, S. Bento e Casa da Música.

Linha Azul

Em 2015 a Linha Azul deu resposta a cerca de 100 mil contactos telefónicos, correspondendo a aproximadamente 320 chamadas dia, representando um aumento de 40% em relação ao ano anterior. Por *email* efetuou ainda o tratamento, ou encaminhamento interno, de questões, reclamações ou sugestões expostas em cerca de 6.000 mensagens de correio eletrónico.

Perdidos e achados

A Linha Azul tratou 4.119 processos, tendo conseguido entregar aos clientes 68% dos perdidos que apresentavam alguma identificação.



3.2.4. Projetos



STCP integra projeto *Seamless Mobility*

Em 2015 a STCP continuou a integrar o projeto piloto *Seamless Mobility*, solução integrada inovadora que visa a desmaterialização dos títulos de transporte, com vista à melhoria da rentabilidade dos operadores e à disponibilização de informação avançada ao público em tempo real, baseada no telemóvel, juntamente com o consórcio de parceiros de que se destaca a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a Novabase, a Metro do Porto, S.A. e os Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP). A STCP, a Metro do Porto e o TIP mantiveram a sua colaboração essencialmente na descrição funcional, definição de âmbito e na logística do projeto-piloto.

STCP oferece *Wi-Fi* gratuito nos autocarros

O sucesso obtido junto dos utilizadores com este projeto levou a que a STCP, conjuntamente com a empresa VENIAM, estudassem uma solução para a sua continuidade para além do período experimental de 6 meses. Tornou-se assim possível o prolongamento da disponibilização do serviço, até junho de 2016, tendo sido alterada a operadora que disponibiliza as comunicações.

De salientar que este é um sistema totalmente desenvolvido em Portugal, que transformou a STCP no primeiro operador de transportes públicos urbanos rodoviários na Europa a disponibilizar cobertura *Wi-Fi* a bordo da sua frota de autocarros, suportada numa tecnologia inovadora, baseada em rede veicular, única em teste experimental a esta escala. Para os cerca de 230 mil clientes diários da STCP este serviço é totalmente livre e gratuito.

A aplicação deste projeto tem como objetivo, para além da extensão e cobertura da rede *Wi-Fi* do Porto, a recolha de grandes quantidades de dados científicos que, no âmbito do projeto *Future Cities*, serão utilizados para criar conhecimento em torno da *internet* do futuro, estando já alguma informação a ser trabalhada com a Câmara Municipal do Porto.

STCP prepara religação dos Painéis de informação ao Público (PIPs)

A STCP iniciou em 2015 os trabalhos de preparação para a reposição do funcionamento dos PIPs que foram desligados devido à necessidade de reformulação dos equipamentos, por alteração do sistema de comunicações, e em consequência da alteração da legislação referente ao fornecimento de energia elétrica aos mesmos.

Estima-se que a religação efetiva dos PIPs ocorra durante o ano de 2016.

A STCP, no final de 2015, tinha implementados na via pública 56 PIPs, dos quais 10 foram instalados durante o ano.

Estes equipamentos estão distribuídos pelos seis concelhos servidos pela rede da STCP e têm por objetivo informar os clientes nas paragens de qual o tempo de espera dos próximos autocarros, contribuindo assim, a par com o SMSBUS, GoBus e MOVE-ME, para uma utilização mais cómoda, eficiente e informada dos transportes públicos de passageiros.



3.3. RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE

Dos compromissos que a STCP assume na sua política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, constam:

- › Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- › Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um

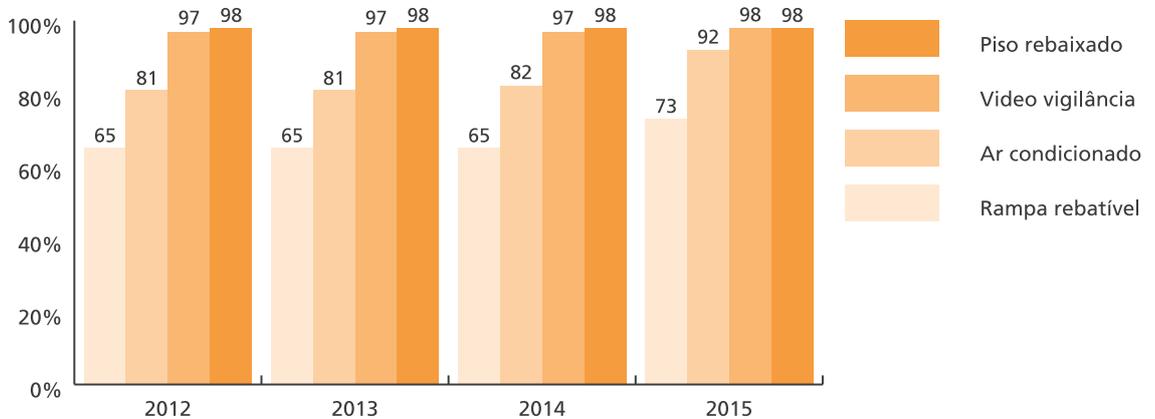
transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.

3.3.1. Frota

No final de 2015 a frota da STCP era constituída por 419 autocarros, com uma idade média de 13 anos, e 6 carros elétricos históricos que efetuam serviço público.

| FROTA | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | PESO 2015 |
|---------------------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Autocarros a gasóleo | 221 | 220 | 218 | 161 | 38% |
| standard | 173 | 172 | 170 | 118 | 28% |
| articulados | 20 | 20 | 20 | 20 | 5% |
| minis | 13 | 13 | 13 | 8 | 2% |
| 2 pisos | 15 | 15 | 15 | 15 | 4% |
| Autocarros a gás natural | 254 | 254 | 256 | 258 | 62% |
| standard | 225 | 225 | 227 | 229 | 55% |
| articulados | 29 | 29 | 29 | 29 | 7% |
| Autocarros | 475 | 474 | 474 | 419 | 100% |
| Carros elétricos | 6 | 6 | 6 | 6 | |
| Frota | 481 | 480 | 480 | 425 | |

A frota, cujas características se apresentam no quadro abaixo, tem cerca de 29% das suas viaturas enquadradas nas normas EURO V e EEV.



A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 10%, mais 0,9 p.p. do que em 2014, tendo-se registado 12,23 avarias por cada 10.000 veículos km totais, mais 0,1% relativamente ao ano anterior.

3.3.2. Participar na vida da comunidade

Linha 202 com novo término no Passeio Alegre

No dia 2 de março, a STCP, em articulação com a Câmara Municipal do Porto, implementou uma melhoria na linha 202: o novo destino Passeio Alegre. O novo percurso permitiu criar uma melhor mobilidade numa das zonas mais antigas da Foz, junto ao jardim do Passeio Alegre, para locais como cemitério, mercado, Unidade de Saúde Familiar Garcia de Orta, Escolas Francisco Torrinha, Garcia de Orta, Clara de Resende e Fontes Pereira de Melo, bem como ao estádio do Bessa e à Boavista. Ficaram também facilitadas as ligações a outras linhas da Rua do Campo Alegre e Avenida da Boavista.

202 ALIADOS - PASSEIO ALEGRE (VIA AV. BESSA)

A linha 202 ganhou um novo destino na zona da Foz: o Passeio Alegre. Consulte neste folheto o novo percurso e as paragens que criam uma mobilidade mais cómoda da parte mais antiga da Foz para locais como Cemitério da Foz, Mercado da Foz, USF Garcia de Orta, Escolas Francisco Torrinha, Garcia de Orta, Clara de Resende e Fontes Pereira de Melo, bem como ao Estádio do Bessa e à Boavista. Ficam também facilitadas as ligações a outras linhas da Rua do Campo Alegre e Avenida da Boavista. Para atualizações de horários ou alterações temporárias de serviço, consulte sempre esta e outras linhas em stcp.pt.

TEMPOS APROXIMADOS DE VIAGEM

FREQUÊNCIAS (em minutos)

| Das | Para | Segunda a Sexta | Sábado | Domingo |
|------------------|----------------|-----------------|------------|---------|
| Av. Aliados | Passeio Alegre | 15 | Todo o dia | 40 |
| Pr. da República | Passeio Alegre | 20 | | 30 |

PRIMEIRA E ÚLTIMA VIAGEM

| Viagem | Av. Aliados | Boavista | Passeio Alegre |
|----------------------------|-------------|----------|----------------|
| 1ª viagem - Av. Aliados | 06:15 | 06:55 | 08:15 |
| 1ª viagem - Boavista | 06:15 | 06:55 | 08:15 |
| 1ª viagem - Passeio Alegre | 06:15 | 06:55 | 08:15 |

TARIFÁRIO DE TÍTULOS OCASIONAIS ANDANTE

IDA Av. Aliados - Av. do Bessa (C1) / S. João Bosco - Passeio Alegre (C2)

VOLTA Passeio Alegre - S. João Bosco (C2) / Av. do Bessa - Av. Aliados (C1)

Linha Azul 808 200 166 | www.stcp.pt | www.itinerarium.net

ALIADOS - PASSEIO ALEGRE (VIA AV. BESSA)

↓ IDA ↑ 202 ↓ VOLTA ↑

| Av. Aliados | Av. Aliados |
|---------------------------|---------------------------|
| Trindade | Trindade |
| Gonçalo Cristóvão | Gonçalo Cristóvão |
| Pr. da República | Pr. da República |
| Figueiras | Figueiras |
| Carvalhosa | Carvalhosa |
| Hospital Militar | Hospital Militar |
| Boavista-Boa Moura | Boavista-Boa Moura |
| Boavista-Casa da Moura | Boavista-Casa da Moura |
| Graciosa | Graciosa |
| Casa de Saúde de Boavista | Casa de Saúde de Boavista |
| Sidónio Pais | Sidónio Pais |
| S. João de Brito | S. João de Brito |
| Alberto Macedo | Alberto Macedo |
| Bairro da Previdência | Bairro da Previdência |
| Bairro da Vilarinha | Bairro da Vilarinha |
| Fonte da Moura | Fonte da Moura |
| Av. da Boavista | Av. da Boavista |
| Louco Garcia Orta | Louco Garcia Orta |
| R. Crasto | R. Crasto |
| Lago Navagilde | Lago Navagilde |
| Navagilde | Navagilde |
| Molhe | Molhe |
| Jacinto Nunes | Jacinto Nunes |
| Crasto | Crasto |
| Pr. dos Ingleses | Pr. dos Ingleses |
| Pr. do Ourigo | Pr. do Ourigo |
| Passeio Alegre | Passeio Alegre |

202 Aliados Passeio Alegre (via Av. Bessa)

STCP Integrada em ti

Informação válida a partir de 02/03/2015, salvo erro tipográfico.

Linha 505 prolongada ao centro empresarial Lionesa

A 1 de outubro a linha 505 foi prolongada ao centro empresarial Lionesa de modo a servir um importante pólo de serviços e lojas comerciais. É de salientar que esta linha oferece a ligação a uma vasta rede de transportes, no interface do Hospital de São João e nas estações de metro de Cândido dos Reis e de Custóias.

A nova paragem, para ambos os sentidos, foi instalada junto à entrada principal do centro empresarial, concretizando-se uma ligação há muito desejada pelos trabalhadores e visitantes. Foi fornecida informação personalizada a todos os passageiros, num balcão de informações, instalado junto à entrada do núcleo empresarial.

STCP aderiu à Campanha do Dia Nacional da Prevenção do Cancro de Mama

No dia 30 de outubro, os motoristas e guarda-freios da STCP aderiram em grande número à causa do Dia Nacional da Prevenção do Cancro de Mama, vestindo a camisola cor-de-rosa. Foram cerca de 700 os colaboradores da STCP a participar nesta campanha, de âmbito nacional e de grande visibilidade, que a Liga Portuguesa Contra o Cancro colocou em movimento com diversas empresas públicas de transporte a nível nacional.

No âmbito da sua responsabilidade social, a STCP congratulou-se pelo facto da empresa, como um todo, se ter unido em torno desta causa, sublinhando-se a imediata e firme adesão da Comissão de Trabalhadores, que se voluntariou para tornar possível toda a logística de entrega das *t-shirts*, a partir das 5h da madrugada, à saída de cada autocarro.



Adicionalmente a empresa disponibilizou, no interior dos autocarros, informação aos clientes sobre a prevenção do Cancro de Mama, através de folhetos e mensagens nos *displays*. A página do *Facebook* e o *site* da empresa também assinalaram a iniciativa, para passar a mensagem a um público mais amplo, tendo-se registado muitos comentários positivos a esta participação da STCP.

Colaboração com a comunidade académica

Transporte especial queima das fitas 2015

Na Queima das Fitas, a STCP voltou a oferecer mobilidade reforçada, com viaturas de grande capacidade e elevada frequência, durante a semana dos festejos, que ocorreu de 3 a 10 de maio. Os dois vaivéns criados para o efeito, efetuaram todas as noites os percursos entre o Queimódromo e o centro da cidade ou o Hospital de S. João/Areosa. As frequências das ligações entre a Trindade ou o Hospital S. João e o Queimódromo foram planeadas em função do cartaz das noites da Queima e do número de estudantes esperados em cada noite.

Os vaivéns foram contratados à STCP pela Federação Académica do Porto – FAP, sendo gratuitos para os estudantes, e similares ao que vem sendo realizado nos últimos anos. Este serviço, que tem como principal objetivo a segurança dos estudantes e a prevenção de acidentes, contou com o apoio da PSP, o que demonstra da parte da organização do evento, um forte sentido de responsabilidade social.

Divulgação de espetáculos e iniciativas culturais

Durante o ano, foram estabelecidas parcerias com diversas tunas universitárias e várias instituições para a divulgação de espetáculos e iniciativas de índole cultural.

Projeto Universidade Júnior

A STCP voltou a apoiar, em 2015, a organização deste programa de cursos de verão da Universidade do Porto, através da divulgação do evento em cartazes nos autocarros, da determinação dos percursos mais rápidos ao menor custo, bem como pela definição do tipo de título adequado para cada trajeto e sua distribuição por tipos de cartões.

Projetos e trabalhos académicos

Ao longo do ano foi dado apoio a diversos pedidos por parte de estudantes, através de fornecimento de dados, imagens ou autorizações para captação de imagens, no âmbito de projetos e trabalhos académicos.

A STCP colaborou na divulgação, no seu *site* e página de *facebook*, de um inquérito para um doutoramento em Engenharia Civil, na FEUP.



Serviços de transporte para grandes eventos

STCP foi o transporte oficial do "NOS Primavera Sound"

A STCP voltou a associar-se ao *NOS Primavera Sound* para assegurar a mobilidade em transporte público, para o maior festival de música do Porto, que se realizou em junho.

O serviço foi desenhado de modo a permitir uma viagem rápida e cómoda entre o Parque da Cidade e a Baixa do Porto, com algumas paragens intermédias, frequências elevadas e horários ajustados aos dos concertos.

Durante o período de funcionamento do serviço especial *NOS Primavera Sound*, esteve disponível um posto móvel de venda de títulos de bordo para os autocarros, na Praça Cidade de Salvador, e um posto de venda de títulos de transporte Andante – para autocarro ou metro – no recinto do festival.

Vaivém especial STCP para Serralves em Festa

Para além do serviço habitual das linhas 201, 203, 207, 502 e 504, a STCP voltou a realizar uma operação especial de transporte entre a Casa da Música e Serralves, nos dias 30 e 31 de maio, para servir o público da 12ª edição do Serralves em Festa. O programa de 2015 contou com eventos em Serralves, durante 40 horas seguidas, e no centro do Porto, no dia 29 de maio.

Noite de São João

A STCP realizou mais uma operação especial para a noite de São João, com prolongamento de serviços noturnos durante a madrugada e afetação de todas as suas viaturas disponíveis, de grande capacidade, autocarros articulados e de dois pisos. Estiveram em funcionamento até às 6h00 da manhã um total de 21 linhas, de modo a servir os principais eixos da rede, no Porto e concelhos limítrofes.

NOS D'Bandada promove concerto de Jorge Palma em elétrico da STCP

A 5ª edição do festival de música de rua, NOS D'Bandada, voltou a invadir a Baixa portuense, no dia 12 de setembro, tendo contado com um espetáculo de Jorge Palma dentro de um dos elétricos da STCP, transmitido para o exterior, ao longo do percurso da linha 22, na Baixa. Com início e fim no Carmo, o concerto teve paragens em locais definidos pela organização do evento, para entrada/ saída dos espectadores que puderam assistir ao concerto dentro do elétrico, entre paragens.

Linha 201 Aliados-Viso (Sábado e Domingo 5h30 às 21h30)
 Linha 203 Marquês - Castelo do Queijo (Sábado e Domingo 6h às 21h)
 Linha 207 Campanhã - Foz (Sábado das 6h às 15h30)
 Linha 502 Bolhão - Matosinhos Mercado (Sábado e Domingo das 6h00 à 00h30)
 Linha 504 Boavista - Norteshopping (Sábado e Domingo das 6h00 à 1h00)
 Ao diurno frequências de 15 min e 45 min.
 Ao noturno frequências entre 30 min e 40 min.

Vaivem STCP: Casa da Música - Serralves - Casa da Música
 Sábado das 13h30 à 01h00 de Domingo;
 Domingo das 13h30 às 24h00.
 Frequência de 30 minutos mas em reforço à linha 203 garante uma
 frequência de 15 minutos entre a Boavista e Serralves, entre as 13h30 e
 as 21h.

Tarifário, incluindo vaivem: Ocasional Z2/ assinatura com zona C2

LINHAS STCP
 201 Aliados-Viso
 203 Marquês-Castelo do Queijo
 207 Bolhão-Matosinhos (Mercado)
 502 Boavista-Norteshopping
VAIVEM
 CASA DA MÚSICA - SERRALVES

Mais informações em www.stcp.pt ou ligue 808 200 166 / 226 158 158.

3.3.3. Promover a segurança nos transportes

Em 2015, por iniciativa da STCP, foi realizada uma reunião ao nível do Comando Distrital do Porto da Polícia, tendo em vista o estabelecimento de procedimentos de colaboração ágeis para atuação em caso de insegurança no transporte público de passageiros na rede de tração elétrica. A característica própria deste tipo de transporte, associada à sua utilização predominante pelos turistas estrangeiros, induz por vezes ao comportamento indevido de alguns grupos de indivíduos, com o conseqüente aumento de incidentes de natureza criminal, situação que se desejou evitar com a colaboração eficaz das autoridades.

A STCP mantém a colaboração ativa com as diversas autoridades de segurança, criminal e de trânsito, com as quais interage através de protocolo e de grupos de trabalho, tendo por objetivo a busca de soluções de melhor fluidez de trânsito, seja no apoio a incidentes criminais ou em problemas na atuação da fiscalização de passageiros.

A PSP também prestou apoio na operação dos serviços especiais que a STCP desenvolveu, garantindo a segurança dos embarques e dedicando especial atenção aos percursos dos autocarros.

No contexto da proteção civil a STCP participou em várias reuniões com diversos serviços municipais, no âmbito dos seus planos de emergência municipal, e colaborou diretamente em dois simulacros de acidente, um no concelho de Matosinhos e outro no da Maia.

Durante o ano de 2015 foram realizados simulacros nas instalações de recolha de viaturas da STCP – Francos, Via Norte e Massarelos – com vista a testar a capacidade de intervenção em caso de acidentes no interior destas instalações, onde se encontram permanentemente atividades a decorrer.

3.3.4. Museu do Carro Eléctrico

O Museu reabriu ao público em 28 de novembro de 2015, com dois espaços renovados, um deles para uma nova exposição permanente dos carros elétricos e o outro, a sala das máquinas da antiga central termoelétrica, de onde se produziu a energia para abastecer a rede de carros elétricos do Porto, que passou a ser um espaço que todos poderão visitar.

O Museu, que se encontrava encerrado ao público desde final de 2012 para obras de reabilitação, está localizado no edifício histórico de Massarelos classificado como Património de Interesse Municipal, que comemorou o seu centenário em 2015.

O Museu guarda uma coleção única e valiosa de cerca de três dezenas de veículos, onde estão os históricos carros elétricos. A sala das máquinas inclui grandes painéis, de onde se fazia o controlo do abastecimento dos elétricos, máquinas que produziam ou transformavam a energia elétrica e até uma réplica do próprio museu.

O edifício possui ainda um espaço renovado, próprio para albergar eventos como conferências ou congressos, com capacidade para cerca de 300 pessoas, e que poderá ser alugado.

A reinauguração oficial do Museu do Carro Eléctrico

A cerimónia de reinauguração oficial ocorreu a 27 de novembro, contando com a presença de cerca de 200 convidados e órgãos de Comunicação Social.

O tema luz, som e movimento foram a tónica deste evento, estando o Museu decorado com espetáculo de luzes, tanto no exterior como no interior, acompanhada de som, e posteriormente traduzido o movimento, num espetáculo de dança acompanhada de jazz. A projeção de um vídeo de arquivo antecedeu uma breve intervenção do Presidente do Conselho de Administração da STCP, em que destacou o processo de requalificação do edifício e do restauro de alguns equipamentos.

Obras do Projeto de Musealização da antiga Central Termoelétrica de Massarelos

O Projeto de Musealização da antiga Central Termoelétrica de Massarelos, cofinanciado no âmbito do QREN – Programa Operacional Novo Norte (ON2), em cerca de 70%, ascendeu a aproximadamente 1 milhão de euros, tendo ficado concluído em junho de 2015.

Até maio de 2015, foi dada continuidade às obras de requalificação do edifício de Massarelos, onde está sediado o Museu. Esta empreitada visou garantir as condições de segurança fundamentais à sustentação dos telhados e das lajes das duas principais naves do edifício, a fim de permitir a reabertura aos visitantes da exposição permanente do Museu.

As obras que integraram o Projeto de Musealização da antiga Central Termoelétrica de Massarelos, onde assumiram relevo as intervenções de conservação e restauro das máquinas envolvidas no processo de transformação de eletricidade, bem como do Painel Geral de monitorização da antiga Sala das Máquinas, foram concluídas em junho de 2015.

Ainda no contexto do Projeto de Musealização da antiga Central Termoelétrica, foram desenvolvidos todos os materiais interpretativos e de divulgação do próprio projeto.

A Fundação EDP, através do programa “Fundação EDP Ilumina o Património”, prestou colaboração à STCP no desenvolvimento do projeto de Musealização da antiga sala das máquinas, com o seu apoio técnico e científico, pela promoção e divulgação, e com uma comparticipação financeira de 41 mil euros, para apoio ao financiamento da componente nacional, a suportar pela STCP, da ação musealização da sala das máquinas, incluída no Projeto de Musealização da antiga Central Termoelétrica de Massarelos.

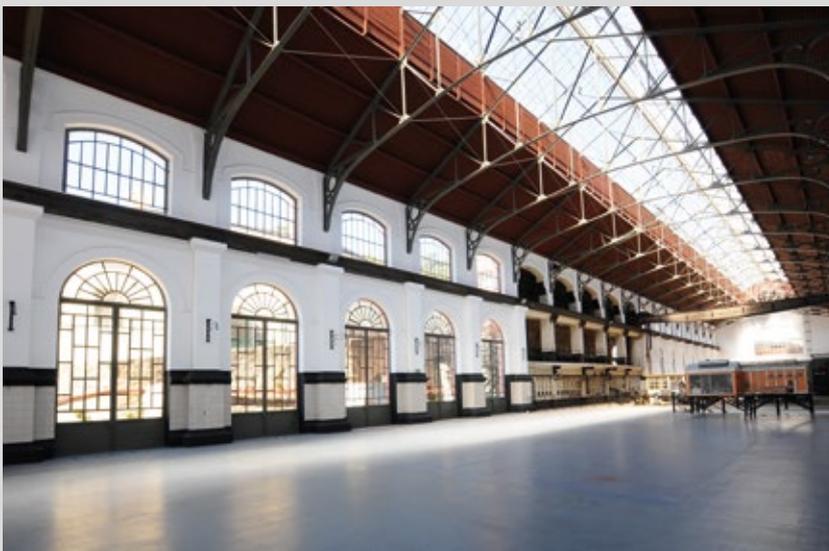
Obras de requalificação nos espaços de apoio ao Museu

Para além das ações realizadas no âmbito do Projeto de Musealização da Central Termoelétrica de Massarelos foram programadas alterações estruturais em alguns dos espaços de acesso e acolhimento dos novos visitantes do Museu, nomeadamente um novo projeto de arquitetura interior dos espaços afetos ao Museu, em que se relevaram os espaços ampliados e modernizados da loja, receção, bengaleiro, WC’s, mininave para os serviços educativos e melhorias na sala de eventos.

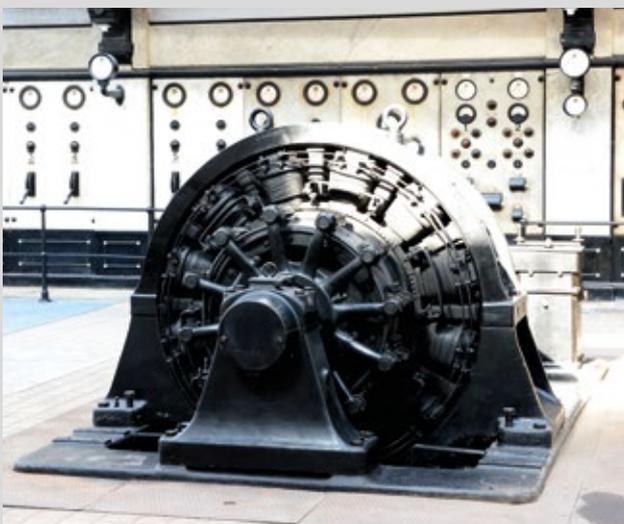
Para 2016 prevê-se dar continuidade a obras em áreas ainda não reabilitadas, como seja a sala de aniversários.

AS OBRAS QUE
INTEGRARAM O PROJETO
DE MUSEALIZAÇÃO
DA ANTIGA CENTRAL
TERMOELÉCTRICA DE
MASSARELOS, ONDE
ASSUMIRAM RELEVO
AS INTERVENÇÕES
DE CONSERVAÇÃO
E RESTAURO DAS
MÁQUINAS ENVOLVIDAS
NO PROCESSO DE
TRANSFORMAÇÃO DE
ELETRICIDADE...





O EDIFÍCIO POSSUI UM ESPAÇO RENOVADO, PRÓPRIO PARA ALBERGAR EVENTOS COMO CONFERÊNCIAS OU CONGRESSOS, COM CAPACIDADE ATÉ 1000 PESSOAS, E QUE PODERÁ SER ALUGADO.



MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

PERCORRA OS CARRIS DA HISTÓRIA DO PORTO. VISITE-NOS!
GO ALONG THE RAILS OF THE HISTORY OF PORTO. VISIT US!

EDUARDO OREBARK - GETTING THERE
 Av. Alfredo Soares, 500
 4400-109 Vila Verde de Leiria, Portugal

MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

www.museudo-carro-electrico.pt



Atividades com os públicos

Embora a exposição permanente do Museu tenha estado encerrada, até final de novembro, até à conclusão das obras que aí se desenrolavam, ao longo do ano de 2015 foi possível continuar a dar a conhecer o Museu através de programas realizados no exterior. Foram realizadas viagens comentadas e animadas, de carro elétrico e organizadas visitas à nave anexa ao Museu, onde se encontravam guardados os Carros Elétricos da coleção. O público-alvo foi constituído por escolas, grupos diversos e múltiplas associações. Adicionalmente, manteve-se o aluguer de Carros Elétricos contratados por agências turísticas/promotores, ou diretamente por empresas e particulares.



O programa de Aniversários esteve suspenso por motivo das obras em curso.

Ao longo do ano foram acordados diversos programas com a Porto Lazer para dinamização de eventos na cidade, destacando-se a “Volta ao Verão em 12 horas” e “A viagem de Sonhos”.

Para além dos visitantes que superaram as expectativas neste período de época baixa de turismo, verificaram-se ainda em dezembro alugueres das salas de eventos do Museu, destacando-se o Réveillon no Museu.

Eventos em destaque

A Noite dos Museus – “Museus para uma Sociedade Sustentável” – Esta comemoração, a 17 de maio, contou com a realização de uma viagem noturna a bordo de um carro elétrico da coleção do Museu, ao longo da marginal do rio Douro, comentada por dois guias e animada por atores. De seguida foi recriado, na Zorra 66, o drama vivido pelas viúvas dos mineiros na sua luta diária pela sobrevivência. Em 2015 o enfoque foi dado ao centenário da Central Termoelétrica de Massarelos e à Zorra 66. A procura excedeu a disponibilidade de lugares oferecidos.

XXV Desfile Anual de Carros Elétricos – A 23 de maio ocorreu a 25.^a edição Desfile Anual de Carros Elétricos Históricos, desta vez com 17 veículos. Este desfile marcou o início das comemorações das festas do S. João no Porto, de acordo com parceria estabe-

lecida com a Porto Lazer. O destaque do Desfile foi os carros de trabalho. Mais uma vez a adesão do público foi excelente e para além de diversa animação que se verificou ao longo do percurso, salienta-se o 1.º Baile em Marcha que se fez transportar na Zorra 66 animado pelo agrupamento Batucada Radical, com 15 músicos a bordo, que iam convidando o público a associar-se ao cortejo.

Participação nas comemorações dos 600 anos da epopeia dos descobrimentos | Das Tripas Coração

– No dia 10 de junho concretizou-se no Carro Elétrico 287 o desafio lançado a Mário Fonseca, *graffiter*, conceituado nesta forma de expressão, para intervir na parte exterior deste veículo, tendo como mote os Descobrimientos Portugueses. O Carro Elétrico 287 para além de ter estado em exposição durante o dia 10 de junho no Infante, onde também se registaram atividades com crianças no interior do veículo, fez diversas viagens durante a semana para que todo o trabalho desenvolvido pudesse ser apreciado por outros públicos.

Portugal Market no Museu – Nos dias 13 e 14 de junho foi testada a dinamização do espaço exterior do Museu, via parceria com a Portugal Market, empresa que aposta na comercialização em tendas, de produtos que primam pela qualidade e origem em Portugal. O objetivo foi o de criar mais um foco de atratividade para os turistas no local. Ficou desde logo aprovada a operacionalização desta nova parceria após a reabertura do Museu.

40th IATM Conference no Porto – Embora as obras do Museu ainda não estivessem concluídas, a 29 de junho, foi realizada uma visita pelos conferencistas ao novo espaço expositivo, tendo-se efetuado também uma apresentação do Museu do Carro Elétrico nesta conferência.

Um Objeto e Seus Discursos por Semana – Este ciclo de debates, promovido pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Porto, no dia 4 de julho foi realizado com um cenário de obras ainda em curso, na nave 2 do Museu, onde foi colocado o Carro Americano, com cadeiras em seu redor e aí se desenrolaram as dissertações com o tema base da semana, para uma plateia com mais de 100 pessoas.

IACM (International Association of Customs Museums) – A 17 de setembro o Museu participou nesta Conferência, que decorreu na Alfândega, dando a experienciar aos 40 conferencistas uma viagem em carro elétrico histórico.



Jornadas Europeias do Património – Ainda com o Museu encerrado, nos dias 26 e 27 de setembro realizaram-se visitas às Reservas e Sala das Máquinas inseridas na temática “Da Técnica e da Indústria”, com intervenções da responsabilidade da Associação de Arqueologia Industrial e do Atelier Samthiago.

Expo Clássicos – 8º Salão de Automóveis e Motos Antigos em Guimarães – A organização deste certame, realizado a 24 e 25 de outubro, esteve a cargo do Clube de Automóveis Antigos de Guimarães, que presenteou os visitantes com alguns autocarros únicos no país. A STCP/Museu do Carro Eléctrico disponibilizou os icónicos autocarros AEC, Leyland e Daimler e ainda o carro torre HansaLloyd.

3.3.5. Associações e parcerias

A STCP é membro das seguintes entidades:

- › *Union Internationale des Transports Publics* (UITP)
- › Comissão Técnica Portuguesa de Normalização em Transportes, Logística e Serviços (CT 148)

A STCP é associada das seguintes entidades:

- › AEP – Associação Empresarial de Portugal
- › Associação Comercial do Porto
- › ADEPORTO – Agência de Energia do Porto
- › APVGN – Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural
- › CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos
- › ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade
- › ATP – Associação de Turismo do Porto^[1]
- › INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
- › AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- › Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto
- › Associação «Amigos do Coliseu do Porto»
- › Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto
- › Fundação de Serralves

[1] A 17 de setembro de 2015 foi realizada Assembleia-Geral Extraordinária da ATC Porto Tours, na qual a STCP era associada, tendo sido aprovado o projeto de fusão por incorporação da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região na Associação de Turismo do Porto. Assim, a partir desta data a STCP passa a associada da ATP.



goldenergy Gás natural low cost

3131

movido a gás natural

AVUL. 94. 876. 1103

CARTÃO

STCP

TP

MAN

42967A



3.4. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

“Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais”, é um dos compromissos da Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, da Empresa.

Na atividade de transporte coletivo rodoviário, a STCP assume um papel relevante na qualidade ambiental do espaço urbano onde atua. O compromisso de contribuir para um futuro melhor, leva a empresa a apostar na melhoria contínua, procurando sempre as soluções tecnológicas mais eficientes e geradoras de impactos menos nocivos, concorrendo deste modo para a sustentabilidade social e ambiental.

Em 2015 foi revalidada, pela entidade certificadora APCER, a Certificação Ambiental da STCP.

Evolução de alguns indicadores:



Em 2015 a STCP consolidou a sua comunicação com as entidades reguladoras, de acordo com o normativo legal que regula a sua atividade em termos de impacto ambiental, nomeadamente através da monitorização das fontes de emissão, do controlo da utilização de gases fluorados com efeito de estufa e empobrecedores da camada de ozono, da análise e controlo dos efluentes e da gestão dos resíduos produzidos.

Formação e sensibilização

A formação no âmbito do ambiente centralizou-se na sensibilização dos motoristas para a condução económica e eficiente.

Frota: poupança com a utilização do gás natural

Com a utilização de frota a gás natural, em 2015, em detrimento de frota a gasóleo, foram poupados cerca de 2 milhões de euros em combustível e evitou-se a emissão de aproximadamente 1.154 toneladas de CO₂.

Desde 2001, ano em que foram introduzidas as viaturas a gás na empresa, que a utilização deste tipo de viaturas com este combustível em detrimento de viaturas a gasóleo, conduziu a uma poupança de aproximadamente 31 milhões de euros e de 8.160 toneladas de emissões de CO₂, no período de 15 anos, representando uma poupança média por ano de aproximadamente 2,1 milhões de euros e de 544 toneladas de emissões de CO₂.

Frota: emissões de poluentes atmosféricos

| EMISSIONES DE CO ₂ | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Gasóleo | ton | 14.080 | 12.505 | 11.668 | 10.867 | -800 | -6,9% |
| Gás natural | ton | 18.655 | 19.800 | 19.063 | 18.128 | -935 | -4,9% |
| Emissões de CO ₂ | ton | 32.735 | 32.306 | 30.731 | 28.996 | -1.735 | -5,6% |
| Emissões de CO ₂ /veículos.km totais | kg | 1,402 | 1,400 | 1,382 | 1,385 | 0,002 | 0,2% |

Em 2015, as emissões de CO₂ da frota reduziram-se 5,6%, devido à redução dos veículos.km e o CO₂ por veículos.km total manteve-se praticamente inalterado, situando-se em 1,38 kg por veículos.km totais.

Distribuição da frota em 2015 por normas EURO

A frota da STCP é composta por veículos que cumprem as normas EURO II (46%), EURO III (25%), EURO V (7%) e EEV (22%). Ou seja, cerca de 29% da frota cumpre já as normas mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

Consumo de energia em toneladas equivalentes de petróleo (tep)

(cálculo efetuado de acordo com a Portaria n.º 228/90 de 27 de março)

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|--------------|
| kWh carro eléctrico | 369.670 | 406.806 | 400.317 | 377.522 | -22.795 | -5,7% |
| kWh/100km | 310 | 341 | 351 | 334 | -18 | -5,0% |
| Eletricidade Carro Eléctrico (tep) | 107 | 118 | 116 | 109 | -7 | -5,7% |
| kWh eletricidade instalações fixas | 4.465.817 | 3.959.143 | 3.916.696 | 3.593.042 | -323.654 | -8,3% |
| Eletricidade instalações fixas (tep) | 1.295 | 1.148 | 1.136 | 1.042 | -94 | -8,3% |
| Litros de gasóleo | 5.357.625 | 4.758.484 | 4.439.752 | 4.135.249 | -304.503 | -6,9% |
| Litros/100km | 55,0 | 54,1 | 53,9 | 54,8 | 0,8 | 1,6% |
| Gasóleo (tep) | 4.675 | 4.152 | 3.874 | 3.608 | -266 | -6,9% |
| m ³ gás natural [1] | 9.484.226 | 10.066.228 | 9.691.622 | 9.216.250 | -475.372 | -4,9% |
| m ³ /100km | 69,7 | 70,4 | 69,2 | 68,8 | -0,4 | -0,6% |
| Gás natural (tep) | 7.777 | 8.254 | 7.947 | 7.557 | -390 | -4,9% |
| Consumo de energia (tep) | 13.854 | 13.673 | 13.073 | 12.317 | -756 | -5,8% |

[1] valores obtidos através do medidor no ponto de entrega da estação de Francos.

O consumo de energia em tep apresentou uma redução de 5,8% relativamente a 2014.

Água

Registou-se um consumo praticamente idêntico ao verificado em 2014, verificando-se no entanto uma redução no consumo em água da rede de 13% e um aumento no consumo de água de captação de 7%.

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|------------------------|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Consumo água da rede | m ³ | 7.722 | 7.270 | 7.630 | 6.629 | -1.001 | -13% |
| Consumo água captações | m ³ | 25.315 | 15.142 | 14.096 | 15.080 | 984 | 7,0% |
| Consumo total de água | m ³ | 33.037 | 22.412 | 21.726 | 21.709 | -17 | -0,1% |

Gestão de resíduos

A STCP efetua a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a respetiva valorização.

Em 2015 verificou-se uma diminuição dos resíduos perigosos relativamente ao ano anterior com exceção de lâmpadas fluorescentes.

Relativamente aos resíduos industriais não perigosos registou-se uma descida quer nos banais, quer na madeira, quer nos resíduos metálicos, tendo sido nestes últimos que se registou a redução mais significativa, -58%.

Evolução dos resíduos mais significativos:

| RESÍDUOS | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|---------|------|
| RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS | | | | | | | |
| Óleos usados | litros | 11.837 | 14.650 | 13.100 | 11.505 | -1.595 | -12% |
| Baterias usadas | unid. | 160 | 167 | 175 | 73 | -102 | -58% |
| Lâmpadas fluorescentes | kg | 251 | 271 | 202 | 238 | 36 | 18% |
| RESÍDUOS INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS | | | | | | | |
| Madeira | kg | 4.760 | 3.920 | 7.560 | 4.120 | -3.440 | -46% |
| Resíduos industriais banais | kg | 24.060 | 35.720 | 25.520 | 24.420 | -1.100 | -4% |
| Resíduos metálicos | kg | 68.261 | 27.041 | 83.804 | 34.804 | -49.000 | -58% |
| OUTROS RESÍDUOS | | | | | | | |
| Papel e cartão | kg | 14.490 | 5.250 | 5.555 | 6.135 | 580 | 10% |
| Resíduos de demolição e construção | kg | 1.280 | 48.760 | 52.680 | 6.540 | -46.140 | -88% |
| Resíduos hospitalares grau III e IV | kg | 62 | 59 | 55 | 39 | -16 | -29% |

3.5. RESPONSABILIDADE PERANTE OS TRABALHADORES

A empresa assume o compromisso na sua política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, de *“garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde”*.

3.5.1. Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2015 a STCP contava com 1.171 trabalhadores, registando uma redução líquida de 2 efetivos relativamente ao ano anterior. Esta redução resultou de 69 saídas e 67 entradas, sendo que estas últimas se verificaram quase exclusivamente na área do pessoal tripulante. Este facto implicou, para este tipo de pessoal, uma maior preponderância no efetivo da empresa, 72,9%, atingido o seu valor máximo desde 2012.

A totalidade dos trabalhadores estava vinculada por contrato de trabalho sem termo.

| EFETIVO ^[1] | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|-------|-------|-------|-------|--------|-------|
| Efetivo a 31 dezembro | 1.262 | 1.231 | 1.173 | 1.171 | -2 | -0,2% |
| Pessoal tripulante a 31 dezembro ^[2] | 886 | 860 | 826 | 854 | 28 | 3,4% |
| % pessoal tripulante | 70,2% | 69,9% | 70,4% | 72,9% | 2,5 pp | 3,6% |
| Efetivo médio | 1.287 | 1.245 | 1.206 | 1.156 | -50 | -4,1% |

[1] Sem órgãos sociais e trabalhadores requisitados. Inclui cedidos.

[2] Motoristas + guarda freios.

Taxa de Absentismo

| TAXA DE ABSENTISMO | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|--------------------|------|------|------|------|--------|------|
| Total da empresa | 7,0% | 6,7% | 7,4% | 8,6% | 1,2 pp | 16% |
| Pessoal tripulante | 7,8% | 7,2% | 8,4% | 9,2% | 0,8 pp | 9,2% |

Em 2015 a taxa de absentismo total foi de 8,6% e a do pessoal tripulante de 9,2%, +1,2 p.p. e 0,8 p.p. respetivamente, do que a registada em 2014.

Neste ano continuaram a verificar-se ocorrências de paralisação aos fins-de-semana e feriados.

Trabalho Suplementar

| TRABALHO SUPLEMENTAR ^[1] | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|---------|---------|---------|---------|----------|------|
| Horas extras total | 99.594 | 101.882 | 96.701 | 78.164 | -18.537 | -19% |
| Horas extra pessoal tripulante | 98.109 | 99.123 | 94.620 | 75.247 | -19.373 | -20% |
| Custo total (euros) ^[2] | 589.436 | 587.243 | 546.769 | 448.474 | -98.295 | -18% |
| Custo pessoal tripulante (euros) ^[2] | 578.971 | 568.273 | 532.649 | 428.489 | -104.160 | -20% |

[1] Ótica do pagamento: trabalho pago no ano.

[2] Não inclui encargos sobre remunerações.

O número de horas de trabalho suplementar diminuiu cerca de 20%, continuando a concentrar o seu maior quantitativo no pessoal tripulante (cerca de 96%).

No que diz respeito ao custo do trabalho extraordinário, o mesmo decresceu 18% no total, atingindo uma redução de 20% para o pessoal tripulante.

Caracterização do efetivo

A antiguidade média situou-se, no final de 2015, nos 21,5 anos, tendo-se reduzido, face a 2014, em virtude da cessação de contrato de trabalhadores com maior antiguidade e pela admissão de novos trabalhadores.

No que se refere à idade média, esta encontrava-se ligeiramente abaixo dos 49 anos, encontrando-se apenas 16% do efetivo na faixa etária inferior a 40 anos.

| ESTRUTURA ETÁRIA | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | PESO 2015 |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| 18-29 anos | 12 | 10 | 9 | 10 | 1% |
| 30-39 anos | 283 | 237 | 173 | 171 | 15% |
| 40-49 anos | 408 | 431 | 456 | 489 | 39% |
| 50-59 anos | 427 | 379 | 347 | 316 | 30% |
| ≥ 60 anos | 132 | 174 | 188 | 185 | 16% |
| Total | 1.262 | 1.231 | 1.173 | 1.171 | 100% |

O nível de escolaridade do efetivo manteve a tendência crescente dos últimos anos. Em 2015 continuou a tendência crescente relativa ao peso dos trabalhadores com o ensino secundário (cerca de 27%), comparativamente com o ano de 2012 (23%). Em contrapartida, a percentagem de trabalhadores com o ensino básico diminuiu de 70% em 2012, para 67% em 2015. A percentagem de trabalhadores com ensino superior baixou de 7% para 6%, devido à saída sem reposição, de quadros superiores.

Promoção da Igualdade no Trabalho e no Emprego

As mulheres mantiveram o peso de cerca de 7% da força de trabalho, verificando-se um aumento para 34% das mulheres afetas à condução, contra 28% em 2014. As restantes ocupam funções em áreas técnicas e administrativas. Realça-se negativamente o facto de ter diminuído a percentagem de mulheres nos cargos de direção, essencialmente por saída do efetivo.

Efetivo em 31 de dezembro de 2015

| CARGO | TOTAL | MULHERES (M) | HOMENS (H) | % DE M POR CARGO | % DE CARGO POR M |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|------------------|------------------|
| Dirigentes | 7 | 2 | 5 | 29% | 2% |
| Pessoal tripulante | 854 | 28 | 826 | 3% | 34% |
| Outros | 310 | 52 | 258 | 17% | 63% |
| Total | 1.171 | 82 | 1.089 | 7% | 100% |

No que concerne ao princípio da igualdade do género e conforme o estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 19/2012, de 23 de março, a STCP elaborou, em maio de 2012, um diagnóstico da situação de homens e mulheres, tendo por base Indicadores para a Igualdade. A empresa ainda não adotou o plano para a igualdade determinado pela referida RCM.

Periodicamente é reportada, quando solicitada, informação no âmbito da monitorização do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, conforme previsto no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, aprovado pela RCM n.º 103/2013, de 31 de dezembro.

A STCP pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação,

promovendo a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus trabalhadores.

Relativamente ao rácio de remuneração mulher/homem, na STCP ele é igual a 1, uma vez que para toda e qualquer categoria profissional não existe diferenciação em função do género.

É praticada a livre associação de trabalhadores, sendo que cerca de 88% dos trabalhadores da empresa estão filiados em sindicatos.

Os princípios e as boas regras de procedimento nas relações interpessoais no interior da empresa estão consagrados no Código de Ética e de Conduta, editado no final de 2008.



Em 2009 foi aprovado o “Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, em conformidade com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se disponíveis na *intranet* para consulta de todos os trabalhadores.

| PRODUTIVIDADE ^[1] | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Veículos km (10 ³) / efetivo médio | 17,7 | 18,2 | 18,1 | 17,8 | -0,3 | -1,7% |
| Lugares km (10 ³) / efetivo médio | 1.617 | 1.650 | 1.645 | 1.627 | -18,1 | -1,1% |
| Passageiros (10 ³) / efetivo médio | 66 | 63 | 62 | 60 | -1,9 | -3,0% |
| Passageiros km (10 ³) / efetivo médio | 239 | 229 | 225 | 219 | -6,4 | -2,8% |

[1] sem produção contratada.

3.5.2. Desenvolvimento profissional

Formação

Em 2015 foram realizadas 9.424 horas de formação envolvendo 177 trabalhadores. As horas de formação do pessoal tripulante representaram cerca de 89% das horas totais de formação, correspondendo a 8.385 horas. Uma parte significativa desta formação foi despendida com a preparação dos novos motoristas que ingressaram na empresa a partir de outubro de 2015.

Prémios

No ano de 2015 não foram atribuídos quaisquer prémios, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado em vigor no ano.

Avaliação de desempenho

Foi efetuada conforme o estabelecido na empresa.

Estágios

Em 2015 foram acolhidos na empresa três estagiários que efetuavam o seu estágio curricular, correspondendo um a um nível superior e os restantes, a profissionais.

3.5.3. Benefícios sociais

Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A STCP tem uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, adotando medidas concretas das quais se destaca o apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP. Esta é uma estrutura dirigida por trabalhadores da empresa que, de forma voluntária, organiza diversas atividades, desportivas e culturais dedicadas a todos os trabalhadores e respetivas famílias. Destas atividades sobressaem a festa de Natal, dedicada a todos os trabalhadores e respetivas famílias, e a colónia de férias no verão, frequentada pelos filhos dos trabalhadores.

A STCP atribui aos trabalhadores com filhos a frequentar infantários e com uma idade inferior a 6 anos, uma participação fixa.

A empresa possibilita o pagamento da parte não participada, relativamente à participação medicamentosa. No posto clínico da STCP existe assistência de medicina curativa.

É assegurado, a todos os trabalhadores, o acesso ao refeitório situado nas instalações da empresa em Francos com serviço de refeições, pelo custo do fornecimento. A empresa dispõe ainda, em todas as instalações, de máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

A empresa continuou a sua disponibilidade para, como aconteceu desde abril de 2014, efetuar a venda do título de assinatura rede geral com desconto de 50% aos familiares dos trabalhadores e reformados, em consequência da perda de regalia de transporte, conforme disposto na Lei do OE em vigor.

Fundo de Pensões

A empresa possui um Fundo de Pensões, constituído em 1998, para cobertura dos encargos com o complemento de reforma dos seus trabalhadores, tendo transferido em dezembro desse ano, a sua responsabilidade para o fundo de pensões BPI ABERTO VALORIZAÇÃO.

Desde 1 de maio de 1975 que passou a existir na empresa um plano de benefícios definido, que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula dada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

O teto do complemento foi alterado para 600 euros, pelo previsto nos artigos 75º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negati-

vos nos três últimos exercícios. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que, somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social), sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 foi publicada a lei n.º 82-B/2014 que no seu art.º 78º manteve a redação do regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, tal como referido no ponto 29 das notas relativas às demonstrações financeiras.

Por força do capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do sector público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e cumulativamente ter vindo a apresentar resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos, aplica-se o regime previsto na legislação mencionada.

Pelos motivos expostos, o cálculo das responsabilidades assumidas pela STCP com o plano de benefícios definidos foi ajustado, tendo por base as alterações impostas pela lei n.º 83-C/2013 e lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, mantendo-se o ajustamento no plano de pensões nos anos de 2014 e 2015.

Assim, de acordo com o relatório atuarial elaborado em conformidade com as novas regras dos diplomas acima referidos, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, à data de 31 de dezembro de 2015, era de 1.776.576,00 euros.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor deste fundo era de 1.142.024,00 euros, sendo a taxa de cobertura das responsabilidades assumidas de aproximadamente 64%.

Em janeiro de 2016 foram feitas contribuições para o fundo de 209.546,00 euros, de forma a cobrir o nível mínimo de financiamento exigido pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2015.

Evolução das pensões pagas e número de beneficiários

| RESÍDUOS | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|-------------------------|-------------------|------|------|------|------|-------|-------|
| Pensões pagas | 10 ³ € | 498 | 478 | 346 | 315 | -30 | -8,8% |
| Número de beneficiários | n.º | 256 | 219 | 199 | 189 | -10 | -5,0% |

3.5.4. Segurança e saúde dos trabalhadores

Saúde dos trabalhadores

O posto clínico, localizado nas instalações de Francos, manteve em 2015, uma elevada contribuição em termos de cuidados de saúde, tendo sido efetuadas 3.436 consultas de clínica geral e especialidade, sendo que uma parte significativa (951) correspondeu à especialidade de estomatologia. Foram também realizados cuidados de enfermagem, quer nas instalações de Francos, quer no posto localizado nas instalações da Via Norte.

Foram realizadas 1.826 consultas pela medicina do trabalho, das quais cerca de 50% corresponderam a exames periódicos e 629 consultas de especialidade de apoio. Foram também efetuados no ano 1.927 exames sensoriais, visuais e auditivos que se alargaram a todos os trabalhadores, passando a estar incluídos no protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

O controlo de alcoolemia, integrado na medicina do trabalho, realizou 5.720 testes, tendo registado oito positivos.

Formação e sensibilização relacionadas com segurança

Ao longo de 2015 foram realizadas ações de formação e sensibilização envolvendo o tema segurança, nas quais participaram cerca de 140 trabalhadores, nomeadamente na formação contínua e de admissão de motoristas, e na segurança ligada à condução automóvel, trabalho com lubrificantes e trabalhos em altura.

Segurança dos trabalhadores

Tendo como meta a correta avaliação das condições de trabalho, foram efetuadas diversas visitas aos locais de trabalho, tendo sido uma delas acompanhada pelo médico da medicina do trabalho (Unidade do Carro Elétrico).

Ao longo de 2015 foram efetuadas 67 inspeções de higiene e segurança no trabalho às instalações, postos de trabalho e equipamentos.

Indicadores de acidentes de trabalho

Conforme se pode evidenciar no quadro abaixo, os indicadores de acidentes de trabalho, refletem uma melhoria face ao ano anterior, exceto no que respeita à taxa de frequência, onde se verificou um agravamento.

| INDICADORES DE ACIDENTES DE TRABALHO | | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|--------------------------------------|--|-------|------|-------|-------|-------|
| Taxa de Frequência (Tf) = | $\frac{\text{N.º de acidentes de trabalho com baixa}}{\text{N.º horas efetivamente trabalhadas}} \times 1.000.000$ | 34,7 | 30,0 | 43,4 | 45,6 | 5,1% |
| Taxa de Gravidade (Tg) = | $\frac{\text{N.º de dias perdidos}}{\text{N.º horas efetivamente trabalhadas}} \times 1.000.000$ | 1.005 | 705 | 1.409 | 1.136 | -19% |
| Taxa de Incidência (TiT) = | $\frac{\text{N.º Acidentes Totais}}{\text{N.º total de trabalhadores}} \times 1.000$ | 75,2 | 60,1 | 87,6 | 85,6 | -2,2% |

Consulta aos trabalhadores

No âmbito do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, de acordo com o previsto na Lei 3/2014 e no Decreto-Lei 50/2005, e com vista ao envolvimento de todos os trabalhadores em questões de segurança e saúde, a empresa efetuou em 2015 duas consultas aos seus trabalhadores, em julho e em dezembro, encontrando-se em tratamento estatístico, as respostas recebidas.

3.5.5. Comunicação interna e relações com parceiros sociais

Em 2015, a celebração dos 25 anos de carreira na STCP e o convívio de Natal, em conjunto com a Metro do Porto, voltaram a realizar-se no Museu do Carro Eléctrico, reaberto no final do ano.

A nível da comunicação interna não se assinalam novos desenvolvimentos, mantendo-se a *intranet* como instrumento estruturante e acessível a todos os colaboradores, permitindo a consulta de notícias, informação diária corrente, bases de dados, manuais e acesso a serviços de relevo, como a marcação de férias, marcação de consultas no posto médico, consulta do recibo de vencimento e escala do serviço diário do pessoal tripulante.

Paralelamente são publicadas ordens de serviço, avisos e outras informações relevantes para a maioria dos trabalhadores.

Mensalmente foram efetuadas reuniões entre o Conselho de Administração e a Comissão de Trabalhadores, com a presença dos responsáveis de diversas áreas da Empresa.

Realizaram-se também reuniões entre o Conselho de Administração e os diferentes sindicatos representativos dos trabalhadores.



GOVERNO DA SOCIEDADE



04

... empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do setor dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.

A STCP disponibiliza anualmente, desde 2013, um Relatório de Governo Societário sobre as boas práticas de governo societário, de forma individualizada.

Deste capítulo consta toda a informação relevante sobre o governo societário da STCP, do exercício de 2015, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

Dá-se seguimento ao disposto no ofício n.º 712, de 12 de fevereiro de 2016, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

4.1. MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho.

Como principal operador de serviço público da AMP, a STCP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

Missão

Prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na AMP, em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.

Visão

Ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do setor dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.

Valores

Os seguintes valores definem a postura da STCP perante a sociedade em geral, perante os clientes, perante o acionista, perante os parceiros e os fornecedores e, igualmente, nas relações com todos os que nela trabalham ou com ela cooperam:

Legalidade, Responsabilidade, Rigor, Transparência e Isenção, Cooperação, Qualidade, Serviço Público, Consciência Social, Modernidade, Segurança e Preocupação Ambiental.

Política

No âmbito da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho a STCP pretende:

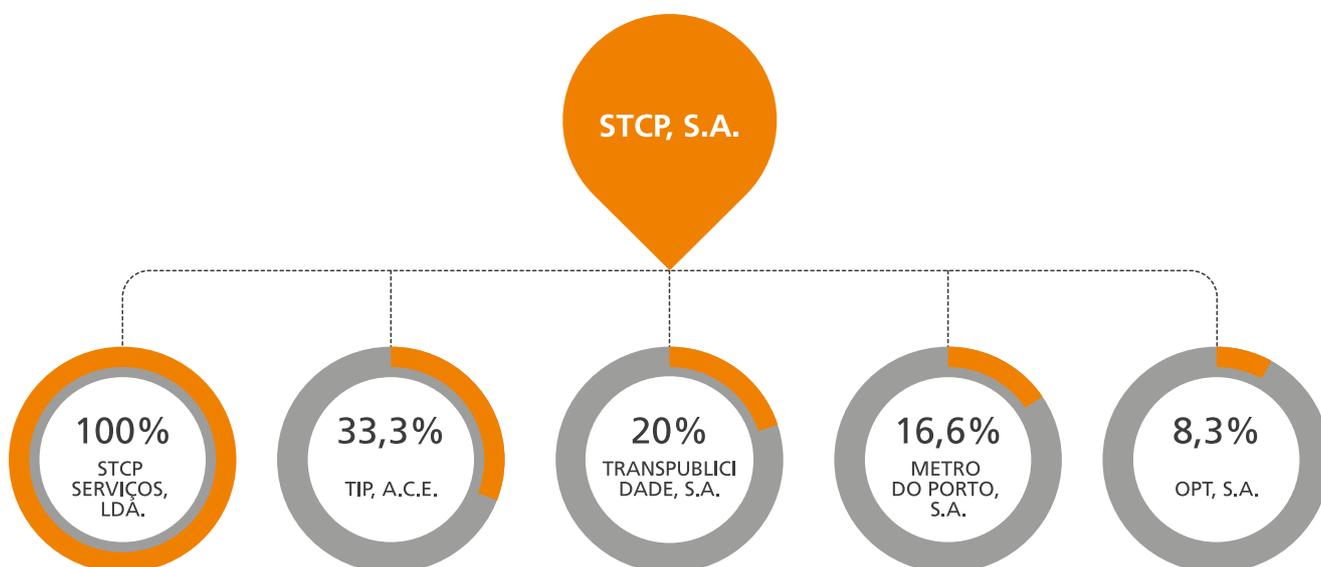
- › Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.
- › Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- › Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.

- › Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.
- › Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.
- › Desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.
- › Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

4.2. MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Estado Português é o acionista único da STCP, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

A STCP, S.A. tem as seguintes participações sociais:



Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC, de acordo com o definido nos estatutos da Empresa.

Órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais eleitos para o triénio 2012 – 2014 encontravam-se em regime de gestão desde final de 2014, pelo que a 25 de janeiro de 2016, por Deliberação Social Unânime Por Escrito, foi procedida à nomeação dos novos membros dos órgãos sociais para o mandato de três anos 2016 – 2018.

A 24 de fevereiro de 2016, por Deliberação Social Unânime Por Escrito, foi procedida à nomeação da Vogal não Executiva.

Mandato 2016 - 2018

| CARGO | ÓRGÃOS SOCIAIS | ELEIÇÃO |
|--------------------------|--|-----------|
| | MESA DA ASSEMBLEIA GERAL | |
| Presidente | José António Ferreira de Barros | 25/jan/16 |
| Vice-Presidente | Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais | 25/jan/16 |
| Secretário | Carlos Maria Pinheiro Torres | 25/jan/16 |
| | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
| Presidente Não Executivo | Jorge Moreno Delgado | 25/jan/16 |
| Vogal Executivo | Tiago Filipe da Costa Braga | 25/jan/16 |
| Vogal Executivo | Pedro José Ferreira Morais | 25/jan/16 |
| Vogal Não Executivo | Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto | 24/fev/16 |
| | CONSELHO FISCAL | |
| Presidente | Pedro Romano Martinez | 25/jan/16 |
| Vogal Efetivo | Ana Alexandra Filipe Freitas | 25/jan/16 |
| Vogal Efetivo | Paulo Jorge Rodrigues Mateus | 25/jan/16 |
| Vogal Suplente | Dino Jorge Ramos Santos | 25/jan/16 |
| | REVISOR OFICIAL DE CONTAS | |
| | António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas | 09/set/09 |
| | Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC n.º 177 | |

Mandato 2012 - 2014

| CARGO | ÓRGÃOS SOCIAIS | ELEIÇÃO |
|--------------------------|--|-----------|
| | MESA DA ASSEMBLEIA GERAL | |
| Presidente | José António Ferreira de Barros | 06/jun/14 |
| Vice-Presidente | Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais | 06/jun/14 |
| Secretário | Carlos Maria Pinheiro Torres | 06/jun/14 |
| | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
| Presidente Não Executivo | João Velez Carvalho | 10/ago/12 |
| Vogal Executivo | André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | 29/jun/12 |
| Vogal Executivo | Alfredo César Vasconcellos Navio | 29/jun/12 |
| Vogal Não Executivo | António José Lopes | 10/ago/12 |
| | CONSELHO FISCAL | |
| Presidente | Pedro Romano Martinez | 06/jun/14 |
| Vogal Efetivo | Ana Alexandra Filipe Freitas | 06/jun/14 |
| Vogal Efetivo | Paulo Jorge Rodrigues Mateus | 06/jun/14 |
| Vogal Suplente | Dino Jorge Ramos Santos | 06/jun/14 |
| | REVISOR OFICIAL DE CONTAS | |
| | António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas | 09/set/09 |
| | Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC n.º 177 | |

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

- › Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira
- › Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio



Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

- › Presidente Não Executivo: Dr. João Velez Carvalho
- › Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração da empresa tinham funções executivas e os dois restantes, funções não executivas e nenhum auferia qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 6 de junho de 2014, efetuada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal para acompanhar o mandato do Conselho de Administração da STCP (2012-2014):

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eng.º José António Ferreira de Barros

Vice-Presidente: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretário: Dr. Carlos Maria Pinheiro Torres

Conselho Fiscal

Presidente: Prof. Dr. Pedro Romano Martinez

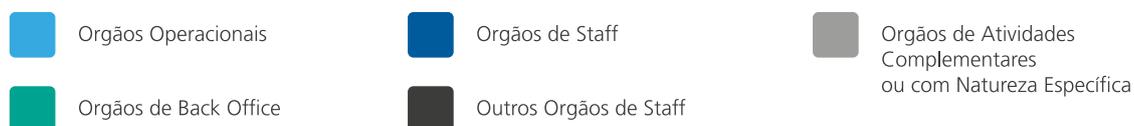
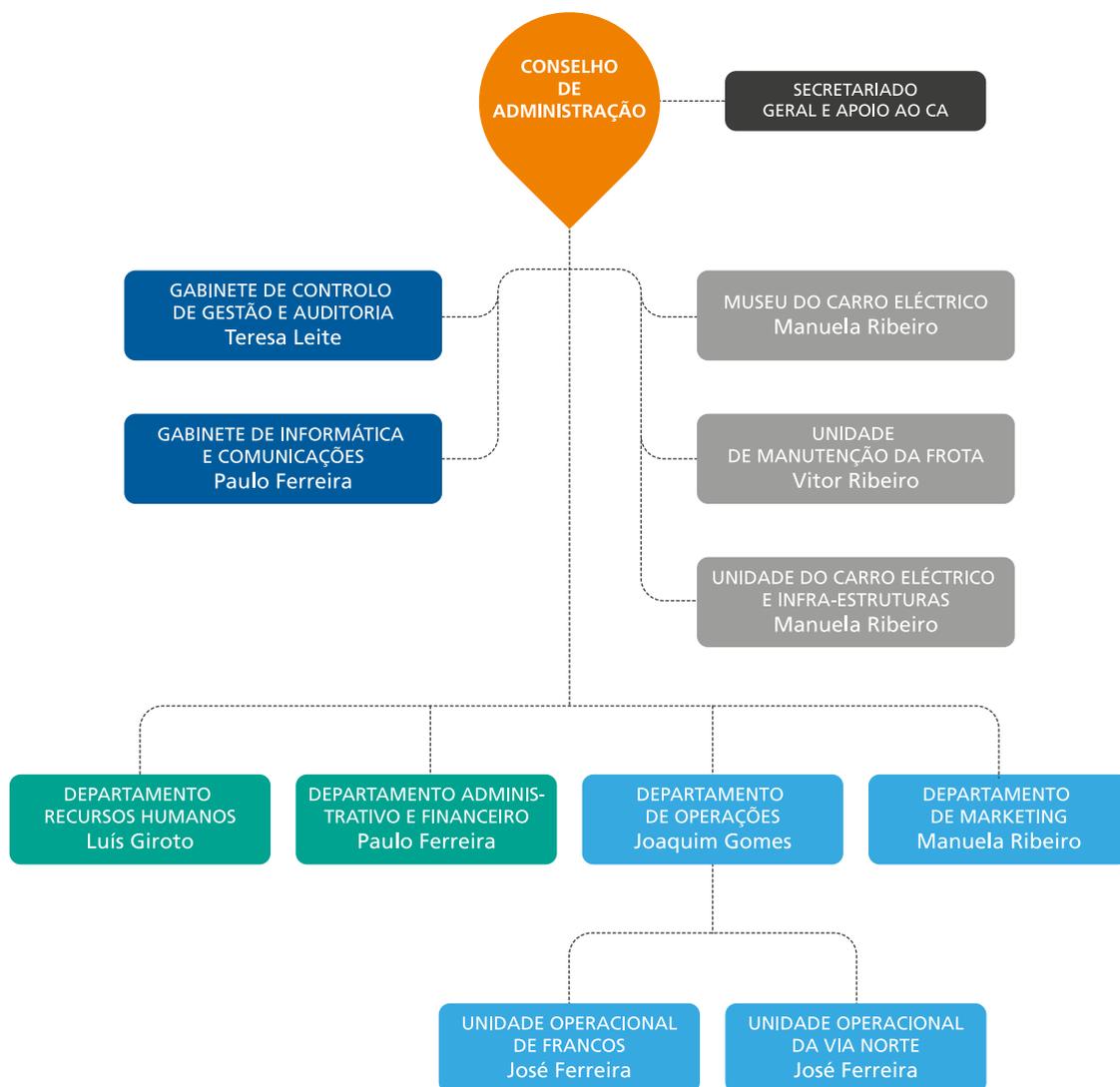
Vogal efetivo: Dra. Ana Alexandra Filipe Freitas

Vogal efetivo: Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus

Vogal suplente: Dr. Dino Jorge Ramos Santos

O restante órgão social foi eleito no mandato 2009-2011 e manteve-se em funções.

Macroestrutura a 31 dezembro 2015



4.2.1. Funções e responsabilidades

Assembleia-Geral

Competências da Assembleia-Geral da sociedade definidas no Artigo 8º dos seus Estatutos:

1 - A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;
- e) Deliberar sobre os projetos de expansão das linhas exploradas pela empresa;
- f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;
- g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.

Conselho de Administração

Competências do Conselho de Administração nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da Sociedade:

1 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- b) Elaborar o relatório anual;
- c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;
- d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;
- f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;

g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia-geral.

2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DE CADA MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2015:

Presidente Não Executivo – Dr. João Velez Carvalho

Exerceu funções não executivas. Acompanhou e avaliou continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Foi responsável pelas decisões estratégicas relativas a Recursos Humanos e pelo acompanhamento da Autoridade de Segurança da Exploração, da Empresa.

Exerceu funções executivas na Metro do Porto, S.A. como Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva e no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE como Vogal do Conselho de Administração.

Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Exerceu funções executivas. Foi responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Departamento de Marketing, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Gabinete de Informática e Comunicações, e Departamento Administrativo e Financeiro.

Representou a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e foi o gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Exerceu funções executivas. Foi responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Departamento de Recursos Humanos, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Infraestruturas e Museu do Carro Elétrico.

Representou a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes

Exerceu funções não executivas. Acompanhou e avaliou continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Foi responsável pelo acompanhamento do Controlo de Gestão e Planeamento e decisões de carácter estratégico e representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

Exerceu funções executivas na Metro do Porto, S.A. como Vogal do Conselho de Administração, na TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A., como Presidente do Conselho de Administração e no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE como Vogal do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

1 - A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.

2 - O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.

4.2.2. Curricula vitae dos membros do Conselho de Administração

Presidente Não Executivo – Dr. João Velez Carvalho

Data de Nascimento: 17 de abril de 1947

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970).

Pós-Graduação na Universidade de Paris XII com o Certificat d'Aptitude a l'Administration des Entreprises (diplome d'Etat) (1972).

Master of Business Administration (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1994).

Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008).

Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013).

Atividade Profissional:

Desde julho de 2012 a janeiro de 2016, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A..

Desde 1975: Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto (área científica de Gestão Estratégica/Professor Adjunto do quadro). Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte (2009/2011).

Após 2006: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

2003-2006: Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., com os pelouros de Recursos Humanos, Operações, Manutenção e do Museu do Carro Eléctrico; Administrador do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE (2006).

2000-2003: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

1999-2000: Consultor para as áreas do ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP) e LawGibb, S.A., desenvolvimento de projeto de relocalização industrial com a Roland Berger&Partners e consultor da RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A..

1989-1998: Administrador Delegado da SET – Serviços e Tecnologias, S.A. (Grupo RAR); Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, S.A.; Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.; Administrador da CLIMAESPAÇO – Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.; Diretor da RAR – Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL; Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.; Presidente do Conselho Fiscal da Imperial – Produtos Alimentares, S.A..

1975-1989: Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN – Materiais de Desenho de Mário Lino, Lda.; Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.; Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A..

Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Data de Nascimento: 19 de setembro de 1980

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto (2003).

Programa de Gestão Avançada, Escola de Gestão do Porto – EGP (2010).

Atividade Profissional:

Desde 2012 a janeiro de 2016, vogal executivo de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA (STCP).

De setembro 2009 a junho 2012 – Controller na Mota-Engil SGPS, SA.

De janeiro 2007 a agosto 2009 – Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, a.s.; Administrador da Mota-Engil Engineering, a.s.; Gerente da M-Invest Slovakia Mierova, s.r.o.; Gerente da M-Invest Soveria Trnavska, s.r.o.; Gerente da M-Invest Slovakia, s.r.o.; membro do Conselho Fiscal da Bergamon, a.s.; Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia.

De janeiro 2006 a dezembro 2006 – Controller na Mota-Engil Central Europe, SA.

De julho 2004 a dezembro 2005 – Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola.

De julho 2003 a junho 2004 – Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA.

Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Data de Nascimento: 15 de janeiro de 1967

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Informática de Gestão pela Universidade Portuguesa Infante Dom Henrique (1988-1994).

Pós-graduação em Finanças pela Universidade Portuguesa Infante Dom Henrique (1998-2000).

Atividade Profissional:

Desde 2012 a janeiro de 2016, Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA (STCP).

Desde 2012 a janeiro de 2016, Vogal do Conselho de Administração da OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

Desde 2012 a janeiro de 2016, Vogal do Conselho de Administração da TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA.

(2010-2012) Gestor Técnico Comercial na Unidade de Desenvolvimento Imobiliário da EP – Estradas de Portugal, SA.

(2009-2010) Técnico de Planeamento e Desenvolvimento de Novos Negócios na Delegação Regional do Porto da EP – Estradas de Portugal, SA.

(2004-2008) Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do IEP – Instituto das Estradas de Portugal.

(2002-2004) Diretor da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(2000-2002) Organização, controlo administrativo e financeiro de processos de empreitadas e apoio técnico a utilizadores de informática na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1997-2000) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico e Sistema de Informação de Empreitadas na Direção de Estradas do Porto da JAE – Junta Autónoma de Estradas e ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1995-1997) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico na Direção de Estradas de Viana do Castelo da JAE – Junta Autónoma de Estradas.

(1995) Consultor de apoio a utilizadores de informática na COMPTA RH – Organização e Gestão de Recursos Humanos, SA.

Outras Atividades:

(desde 2015) Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Futebol Clube da Foz.

(desde 2012) 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral da ADEPORTO – Agência de Energia do Porto.

(2011-2013) 1.º Secretário da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia do Bonfim.

(2009-2011) Membro da Assembleia da Junta de Freguesia do Bonfim.

(2011-2012) Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ESV – Expansión Sin Vello – Estética, SA.

(2007-2010) Presidente do Conselho Fiscal da Casa do Pessoal da EP – Estradas de Portugal, EPE.

Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes

Data de Nascimento: 23 de novembro de 1957

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, em 1982.

Pós-Graduação em Gestão para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa em 1998/1999.

Atividade Profissional:

(desde 13 de julho de 2012) Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A..

(desde 30 de julho de 2012) Vogal do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE.

(desde 2 de agosto de 2012) Gerente da Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda..

(desde 22 de agosto de 2012) Presidente do Conselho de Administração da TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

(desde 21 de dezembro de 2012) Vogal do Conselho de Administração da Associação Porto Digital.

(desde 28 de janeiro de 2013) Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região (ATC – Porto Tours).

(desde 27 de março de 2013) Vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

(2010-2011) Diretor Geral da Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração.

(1998-2010) Diretor Geral de Compras, Aprovisionamentos e Investimentos e de Sistemas de Informação – Vista Alegre Atlantis S.A..

(1997-1998) Diretor Geral – Empresa Continental Importadora, S.A..

(1990-1997) Diretor Administrativo e Financeiro – EC – Material Eléctrico, Grupo General Electric, passando em janeiro de 2006 a denominar-se GE Power Controls Portugal.

(1986-1989) Chefia dos Serviços de Controlo de Gestão – Empresa Electro-Cerâmica, Grupo Vista Alegre.

(1985-1986) Subdireção Financeira – STCP (Serviços de Transportes Coletivos do Porto).

4.3. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

4.3.1. Estatuto remuneratório

1. Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 29 de junho de 2012, fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público (EGP), na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM n.º 36/2012, de 26 de março, do seguinte modo:

- › Vogais Executivos: valor íliquido € 3.662,56, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de € 1.465,02.

A estes valores íliquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010 e do artigo 19º, n.º 1, alínea c) e n.º 9, alínea c) da Lei n.º 55-A/2010, pelo que os valores serão:

- › Vogais Executivos: valor líquido € 3.131,49, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de € 1.252,60.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. Em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa

de Assistência Económica e Financeira – PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 10 de agosto de 2012, fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do EGP, na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM n.º 36/2012, de 26 de março, conforme se apresenta seguidamente:

- › Presidente não executivo: valor íliquido de € 1.144,55.
- › Vogal Não executivo: valor íliquido de € 915,64.

Porém, refere que estes membros eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores íliquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, n.º 1, alínea c) e n.º 9, alínea q) da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

Em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 18 de junho de 2013, sobre política de remunerações dos Órgãos Sociais da STCP, foi deliberado o seguinte:

- Ponto quinto – “(...) Em cumprimento do preceituado no artigo 37º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, declara-se que, durante a vigência do PAEF, não haverá lugar a atribuição de prémios de gestão. O pagamento do subsídio de férias será efetuado nos moldes que vierem a ser definidos no orçamento rectificativo e o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da RCM n.º 16/2012.”

- Ponto oitavo – “(...) Os membros executivos do Conselho de Administração auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- › Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- › O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º da EGP;
- › Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32º da EGP.

Não é permitida:

- › A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- › A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32º do EGP;
- › O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32º do EGP.”

Foi deliberado na Assembleia Geral da STCP, realizada a 29 de maio de 2015, ponto sexto da ordem de trabalhos, o seguinte:

“Declaração sobre Política da Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A..

As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidos pelo acionista e a situação do mercado. Face à atual situação económica e financeira nacional, torna-se necessária a definição de uma política de remuneração dos gestores públicos consistente com a eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado. Assim, assume particular relevo a necessidade de adotar um regime remuneratório que traduza uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa, devendo, igualmente, ser assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva. No contexto da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a RCM n.º 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, que atribui a classificação C à STCP, S.A..

Assim, ao abrigo do artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, declara-se que para o ano de 2015: a remuneração dos gestores da STCP, S.A. será apurada de acordo com a metodologia definida na RCM n.º 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, sem prejuízo da aplicação das reduções remunera-

tórias vigentes, bem como de outras disposições que venham a ser legalmente definidas.

Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 41º da LOE 2014, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 35º da LOE 2014 (...).”

2. Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foi fixado o seguinte estatuto remuneratório a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal:

Mesa da Assembleia Geral

- › Presidente: senha de presença no valor de € 500,00.
- › Vice-Presidente: senha de presença no valor de € 425,00.
- › Secretário: senha de presença no valor de € 350,00.

Conselho Fiscal

- › Presidente: valor mensal líquido de € 1.281,90, pago 14 vezes por ano.
- › Vogais: valor mensal líquido de € 961,42, pago 14 vezes por ano.

A estes valores será aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e para o Conselho Fiscal o pagamento do subsídio de natal será efetuado por duodécimos, nos termos do artigo 35º da mesma Lei, sem prejuízo de aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Determina-se que, nos termos do disposto no n.º 21 da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do PAEF, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros eleitos não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro. Aplica-se a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

Foi deliberado na Assembleia Geral da STCP, realizada a 29 de maio de 2015, ponto sexto da ordem de trabalhos, o seguinte:

“Declaração sobre Política da Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A..

As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidos pelo acionista e a situação do mercado. Face à atual situação económica e financeira nacional, torna-se necessária a definição de uma política de

remuneração dos gestores públicos consistente com a eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado. Assim, assume particular relevo a necessidade de adotar um regime remuneratório que traduza uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa, devendo, igualmente, ser assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva.

No contexto da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a RCM n.º 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, que atribui a classificação C à STCP, S.A..(...)

Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 41º da LOE 2014, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 35º da LOE 2014.

À remuneração atribuída ao Conselho Fiscal, estabelecida de acordo com os critérios fixados pelo Despacho 764/SETF/2012 de 4 de maio, é aplicada a redução remuneratória vigente, bem como outras que venham a ser legalmente determinadas.”

3. Revisor Oficial de Contas

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito tomada pelo acionista Estado, em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ainda em funções.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

Foi deliberado na Assembleia Geral da STCP, realizada a 29 de maio de 2015, ponto sexto da ordem de trabalhos, o seguinte:

“Declaração sobre Política da Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A..

As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas

normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidos pelo acionista e a situação do mercado. Face à atual situação económica e financeira nacional, torna-se necessária a definição de uma política de remuneração dos gestores públicos consistente com a eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado. Assim, assume particular relevo a necessidade de adotar um regime remuneratório que traduza uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa, devendo, igualmente, ser assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva.

No contexto da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a RCM n.º 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, que atribui a classificação C à STCP, S.A..(...)

Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 41º da LOE 2014, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 35º da LOE 2014.

À remuneração atribuída ao Conselho Fiscal, estabelecida de acordo com os critérios fixados pelo Despacho 764/SETF/2012 de 4 de maio, é aplicada a redução remuneratória vigente, bem como outras que venham a ser legalmente determinadas.”

4.3.2. Remunerações e outras regalias

Mesa da Assembleia-Geral

| MANDATO | | | REMUNERAÇÃO ANUAL 2015 (€) | | | | |
|--------------|-----------------|--|----------------------------|-----------|-----------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| (INÍCIO-FIM) | CARGO | NOME | VALOR DA SENHA FIXADO (€) | BRUTO (1) | REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2) | REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3) | VALOR FINAL (4) = (1)-(2)+(3) |
| 2012-2014 | Presidente | José António Ferreira de Barros | 500 | 500 | 0 | 0 | 500 |
| 2012-2014 | Vice-Presidente | Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais | 425 | 425 | 0 | 0 | 425 |
| 2012-2014 | Secretário | Carlos Maria Pinheiro Torres (*) | 350 | 334 | 0 | 0 | 334 |

(*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, pois por Despacho n.º 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o n.º 21 da RCM n.º 16/2012 e o n.º 3 da RCM n.º 36/2012.

Conselho de Administração

| MANDATO | | | DESIGNAÇÃO | |
|--------------|--------------------------|--|--|-----------|
| (INÍCIO-FIM) | CARGO | NOME | FORMA | DATA |
| 2012-2014 | Presidente Não Executivo | João Velez Carvalho | Deliberação Social Unânime por Escrito | 10/ago/12 |
| 2012-2014 | Vogal Executivo | André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | Deliberação Social Unânime por Escrito | 29/jun/12 |
| 2012-2014 | Vogal Executivo | Alfredo César Vasconcellos Navio | Deliberação Social Unânime por Escrito | 29/jun/12 |
| 2012-2014 | Vogal Não Executivo | António José Lopes | Deliberação Social Unânime por Escrito | 10/ago/12 |

| ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES | | | |
|--|--|---------------------------------|---------|
| MEMBRO DO CA | ENTIDADE | FUNÇÃO | REGIME |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE | Vogal Conselho de Administração | Privado |
| | STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. | Gerente | Privado |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. | Vogal Conselho de Administração | Privado |
| | TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A. | Vogal Conselho de Administração | Privado |

| ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO | | | | |
|--|--------|---------------|------------------------------|------------------------|
| MEMBRO DO CA | FIXADO | CLASSIFICAÇÃO | REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTO (€) | |
| | | | VENCIMENTO MENSAL | DESPESAS REPRESENTAÇÃO |
| João Velez Carvalho [1] | Sim | C | 1.145 | 0 |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | Sim | C | 3.663 | 1.465 |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | Sim | C | 3.663 | 1.465 |
| António José Lopes [1] | Sim | C | 916 | 0 |

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos.

| MEMBRO DO CA | REMUNERAÇÃO ANUAL (€) | | | | | |
|--|-----------------------|--------|-----------|-----------------------------|----------------------------|------------------------------|
| | VARIÁVEL | FIXA * | BRUTO (1) | REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2) | REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3) | VALOR FINAL (4) =(1)-(2)+(3) |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | 0 | 68.856 | 68.856 | 10.328 | 1.719 | 60.246 |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | 0 | 67.882 | 67.882 | 10.182 | 1.738 | 59.437 |

* Inclui remuneração + despesas de representação.

| MEMBRO DO CA | BENEFÍCIOS SOCIAIS (€) | | | | | | | |
|--|------------------------|-------------------|---------------------------|--------|---|-----------------|----------------|------------------------------|
| | SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO | | REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL | | | SEGURO DE SAÚDE | SEGURO DE VIDA | SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS |
| | VALOR /DIA | MONTANTE PAGO ANO | IDENTIFICAR | VALOR | | | | |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | 4,27 | 1.003 | Segurança social | 15.395 | 0 | 0 | 319 | |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | 4,27 | 974 | CGA | 15.280 | 0 | 0 | 319 | |

| MEMBRO DO CA | GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS (€) | | | OBSERVAÇÕES |
|--|------------------------------------|-------------|---|-------------|
| | PLAFOND MENSAL DEFINIDO | VALOR ANUAL | | |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | 80 | 223 | | |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | 80 | 698 | Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído | |

| MEMBRO DO CA | ENCARGOS COM VIATURAS | | | | | | | | |
|--|-----------------------|------------------------|------------------------------------|------------|------------|-----------|---------------------------|----------------------------|--|
| | VIATURA ATRIBUÍDA | CELEBRAÇÃO DE CONTRATO | VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA (€) | MODALIDADE | ANO INÍCIO | ANO TERMO | VALOR DA RENDA MENSAL (€) | GASTO ANUAL COM RENDAS (€) | PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES (N.º) |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | Sim | Sim | 38.513 | ALD | 2009 | 2016 | 800 | 9.600 | 6 |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | Sim | Sim | 44.332 | ALD | 2010 | 2016 | 875 | 10.503 | 6 |

| MEMBRO DO CA | GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€) | | | | | |
|--|--|-------------|-----------|-------------------|------------|---|
| | PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEL E PORTAGENS (€) | COMBUSTÍVEL | PORTAGENS | OUTRAS REPARAÇÕES | SEGURO (*) | OBSERVAÇÕES |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | 366 | 1.255 | 82 | 907 | | |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | 366 | 2.815 | 670 | 140 | | Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído |

(*) Incluído no valor da renda ALD.

| MEMBRO DO CA | GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€) | | | | | |
|--|---|----------------------|-----------------|-------------|-------|-----------------------------|
| | DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO | CUSTO COM ALOJAMENTO | AJUDAS DE CUSTO | OUTRAS | | GASTO TOTAL COM VIAGENS (€) |
| | | | | IDENTIFICAR | VALOR | |
| André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 |
| Alfredo César Vasconcellos Navio | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 |

Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- › À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- › Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Conselho Fiscal

| MANDATO | | DESIGNAÇÃO | | | ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (MENSAL) (€) |
|--------------|-----------------|------------------------------|--|-----------|--|
| (INÍCIO-FIM) | CARGO | NOME | FORMA | DATA | |
| 2012-2014 | Presidente | Pedro Romano Martinez | Deliberação Social Unânime por Escrito | 06/jun/14 | 1.282 |
| 2012-2014 | Vogal Executivo | Ana Alexandra Filipe Freitas | Deliberação Social Unânime por Escrito | 06/jun/14 | 961 |
| 2012-2014 | Vogal Executivo | Paulo Jorge Rodrigues Mateus | Deliberação Social Unânime por Escrito | 06/jun/14 | 961 |

| NOME | REMUNERAÇÃO ANUAL 2015 (€) | | | |
|----------------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------------|
| | BRUTO (1) | REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2) | REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3) | VALOR FINAL (4) =(1)-(2)+(3) |
| Pedro Romano Martinez [1] | 17.947 | 2.824 | 341 | 15.464 |
| Ana Alexandra Filipe Freitas [2] | 13.460 | 2.155 | 256 | 11.561 |
| Paulo Jorge Rodrigues Mateus [3] | 13.460 | 2.261 | 256 | 11.455 |

As reduções remuneratórias dos membros do Conselho Fiscal de 2015, incluem a regularização relativa ao ano de 2014 de acordo com o Despacho n.º 1212/15-SET de 4.08.2015:

[1] A redução remuneratória referente a 2014 é de 222€.

[2] A redução remuneratória referente a 2014 é de 203€.

[3] A redução remuneratória referente a 2014 é de 309€.

Revisor Oficial de Contas

| MANDATO | IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC | | | | DESIGNAÇÃO | | | |
|--------------|---------------------------|---|------|--------------------------|---------------------|-----------|-------|-----------------------------------|
| | (INÍCIO - FIM) (1)(2) | CARGO | NOME | N.º DE INSCRIÇÃO NA OROC | N.º REGISTO NA CMVM | FORMA (3) | DATA | REMUNERAÇÃO CONTRATADA MENSAL (€) |
| nov-dez 2008 | Revisor Oficial de Contas | António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C. | 53 | 20161396 | DUE | 25/nov/08 | 1.300 | 1 |
| 2009-2011 | Revisor Oficial de Contas | António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C. | 53 | 20161396 | DUE | 09/set/09 | 1.300 | 1 |

(1) Eleito para completar o mandato 2006-2008.

(2) Eleito para o Mandato 2009-2011, mantendo-se ainda em funções em 2015.

(3) DUE – Deliberação Social Unânime por Escrito.

| NOME | REMUNERAÇÃO ANUAL 2015 (€) | | | VALOR FINAL (4)=(1)-(2)+(3) |
|--|----------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| | BRUTA (1) | REDUÇÃO REMUNERATÓRIA (2) | REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3) | |
| António Magalhães & Carlos Santos , S.R.O.C. | 15.600 | 1.560 | 312 | 14.352 |

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.282 euros, que já inclui as reduções remuneratórias impostas pela legislação aplicável.

4.4. OBJETIVOS DE GESTÃO E GRAUS DE CUMPRIMENTO

Através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 47/2014, de 22 de julho, o Governo determinou a abertura à iniciativa privada da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas públicas de transporte Metro do Porto, S.A. (MP) e Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP). Em concretização daquela medida, em 8 de agosto de 2014, a STCP e a MP, juntando-se como agrupamento de entidades adjudicantes, lançaram um concurso público internacional para a subconcessão da exploração dos serviços de transporte prestados por ambas as empresas, por um prazo de 10 anos, procedimento que sofreu depois alterações às respetivas peças em 14 de outubro de 2014, 12 de novembro de 2014 e 9 de dezembro de 2014.

Não obstante ter o referido concurso público culminado em adjudicação ao então agrupamento adjudicatário formado pela Ferrocarril Metropolitana de Barcelona SA. / Transports Ciutat Comtal S.A., no que respeita ao sistema de transporte da STCP – que foi objeto de condição suspensiva prevista no artigo 20º n.º 3 do Programa de Concurso, e que veio a ser levantado por deliberação da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto para aditamento, ao regime geral de exploração do serviço público de transportes de passageiros, dos títulos de concessão concedidos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóveis – não veio a concretizar-se a celebração do respetivo contrato de subconcessão do sistema de transportes em modo autocarro da STCP, por caducidade da adjudicação, devido à não prestação atempada da caução.

Face à extinção do procedimento concursal, por força da caducidade da adjudicação da subconcessão do sistema de transportes da STCP, o então Conselho de Administração (CA), em 21 de agosto de 2015, deliberação proceder ao lançamento de novo procedimento pré-concursal por ajuste direto.

O Despacho n.º 9660-A/2015, de 24 de agosto, dos Ministérios das Finanças e da Economia, veio aprovar as peças do novo procedimento pré-concursal e o lançamento do mesmo, considerando que o referido normativo se enquadrava num conjunto de medidas mais vasto constante do Plano Estratégico dos Transportes – PET, e do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – PETI3+ para o horizonte 2010-2014, resultante dos compromissos assumidos pelo Estado

Português no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

De acordo com o deliberado pelo CA foram convidadas a apresentar propostas, todas as entidades que adquiriram as peças do Concurso Público lançado em 8 de agosto de 2014. No dia 3 de setembro de 2015 foram apresentadas nove propostas. Dos relatórios preliminar e final da análise de propostas apresentados pelo júri, e que não mereceram qualquer reclamação, o júri propôs a adjudicação do objeto do Procedimento, para a subconcessão do sistema de transportes da STCP, S.A., ao Agrupamento Alsa National Express, constituído por: Nex Continental Holdins S.L.U. / Alsa Ferrocarril S.A.U. / Alsa Atlantica S.L.U., de acordo com as condições de remuneração previstas no artigo 36º do caderno de encargos da STCP, S.A..

A STCP deliberou, em 14 de setembro de 2015, adjudicar a proposta do Agrupamento Alsa National Express, tendo efetuado a comunicação prevista no ponto 10.4 do Convite à apresentação de propostas, no dia 17 de setembro de 2015, produzindo-se então os efeitos da decisão de adjudicação.

No entanto, em 18 de setembro de 2015, a STCP foi citada no âmbito do Processo Cautelar n.º 2149/15.6BE-PRT, instaurado no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, por um conjunto de cidadãos ao abrigo do alegado direito de Ação Popular, requerendo a suspensão da eficácia da deliberação do Conselho de Administração da STCP de 21 de agosto de 2015, com base na qual foi promovido o procedimento de ajuste direto, com consulta a várias entidades. A STCP apresentou nos termos e para os efeitos do n.º 1 ao artigo 128º do CPTA, resolução fundamentada tomada pelo Conselho de Administração, a 5 de outubro de 2015, sendo que esta resolução determinou o fim da suspensão dos prazos que se encontravam suspensos desde o dia 18 de setembro, com notificação nesse mesmo dia ao agrupamento vencedor.

Após a entrega dos documentos de habilitação e da apresentação da caução necessários, foi outorgado o contrato de subconcessão do sistema de transportes, em modo autocarro, da STCP, no dia 26 de outubro de 2015.



Em 30 de outubro de 2015, foi submetido o referido contrato à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 45º e 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e em conformidade com o disposto no artigo 81º da citada lei e com as instruções constantes da Resolução n.º 14/2011, de 11 de julho.

O Tribunal de Contas, no âmbito do processo de fiscalização prévia do contrato, procedeu à devolução do processo de visto, a fim de ser completado o respetivo estudo (ofício Ref. DECOP/UAT.2/ 5245/2015, datado de 12-11-2015).

A Resolução da Assembleia da República n.º 145/2015, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 252 de 28 de dezembro de 2015, veio recomendar ao Governo a revogação e a reversão das subconcessões dos sistemas de transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., conforme definido nos pontos 1 e 2:

“1 – Proceda às medidas necessárias com vista à urgente anulação do processo de subconcessão do serviço público de transporte coletivo prestado pelas sociedades STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A. e pela Metro do Porto.

2 – Promova as medidas necessárias ao restabelecimento das condições legais existentes previamente ao processo de subconcessão.”

Tendo por referência as recomendações emanadas da Assembleia da República, e com base em pareceres jurídicos sustentados, o Conselho de Administração, nomeado em 25 de janeiro de 2016, por Deliberação Social Unânime Por Escrito, deliberou já em fevereiro de 2016, sobre a intenção de anulação administrativa

do ato de adjudicação e do contrato de subconcessão do sistema de transporte da STCP, S.A. celebrado entre a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. e a Alsa Metropolitana do Porto, Lda., e para os efeitos previstos nos artigos 121.º e 122.º do CPA, notificar o Agrupamento constituído pelas sociedades Holdings, S.L.U., Alsa Ferrocarril, S.A.U., Alsa Atlantica, S.L.U., bem como a sociedade Alsa Metropolitana do Porto, Lda., da deliberação, para todos os legais efeitos, tendente à anulação administrativa do ato de adjudicação e do Contrato de Subconcessão do Sistema de Transporte da STCP, S.A., subsequentemente celebrado e que foi assinado a 26 de outubro de 2015.

A empresa consubstanciou através dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2015, na sua versão final em 15 de dezembro de 2014, o Plano de Atividades e Orçamento 2015 e o Plano de Investimentos e Alienação de Ativos 2015, aprovados na Assembleia Geral de 29 de maio de 2015.

Apresenta-se nos pontos seguintes, de forma quantificada, as metas atingidas dos objetivos de gestão de acordo com o previsto no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Objetivos do contrato de gestão

Não foi estabelecido contrato de gestão para o ano de 2015.

4.4.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

| PRC | UNID | META | | | | | | | 2015/2014 | | 2015/2010 | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|--------|-----------|--------|
| | | | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 | Δ ABS. | VAR. % | Δ ABS. | VAR. % |
| (1) CMVMC | 10 ³ € | | 859 | 1.078 | 1.341 | 1.260 | 1.545 | 1.421 | -218 | -20% | -562 | -40% |
| (2) FSE | 10 ³ € | | 19.270 | 22.096 | 24.847 | 31.021 | 32.622 | 32.611 | -2.827 | -13% | -13.341 | -41% |
| (3) Gastos com o pessoal [a] | 10 ³ € | | 28.796 | 29.314 | 31.427 | 29.134 | 34.062 | 39.045 | -518 | -1,8% | -10.249 | -26% |
| (4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3) | 10 ³ € | | 48.925 | 52.488 | 57.615 | 61.415 | 68.229 | 73.077 | -3.563 | -6,8% | -24.152 | -33% |
| (5) Volume de negócios (VN) [b] | 10 ³ € | | 44.931 | 48.127 | 49.541 | 53.493 | 54.253 | 52.778 | -3.196 | -6,6% | -7.847 | -15% |
| (6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5) | % | | 108,9% | 109,1% | 116% | 115% | 126% | 138% | -0,2 pp | -0,2% | -30 pp | -21% |
| LEI OE 2015 - ARTº. 61 N.º3 | | | | | | | | | | | | |
| Comunicações (FSE) | 10 ³ € | | 104,1 | 160,8 | 197,1 | 360,7 | 425,2 | 441,1 | -57 | -35% | -337 | -76% |
| Deslocações/Estadas (FSE) | 10 ³ € | em linha com 2014 | 2,0 | 1,7 | 2,3 | 1,9 | 9,3 | 15,6 | 0,3 | 16% | -14 | -87% |
| Ajudas de custo (Gastos com Pessoal) | 10 ³ € | | 1,1 | 0,4 | 0,2 | 0,4 | 1,9 | 2,7 | 0,7 | 173% | -2 | -61% |
| Número de trabalhadores [c] | n.º | | 1.183 | 1.185 | 1.243 | 1.273 | 1.336 | 1.515 | -2 | -0,2% | -332 | -22% |
| Número de efetivos [d] | n.º | | 1.134 | 1.134 | 1.209 | 1.236 | 1.299 | 1.450 | 0 | 0,0% | -316 | -22% |
| Número de cargos de direção [e] | n.º | | 7 | 8 | 12 | 13 | 14 | n.a. | -1 | -13% | n.a. | n.a. |
| N.º trabalhadores / cargos de direção | n.º | | 169 | 148 | 104 | 98 | 95 | n.a. | 21 | 14% | n.a. | n.a. |
| VIATURAS | | | | | | | | | | | | |
| Número de viaturas [f] | n.º | menor que 2014 | 52 | 52 | 55 | n.a. | n.a. | n.a. | 0 | 0% | n.a. | n.a. |
| Gastos com viaturas | 10 ³ € | | 160 | 172 | 218 | n.a. | n.a. | n.a. | -12 | -7% | n.a. | n.a. |

[a] Sem indemnizações por cessação de contrato de trabalho (n.º 2 artigo 61º Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro: os valores das indemnizações pagas por rescisão não integram os gastos com pessoal).

[b] Volume de negócios = vendas e serviços prestados + outros rendimentos e ganhos + trabalhos para a própria empresa.

[c] A 31 de dezembro. Inclui órgãos sociais e trabalhadores requisitados e cedidos.

[d] A 31 de dezembro. Inclui órgãos sociais. A diferença para os trabalhadores são as ausências por doença e/ou acidente de trabalho cuja baixa seja superior a um mês e os trabalhadores com vínculo à empresa cedidos a outra empresa ou requisitados.

[e] A 31 de dezembro.

[f] Alienadas três viaturas em 2014.

No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, conforme ofício-circular n.º 11157, de 2 de dezembro de 2014, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015, destaca-se:

- › O somatório das rubricas custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), fornecimentos e serviços externos (FSE) e gastos com pessoal, deduzidos das indemnizações por cessação de contrato de trabalho (ICCT), que atingiu em 2015 o montante de 48,9 milhões de euros, reduzindo 33%, 24,2 milhões de euros, face a 2010.
- › O EBITDA (de gestão) foi negativo em 4,4 milhões de euros, quando em 2014 tinha atingido o valor positivo de 1,4 milhões de euros. Refira-se que no ano de 2015 não foram atribuídas indemnizações compensatórias, quando em 2014 tinham sido de 4,7 milhões de euros.
- › O total da soma dos gastos com comunicações, despesas com deslocações e ajudas de custo, atingiu o montante de 107,1 milhares de euros em 2015, inferior em 55,7 milhares de euros (-34%) face a 2014.
Com exceção da rubrica despesas com deslocações, que aumentou cerca de 277 euros (+16%) face ao ano anterior, todas as restantes apresentaram reduções de gastos.
- › Os gastos associados à frota automóvel reduziram 7%, cerca de 12 mil euros, relativamente a 2014, tendo-se mantido o número de viaturas.
- › O volume de negócios foi de 44,9 milhões de euros, reduzindo 6,6% (-3,2 M€) face a 2014.
- › O peso dos gastos no volume de negócios foi de 108,9%, reduzindo 0,2 p.p. em comparação com o ano anterior.

Recursos Humanos

- › O total de trabalhadores (incluindo órgãos sociais e trabalhadores requisitados e cedidos) a 31 de dezembro de 2015 era de 1.183 trabalhadores, tendo reduzido 0,2%, menos 2 trabalhadores, face a 31 de dezembro de 2014.
O pessoal tripulante (motoristas e guarda freios) em 31 de dezembro de 2015 era de 854, representado 72,2% do total de trabalhadores.
- › Os cargos de direção a 31 de dezembro de 2015 apresentavam uma redução de 13%, menos 1, face a 2014, por saída de efetivo.
- › O rácio n.º de trabalhadores / cargos de direção registou uma evolução positiva de 14% face a 2014, passando para 169 em 2015, quando em 2014 era 148.
- › Confirma-se a aplicação a todos os trabalhadores das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2015, nomeadamente as constantes na Lei do OE2015.

- › Benefícios pós-emprego – foi cumprido o definido na legislação em vigor, conforme o explanado no ponto 3.5.3 Fundo de Pensões.

A STCP em 31 de julho de 2015, efetuou um pedido à Tutela de “Autorização para a contratação de novos motoristas afetos ao serviço público de transporte de passageiros”. O pedido respeitava ao recrutamento e contratação de 139 motoristas, para afetação ao serviço público de transporte de passageiros, até 31 de dezembro de 2015, considerando-se este como o número necessário e indispensável para assegurar o serviço público de transporte a que a empresa está obrigada, motivado pela saída de trabalhadores da Empresa nos últimos anos, por motivos de reforma ou rescisão de contrato.

O referido pedido obteve autorização da Tutela, emanada por Despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (SET) – ofício Ref. 7325, datado de 14 de agosto de 2015. Nos pontos 1 e 2 do Despacho da SET, consta, o seguinte:

“1 – Considerando que se encontram preenchidos todos os requisitos previstos no número 3 do artigo 58º da LOE para 2015, e por razões de relevante interesse público, autorizo, a título excecional, a STCP a proceder à contratação de 139 motoristas, afetos ao serviço de transporte público de passageiros.

2 – Esta autorização não prejudica a necessidade de implementar as medidas de gestão que se revelarem adequadas por forma a cumprir os objetivos estabelecidos para 2015 no que concerne ao quadro de pessoal da STCP.”.

Com base na autorização recebida, a STCP procedeu à contratação até ao final do ano de 2015 de 60 novos motoristas – 30 em outubro, 15 em novembro e 15 em dezembro.

4.4.2. Gestão do risco financeiro e limites de Endividamento

O detalhe da política de gestão da carteira de dívida e do risco financeiro associada à mesma é apresentado na Nota 28 às demonstrações financeiras.

Em 2015, o modelo de financiamento da STCP, passou a ser garantido por fundos provenientes do acionista Estado, mediante solicitação da empresa, fundamentada em demonstrações financeiras previsionais, de modo a assegurar a liquidez para funcionamento da empresa.

Da gestão do risco financeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015, na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício circular para a elaboração dos IPG-2015, apresentam-se tabelas abaixo.

Evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos três anos:

| ANOS | 2015 | 2014 | 2013 |
|---------------------------------|------------|------------|------------|
| Encargos Financeiros (€) [1] | 14.761.383 | 19.653.131 | 21.350.025 |
| Taxa Média de Financiamento (%) | 1,72% | 3,55% | 4,48% |

[1] Juros de financiamento e de outros instrumentos financeiros (swap) e encargos com financiamentos.

Evolução do passivo remunerado dos anos 2015 - 2013:

| PASSIVO REMUNERADO (€) | 2015 | 2014 | 2013 | 15-14 | % |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------|
| Financiamentos obtidos (correntes e não correntes) | 425.588.098 | 415.208.460 | 395.935.043 | 10.379.638 | 2,5% |
| dos quais concedidos pela DGTF [1] | 313.368.424 | 301.250.249 | 0 | 12.118.175 | 4,0% |
| Aumentos de Capital por dotação | 3.006.762 | 0 | 0 | 3.006.762 | |
| Aumentos de Capital por conversão de créditos | 2.849.363 | 0 | 0 | 2.849.363 | |
| Endividamento Ajustado | 431.444.223 | 415.208.460 | 395.935.043 | 16.235.763 | 3,9% |

[1] valor nominal dos empréstimos.

A STCP terminou o ano de 2015 com uma dívida remunerada total de aproximadamente 426 milhões de euros, registando um aumento de 2,5% face a 31 de dezembro de 2014.

De acordo com as orientações recebidas no anexo I do ofício 712/16 da DGTF, de 12 de fevereiro, o endividamento ajustado foi de 3,9%. Foi excedido em 0,9 p.p. o limite de endividamento de 3% estipulado no n.º 5 do artigo 61.º da Lei n.º 84-B/2014, de 31 de dezembro.

4.4.3. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

De acordo com o previsto no artigo 125.º da Lei n.º 82-C/2014, de 31 de dezembro, a STCP submeteu à Secretaria de Estado do Tesouro (SET) o pedido de aplicação do regime de exceção ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) para o ano de 2015.

Pelo Despacho n.º 875/15 da SET, de 5 de junho, e Despacho n.º 1681/15, de 15 de setembro, foi autorizado o regime de exceção à UTE no que respeita a operações de financiamento e garantias bancárias.

A empresa concentrou grande parte das suas disponibilidades junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., e procedeu de igual modo, no que diz respeito à gestão corrente de serviços bancários, utilizando os serviços disponibilizados pelo IGCP.

De referir que, no ano, a empresa não efetuou qualquer aplicação financeira. Auferiu, no entanto, um montante de juro marginal líquido, em resultado da disponibilidade financeira existente em Depósito à Ordem, em uma instituição bancária. Esse montante foi colocado à disposição da Direção Geral do

Orçamento, nos termos do n.º 8 do artigo 125.º da Lei acima mencionada, que determina que tais valores devem reverter a favor do Estado.

4.4.4. Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso

Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores foi determinada em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, ou seja, pelo rácio da dívida a fornecedores e credores diversos e aquisições de bens e serviços, que registaram uma variação em 2015 de 13% e -9%, respetivamente.

Em 2015 o PMP situou-se nos 66 dias, registando uma diminuição de 3 dias face a 2014, ou seja cerca de -4%.

| PMP [1] | 2015 | 2014 | VAR. 15/14 | |
|--------------|------|------|------------|-------|
| | | | VALOR | % |
| Prazo (dias) | 65,5 | 68,4 | -2,9 | -4,2% |

[1] Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Em 2015 não foi atingido o grau de cumprimento dos objetivos definidos no n.º 9 da RCM n.º 34/2008, que estabelece que para PMP do ano anterior superior ou igual a 45 dias, a redução do PMP deveria atingir uma redução entre 15 a 25%.

Atrasos nos pagamentos (“arrears”)

Apresenta-se a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição:

| DÍVIDAS VENCIDAS (EUROS) | 0-90 DIAS | DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART.1º DL 65-A/2011 | | | |
|-------------------------------|----------------|--|---------------|---------------|---------------|
| | | 90-120 DIAS | 120-240 DIAS | 240-360 DIAS | > 360 DIAS |
| Aquisições de Bens e Serviços | 190.358 | 1.158 | 28.061 | 5.948 | 52.394 |
| Aquisições de Capital | 9.572 | 0 | 0 | 19.234 | 0 |
| Total | 199.930 | 1.158 | 28.061 | 25.181 | 52.394 |

As dívidas vencidas em 2015 ascendiam a 107 mil euros, sendo que cerca de 50 mil euros (47%) respeitam a transações entre empresas participadas da STCP, a TIP e a Metro do Porto, que são simultaneamente devedoras e credoras da empresa. Parte do montante restante refere-se a faturas em conferência e a regularização de faturas.

A STCP tem desenvolvido esforço para redução dos seus prazos de pagamento a fornecedores e pagamento das dívidas em atraso, tendo ambos apresentado uma redução relativamente a 2014, de 3 dias, no caso do prazo de pagamentos, e de 118 mil euros, no caso das dívidas em atraso.

4.5. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

A STCP rege-se pelos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, retificados pela Declaração n.º 101/94 de 30 de julho, complementados e clarificados no que se refere às linhas por si exploradas em modo de troleicarro ou carro elétrico, pelo Decreto-Lei n.º 379/98, de 27 de novembro e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Pelo facto do Estado ser o acionista único da Sociedade, a empresa está sujeita, naquilo que lhe é aplicável, aos princípios e regras do sector público empresarial, publicado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 26 de junho e à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

A STCP cumpre ainda o estabelecido no Despacho n.º 14.277/2008 de 23 de maio, relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças e à Inspeção Geral de Finanças, através dos Sistemas de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução

orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG).

A STCP deu início ao processo e abertura à iniciativa privada dos serviços de transporte de passageiros, conforme o estabelecido na RCM n.º 47/2014, de 22 de julho, bem como à Resolução da Assembleia da Republica n.º 145/2015 de 28 de dezembro que recomendou ao Governo a revogação e a reversão das subconcessões dos sistemas de transportes da STCP, S.A. e da Metro do Porto, S.A..

A empresa calcula o prazo médio de pagamentos a fornecedores em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Dentro do enquadramento legislativo do SEE, são ainda de referir os seguintes instrumentos legais: o Estatuto do Gestor Público, Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, que estabelece os critérios de vencimento dos gestores públicos, o artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010 e a Lei n.º 59/2013 de 23 de agosto, que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória.

A RCM n.º 8/2011, 25 de janeiro – acordo ortográfico – determinou a aplicação do acordo ortográfico a partir de 1 de janeiro de 2012 ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direção, superintendência e tutela do Governo.

Como empresa do setor do transporte público rodoviário de passageiros, está sujeita, entre outros, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

- › Lei n.º 52/2015 de 9 de junho, que aprova o Regime do Serviço Público de Transportes de Passageiros.
- › Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, Regime jurídico de acesso à atividade de transportes rodoviários de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares.

- › Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros, com as alterações introduzidas pelos Decretos-lei n.º 14/2009 de 14 de janeiro, 114/2011 de 30 de novembro e 83-C/2013 de 31 de dezembro.
- › RCM n.º 45/2011 que aprova o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011-2015, atualizado pelo Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+), de abril de 2014.
- › Em matéria laboral a empresa rege-se, basicamente, pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais, pelas Ordenações emanadas do Conselho de Administração e pelos Avisos internos da Empresa. Subsidiariamente aplicam-se nestas matérias as normas constantes do Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações a que entretanto foi sujeito, e respetiva regulamentação.

Está, ainda, abrangida por diplomas diversos sobre regimes específicos:

- › Código da Estrada, aprovado pela Lei n.º 114/94 de 16 de março, com as alterações a que foi sujeito.
- › Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código da Contratação Pública, para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que entretanto foi sujeito.

Em tudo o mais, a empresa obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor.

A empresa respeita o seu Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, com a respetiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos, rege-se pelo Código de Ética e de Conduta e cumpre o Plano de Prevenções de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

4.6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Aquisição de bens e serviços a entidades relacionadas

| ENTIDADE | DESCRIÇÃO | MONTANTE [1] |
|--|--|--------------|
| TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. | | 1.185.021 |
| | Comissão de venda do tarifário monomodal e intermodal | 1.004.275 |
| | Fee de validação do tarifário monomodal | 69.946 |
| | Aquisição de títulos de transporte | 70.028 |
| | Contrato de fornecimento assinaturas anuais a Trabalhadores e familiares da STCP | 40.774 |
| Metro do Porto, S.A. | | 65.883 |
| | Contrato de prestação de serviços jurídicos | 44.280 |
| | Protocolo Interface Casa Musica – Ocupação lugares estacionamento | 21.603 |
| OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. | | 93.456 |
| | Manutenção de softwares | 93.456 |

Venda de bens e serviços a entidades relacionadas

| ENTIDADE | DESCRIÇÃO | MONTANTE [1] |
|---|--|-----------------|
| Metro do Porto, S.A. | | 247.127 |
| | Arrendamento e cedência de instalações e serviços conexos | 247.127 |
| TIP- Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. | | 34.702.774 |
| | Receita do tarifário monomodal STCP | 3.905.084 |
| | Receita do tarifário Intermodal | 30.536.715 |
| | Arrendamento e cedência de instalações e serviços conexos | 120.617 |
| | Cedência de trabalhadores e despesas associadas | 72.988 |
| | Prestação de serviços de conferência da receita intermodal | 56.250 |
| | Comissão de venda do tarifário intermodal nos postos STCP | 11.119 |

[1] valores em euros e com IVA incluído.

4.7. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

4.7.1. Contratação pública

- De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, as aquisições de bens e serviços são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente, por questões técnicas específicas sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste direto. Também de acordo com os referidos procedimentos e sempre que a Lei o determine procede-se à abertura de concursos públicos.

A STCP tem em vigor desde 2010 o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empresa, ao nível das condições de segurança e higiene do trabalho. O processo de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores está definido em procedimento interno, mediante a utilização de critérios que permitam, de forma objetiva aferir o cumprimento dos compromissos propostos, cuja última atualização data de novembro de 2014.

Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na matriz de processos integrada no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, cuja última revisão data de outubro de 2014, sendo objeto de revisão sempre que necessário.

- Contratos com valor superior a 5 milhões de euros e cumprimento da determinação do artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (TC):

- em 2014 foi efetuado o concurso público para o fornecimento de combustíveis para a frota da STCP, de valor previsível, incluindo prorrogação, de 10,4 milhões de euros. Este concurso resultou na celebração de um contrato enviado para o Tribunal de Contas para obtenção de visto, obtido em 2015, por despacho de 24 de fevereiro de 2015.

- Em 2015 foram lançados os seguintes concursos públicos:

Concursos da STCP, S.A.

- Anúncio de procedimento n.º 2700/2015* – Concurso Para o Fornecimento de Energia em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, para o 2º semestre de 2015 – adjudicado.
- Anúncio de procedimento n.º 6312/2015* – Concurso Para a Limpeza de Instalações e Viaturas – adjudicado.
- Anúncio de procedimento n.º 7121/2015* – Concurso Para Fornecimento de Energia em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, para o 1º semestre de 2016 – adjudicado.
- Anúncio de procedimento n.º 7253/2015* – Concurso Para Fornecimento de Gás Natural – adjudicado.

4.7.2. Universo de transações fora das condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

4.7.3. Despesas não documentadas

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas.

4.7.4. Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

| NOME | LOCALIDADE | MORADA | MONTANTE [1] |
|---|---------------------|--|-------------------|
| Gold Energy – Comercializadora de Energia, S.A. | Vila Real | Rua 31 de Agosto, n.º 12 | 4.900.296 |
| Man Truck & Bus Portugal, Sociedade Unipessoal Lda. | Alverca do Ribatejo | Quinta das Cotovias | 4.592.194 |
| Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. | Lisboa | Rua Tomás da Fonseca, Torre C | 4.377.013 |
| Banco Bpi, S.A. | Porto | Rua Tenente Valadim, n.º 284 | 1.821.998 |
| Vadeca – Ambiente Preservação e Controle, S.A. | Porto | Rua de Almeiriga, n.º 360 | 1.233.897 |
| Tip – Transportes Intermodais Porto, A.C.E. | Porto | Avª Fernão de Magalhães, n.º 1862 - 9º | 1.185.190 |
| TOTAL | | | 18.110.589 |
| 5% FSE 2015= 19.269.787,12 * 5% | | | 963.489 |

[1] valores em euros e com IVA incluído.

4.7.5. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A STCP aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

Em 2015 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste Sistema.

4.7.6. Frota Automóvel

Medidas adotadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas no n.º 4 do artigo 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos n.º 1182/13-SET, de 12 de junho e Despacho n.º 1668/13-SE, de 6 de setembro:

Durante o ano de 2015 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos, sendo a evolução do parque automóvel a seguinte:

| EM 31 DEZEMBRO | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---------------------|------|------|------|------|
| N.º de Viaturas [1] | 56 | 55 | 52 | 52 |
| Varição absoluta | -10 | -1 | -3 | 0 |
| Varição % | -15% | -2% | -5% | 0% |

[1] Inclui viaturas ligeiras, comerciais e pesadas. Inclui viaturas cedidas à Metro do Porto em regime de contrato de aluguer: em 2013 e 2014, uma viatura e em 2015, três viaturas.

4.7.7. Publicidade institucional

Nos termos do n.º 10 da RCM n.º 47/2010 apresenta-se informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional em 2014, de acordo com o Anexo 1 ao Despacho n.º 1246/2011 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, tendo as respetivas normas e especificações técnicas sido definidas através da Portaria da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e Administração Pública n.º 1297/2010.

O documento Relatório e Contas da Empresa não foi incluído neste âmbito, de acordo com a definição de publicidade institucional, incluída no ponto 2 da RCM n.º 47/2010, de 25 de junho.

Síntese das ações de publicidade institucional desenvolvidas em 2015:

1 - Montantes anuais gastos em Publicidade, discriminados por trimestres:

(valores em euros, sem IVA)

| 1T 2015 | 2T 2015 | 3T 2015 | 4T 2015 | 2015 |
|---------|---------|---------|---------|-------|
| 0 | 695 | 198 | 3.048 | 3.941 |

Notas:

Considerado o protocolo com a FAP no valor de 2.500 euros.

Considerado o valor de publicações obrigatórias por lei.

2 - No ano de 2015 não houve nenhuma ação de valor superior a 15 mil euros.

3 - Montante anual por órgão de comunicação social:

(valores em euros, sem IVA)

| | |
|--|--------------|
| Global Notícias Publicações, S.A | 420 |
| Imprensa Nacional Casa da Moeda | 1.021 |
| Total por órgão de comunicação social | 1.441 |

4.8. RECOMENDAÇÕES

4.8.1. Recomendações do acionista

Na reunião da Assembleia-Geral da STCP, realizada no dia 29 de maio de 2015, aquando da aprovação dos documentos de prestação de contas da STCP, referentes ao exercício de 2014, foi emitida a seguinte declaração de voto da representante da totalidade do capital:

“Atenta a circunstância de se encontrar a ser dotada dos meios necessários para fazer face ao serviço da dívida, o acionista Estado recomenda uma intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento do objetivo de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro”.

A evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores e dívidas vencidas encontra-se detalhadamente esplanada no ponto 4.4.4 deste relatório, bem como justificações que não permitiram o seu cumprimento.

4.8.2. Recomendações do Tribunal de Contas

Em 2015 não ocorreram recomendações do Tribunal de Contas.

4.9. GESTÃO DE RISCOS E SISTEMAS DE CONTROLO

Gestão de riscos

A STCP não possui um sistema global de gestão de riscos.

Os riscos operacionais são geridos na empresa de uma forma transversal, disseminada, consoante a tipologia do risco. A política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, define e prevê planos específicos de riscos, estando igualmente

contratadas apólices de seguros, para cobertura de vários riscos operacionais. Cabe a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

Apresentam-se os principais riscos estratégicos identificados:

- › Aumento do regime concorrencial nas linhas de transporte
- › Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto
- › Permanência do desequilíbrio económico-financeiro

A gestão de riscos tem como principal objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

Sistemas de controlo

Em dezembro de 2008 a empresa obteve a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde do Trabalho (SIG-QAS), que em 2015 foi renovada na sequência da auditoria efetuada pela APCER.

Está definido e amplamente divulgado o seu Manual de Processos, Procedimentos e Procedimentos Internos, revisto sempre que se considera necessário.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno que entende adequado à sua dimensão e complexidade: anualmente são fixados objetivos globais que são mensalmente avaliados em sede de informação de gestão mensal, objeto de reflexão pelo Conselho de Administração. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução orçamental.

As funções de fiscalização, que estão segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores.

A função administração é supervisionada pela Tutela, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

O controlo financeiro da Empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças (IGF), nos termos da lei.

4.10. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um código de ética e de conduta próprio, que se encontra amplamente divulgado no *site* da empresa para consulta generalizada e na *intranet* para consulta dos trabalhadores.

Este código é um instrumento fundamental na definição normativa a ser respeitada a todos os níveis da organização constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a STCP.

4.11. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES

Na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, a STCP elaborou em dezembro de 2009 o seu Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. O Plano foi remetido àquele Conselho, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, divulgado aos trabalhadores da empresa através da publicação na *intranet* da empresa, e encontra-se publicado no *site* da empresa.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da STCP foi revisto, em junho de 2012. Encontra-se em curso nova revisão deste plano.

Em 2015 não foi elaborado relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

4.12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A STCP deu cumprimento à divulgação da informação, conforme previsto no artigo 53º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro:

| INFORMAÇÃO DIVULGADA A 31 DEZEMBRO 2015 SÍTIO DO SEE PORTAL DA DGTF | DIVULGAÇÃO | | COMENTÁRIOS |
|--|------------|------------------|------------------------|
| | S/N/N.A. | DATA ATUALIZAÇÃO | |
| ESTATUTOS | S | 06/jul/15 | |
| CARATERIZAÇÃO DA EMPRESA | S | 30/jul/15 | |
| FUNÇÃO DE TUTELA E ACIONISTA | S | 21/ago/13 | atualizado a 12-jan-16 |
| MODELO DE GOVERNO / MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS | | | |
| Identificação dos órgãos sociais | S | 01/jul/15 | |
| Estatuto remuneratório fixado | S | 01/jul/15 | |
| Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais | S | 01/jul/15 | |
| Identificação das funções e responsabilidades dos membros dos órgãos sociais | S | 01/jul/15 | |
| ESFORÇO FINANCEIRO PÚBLICO | S | 27/mar/15 | |
| FICHA SÍNTESE | S | 01/jul/15 | |
| INFORMAÇÃO FINANCEIRA HISTÓRICA E ATUAL | S | 03/jun/15 | |
| PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO | | | |
| Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita | S | 01/jul/15 | |
| Transações relevantes com entidades relacionadas | S | 01/jul/15 | |
| Outras transações | S | 01/jul/15 | |
| Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios | | | |
| Económico | S | 01/jul/15 | |
| Social | S | 01/jul/15 | |
| Ambiental | S | 01/jul/15 | |
| Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo | S | 01/jul/15 | |
| Código de ética | S | 01/jul/15 | |

4.13. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

| CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS | DIVULGAÇÃO S/N/N.A. |
|---|------------------------|
| OBJETIVOS DE GESTÃO / PLANOS DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO | |
| GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO | S |
| LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO | N |
| EVOLUÇÃO DO PMP A FORNECEDORES | N |
| DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS") | S |
| RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA APROVAÇÃO DE CONTAS: | |
| "(...) intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento do objetivo de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008 (...)" | N |
| REMUNERAÇÕES: | |
| Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei 82-B/2014 | S |
| Órgãos sociais – reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015 | S |
| Auditor Externo – redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 82-B/2014 | N.A. |
| Restantes trabalhadores – reduções remuneratórias vigentes em 2015 | S |
| Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art. 38º da Lei 83-B/2014 | S |
| ARTIGO 32º DO ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO | |
| Utilização de cartões de crédito | S |
| Reembolso de despesas de representação pessoal | S |
| DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS – N.º 2 DO ARTIGO 16 DO DL 133/2013 | |
| Proibição de realização de despesas não documentadas | S |
| PROMOÇÃO DA IGUALDADE SALARIAL ENTRE MULHERES E HOMENS – N.º 2 DA RCM N.º 18/2014 | |
| Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens | N |
| CONTRATAÇÃO PÚBLICA | |
| Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa | S |
| Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas | N.A. |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC | S |
| PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO – N.º 1 DO ARTIGO 46º DO DL N.º 133/2013 | |
| Elaboração e divulgação do relatório anual | N |
| AUDITORIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS | N.A. |
| PARQUE AUTOMÓVEL | |
| N.º de viaturas | S |
| Gastos com Viaturas | S |
| GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS (ARTIGO 61º DA LEI N.º 82-B/2014) | S |
| REDUÇÃO DE TRABALHADORES (ARTIGO 60º DA LEI N.º 82-B/2014) | |
| N.º de trabalhadores | S |
| Volume de Negócios / N.º de Trabalhadores | N |
| N.º de cargos dirigentes | S |
| PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA (ARTIGO 125º DA LEI 82-B/2014) | |
| Disponibilidades centralizadas no IGCP | S |
| Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado | S |

| QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO | JUSTIFICAÇÃO/REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO |
|---------------------------------------|--|
| | Ponto 4.4. (não foi estabelecido contrato de gestão para o ano de 2015) |
| Taxa média de financiamento de 1,72% | Ponto 4.4.2. |
| Varição de +3,9% face a 2014 | Ponto 4.4.2. |
| Varição de menos 2,9 dias face a 2014 | Ponto 4.4.4. |
| Total de 106.795 euros | Ponto 4.4.4. |
| | Ponto 4.4.4. |
| Varição de menos 2,9 dias face a 2014 | |
| | Pontos 4.3.1. e 4.3.2. |
| 23.955 euros | Ponto 4.3.2. |
| | |
| 189.015 euros | Ponto 4.4.1. |
| | Embora a STCP tenha suspenso a aplicação do sistema de evolução profissional publicado em BTE, bem como a aplicação da progressão de diuturnidades, desde 1 de janeiro de 2011, por efeito da aplicação das Leis do O.E. não é possível quantificar essa redução remuneratória dada a complexidade da sua valorização. |
| | Ponto 4.3.1. |
| | Ponto 4.3.1. |
| | Ponto 4.7.3. |
| | Ponto 3.5.1. |
| | Ponto 4.7.1. |
| | Ponto 4.7.1. |
| | Ponto 4.7.1. |
| | Ponto 4.11. |
| | Ponto 4.8.2. (Não houve em 2015.) |
| 52 | Ponto 4.7.6. |
| 159.897 euros | Ponto 4.7.6. |
| | Ponto 4.4.1. |
| | |
| -2, -0,2% que em 31/dez/2014 | Ponto 4.4.1. |
| -2.633 euros, -6% que em 2014 | Ponto 4.4.1. |
| -1, -13% que em 31/dez/2014 | Ponto 4.4.1. |
| | |
| 95% disponibilidades | Ponto 4.4.3. |
| 0,49 euros, entregues em 05/jan/2016 | Ponto 4.4.3. |

RELATÓRIO DE GESTÃO



Ø5

5.1. BALANÇO DO ANO

A STCP manteve em 2015 o estatuto de maior operador de transportes da Área Metropolitana do Porto, com um total de 69,2 milhões de passageiros transportados, menos 7,1% do que em 2014. A receita de serviço de transporte atingiu os 42,3 milhões de euros, menos 6,9% do que no ano anterior.

No ano de 2015 não se verificou aumento de tarifas.

Foram percorridos 20,5 milhões de veículos km, tendo havido uma redução de 5,8% face a 2014.

O ativo corrente aumentou 2,9 milhões de euros, devido essencialmente à variação das disponibilidades na conta aberta no IGCP, na sequência da assinatura dos contratos de empréstimos com o Estado Português, e o ativo não corrente diminuiu cerca de 3,2 milhões de euros, devido à amortização de ativo fixo tangível.

O passivo em 2015 registou um aumento de 23,7 milhões de euros (+4,1%) relativamente ao ano anterior. Esta variação é justificada principalmente pelo acréscimo das provisões, para processos judiciais em curso, pelo crescimento do financiamento, em resultado da dívida contraída ao Estado, e pelo aumento dos outros passivos financeiros.

5.2. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

O ativo em 2015 atingiu o montante de 92,2 milhões de euros, registando uma ligeira diminuição de 336 mil euros (-0,4%)

face a 2014. O capital próprio atingiu 501,7 milhões de euros negativos, no final do ano, registando um agravamento de 24 milhões de euros (5%) relativamente ao final do ano de 2014, em consequência de resultados transitados negativos.

| ESTRUTURA DO BALANÇO | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|----------------------------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|--------------|
| Ativo não corrente | 10 ³ € | 87.070 | 80.541 | 76.388 | 73.151 | -3.237 | -4,2% |
| Ativo corrente | 10 ³ € | 6.889 | 10.408 | 16.178 | 19.078 | 2.900 | 18% |
| Ativo | 10³ € | 93.958 | 90.949 | 92.566 | 92.230 | -336 | -0,4% |
| Capital próprio | 10 ³ € | -407.639 | -422.997 | -477.720 | -501.722 | -24.002 | -5,0% |
| Passivo | 10 ³ € | 501.598 | 513.946 | 570.285 | 593.951 | 23.666 | 4,1% |
| Capital próprio e passivo | 10³ € | 93.958 | 90.949 | 92.566 | 92.230 | -336 | -0,4% |

A STCP registou um aumento de capital no ano de 2015.

O acionista Estado, pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 15 de junho de 2015, decidiu aumentar o capital social da STCP, S.A. em 5.856.125 euros, através da emissão de 1.171.225 novas ações, no valor de 5 euros cada, a subscrever pelo acionista Estado Português. O aumento de capital

social foi realizado a 23 de junho de 2015, tendo o seu registo ocorrido em 2 de julho de 2015.

O capital social da STCP, S.A. passou a ser de 85.505.125 euros.

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

5.3. INVESTIMENTO

O montante do investimento realizado em 2015 foi de 1.324 milhares de euros.

Destacam-se a Musealização do edifício da Central TermoElétrica de Massarelos, com uma verba de aproximadamente 450 mil euros, que foi cofinanciada pelo QREN – ON2.O Novo Norte, a Reabilitação e reforço do edifício de Massarelos, com 272 mil euros, a aquisição de máquinas de venda automática de títulos de transporte, no montante de 185 mil euros,

a colocação e atualização dos painéis de informação ao público (PIPs) no total de 186 mil euros, e o fornecimento e montagem de câmaras de videovigilância para os autocarros no valor de 86,4 mil euros referente a 60% do contrato.

O restante investimento resultou essencialmente na aquisição de equipamento informático e oficial, para substituição do existente e na aquisição de frota de autocarros, após término do *leasing* operacional.

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---------------------|-------------------------|--------------|-----------|------------|--------------|------------|-------------|
| Material circulante | 10 ³ € | 18 | 0 | 8 | 92 | 84 | 1065% |
| Infraestruturas | 10 ³ € | 1.057 | 0 | 150 | 765 | 615 | 411% |
| Outros | 10 ³ € | 1.266 | 67 | 219 | 468 | 249 | 114% |
| Investimento | 10³ € | 2.341 | 67 | 376 | 1.324 | 948 | 252% |

Em 2015 foi atribuída à STCP, a dotação total de cerca de 1,7 milhões de euros, pelo PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, definido na Lei do OE 2015, e utilizado para o financiamento de projetos de investimento realizados, máquinas de venda automática de títulos de transporte, fornecimento e montagem de câmaras de videovigilância. Foi ainda utilizado para o financiamento da frota de autocarros, através da amortização do capital dos contratos de *leasing* existentes, e de peças para reparação e manutenção da frota.

5.4. FINANCIAMENTO

A STCP terminou o ano de 2015 com uma dívida total remunerada de 425,6 milhões de euros, que compara com 415,2 milhões de euros de 2014. O aumento do endividamento foi de 2,5% (+10,4 milhões de euros).

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|-------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|-------------|
| Dívida Remunerada Não Corrente | 10 ³ € | 237.826 | 113.461 | 410.341 | 369.939 | -40.401 | -9,8% |
| Dívida Remunerada Corrente | 10 ³ € | 132.839 | 282.474 | 4.868 | 55.649 | 50.781 | 1043% |
| Dívida Remunerada | 10³ € | 370.665 | 395.935 | 415.208 | 425.588 | 10.380 | 2,5% |
| Aumentos de Capital por dotação | 10 ³ € | 0 | 0 | 0 | 3.007 | 3.007 | |
| Aumentos de Capital por conversão de créditos | 10 ³ € | 0 | 0 | 0 | 2.849 | 2.849 | |
| Endividamento Ajustado | 10³ € | 370.665 | 395.935 | 415.208 | 431.444 | 16.236 | 3,9% |

De acordo com as orientações recebidas no anexo I do ofício 712/2016 da DGTF de 12 de fevereiro, o endividamento ajustado foi de 3,9%. Foi excedido em 0,9 p.p. o limite de endividamento de 3% estipulado no n.º 5 do artigo 61º da Lei n.º 84-B/2014, de 31 de dezembro.

5.4.1. Conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E

Na sequência das orientações recebidas através do Ofício Circular 844, de 3 de fevereiro de 2011, a STCP procedeu em 2011 à abertura de conta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., onde passou a receber as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos.

Nos termos do artigo n.º 125 da Lei n.º 84-B/2014, de 31 de dezembro, toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou em situações reconhecidas e excecionais.

Em 2015 a STCP dirigiu à Secretaria de Estado do Tesouro novo pedido de regime de exceção ao princípio da unidade de tesouraria, tendo por base as relações com a banca comercial no que concerne a operações de médio/longo prazo, a operações de *leasing* financeiro ou de aluguer operacional, a operação de cobertura de risco de taxa de juro, a emissão de garantias bancárias, as transações por meio de cheque, ao uso de equipamentos ATM, entre outras. Pelos Despacho n.º 875/2015 e 1681/2015 da Secretaria de Estado do Tesouro, de 5 de junho e 15 de setembro, respetivamente, foi autorizado o regime de dispensa parcial para o ano de 2015.

5.4.2. Operações de financiamento do ano

5.4.2.1. Concessão de Financiamentos

As operações de financiamento do ano foram concedidas exclusivamente pelo Estado Português e totalizaram 12.118.175 euros.

A avaliação de novas necessidades de financiamento e a concessão da correspondente operação financeira teve por base a apresentação dos Fluxos de Caixa

com estimativas ajustadas ao longo do ano, devidamente fundamentadas.

Por Despachos da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/2015-SET, de 4 de maio, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 4.540.000 euros, para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015.

A disponibilização foi faseada, nos seguintes montantes e datas:

- a) 1.875.000 euros, realizada em 22 de maio de 2015
- b) 1.511.000 euros, realizada na mesma data, 22 de maio
- c) 1.154.000 euros, realizada em 16 de junho de 2015.

Por Despachos da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/2015-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:

- a) 1.472.710 euros, realizada em 30 de setembro de 2015
- b) 1.705.465 euros, realizada na mesma data, 30 de setembro.

No que diz respeito ao 4º trimestre, por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/2015-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, entre outubro e dezembro de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche, em 26 de novembro de 2015.



As condições contratuais estabelecidas são as seguintes:

| STCP | DATA | DESEMBOLSOS (euros) | TX COMUNICADA | DATA DE INÍCIO DE CONTAGEM DE JUROS |
|----------------------|----------|----------------------|---------------|-------------------------------------|
| 1º EMPRÉSTIMO – 2015 | 22/05/15 | 1.875.000,00 | 1,16% | 22/05/15 |
| | 22/05/15 | 1.511.000,00 | 1,16% | 22/05/15 |
| | 16/06/15 | 1.154.000,00 | 1,89% | 16/06/15 |
| 2º EMPRÉSTIMO – 2015 | 30/09/15 | 1.472.710,00 | 1,23% | 30/09/15 |
| | 30/09/15 | 1.705.465,00 | 1,23% | 30/09/15 |
| 3º EMPRÉSTIMO – 2015 | 26/11/15 | 4.400.000,00 | 1,172% | 26/11/15 |
| Total 2015 | | 12.118.175,00 | | |

5.4.2.2. Dotação de Capital

Em 15 de junho, por vontade expressa do acionista único Estado Português, expressa em Deliberação Social Unânime por escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 5.856.125 euros, através da emissão de 1 172 225 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e realizado do seguinte modo:

- › 3.006.762,30 euros, em numerário a realizar na data de subscrição
- › 2.849.362,70 euros, a realizar mediante a conversão de créditos, detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças, em capital social.

Conforme previsto no Artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, foi elaborado relatório por revisor oficial de contas independente.

Em virtude desta alteração de Capital Social, a empresa procedeu ao cumprimento dos normativos associados tais como alteração dos Estatutos da Sociedade, inscrição do novo capital na Conservatória do Registo Comercial, comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e divulgação ao mercado por meio de Comunicado, na qualidade de emitente de valores mobiliários com deveres de prestação de informação.

5.4.3. Instrumentos de gestão de risco financeiro

A empresa detém desde 2007 uma operação de cobertura de risco de taxa de juro, correspondendo a 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, emitido no mesmo ano, celebrada com o Banco Santander Totta, com maturidade em junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2014 o *Mark-to-Market* foi determinado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., que de acordo com informação transmitida por aquela entidade, era de -120.124.380,31 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2015, foi igualmente a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a determinar o valor, tendo-se este situado nos -115.961.315,70 euros.

Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela instituição de crédito, através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A..

Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, a STCP suspendeu o pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato em litígio, embora as obrigações do contrato estejam refletidas nas contas.

5.5. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Resultados líquidos

O resultado líquido do exercício de 2015 foi negativo em 31,6 milhões de euros, apresentando um agravamento de 23,2 milhões de euros face ao ano de 2014, correspondendo a uma melhoria de 42%. Esta evolução resulta da melhoria dos resultados financeiros em 36,5 milhões de euros. Os resultados operacionais, negativos em 21,4 milhões de euros, apresentaram um agravamento de 13,3 milhões de euros.

O resultado líquido sem variação de justo valor de *swap* e sem indemnizações compensatórias foi negativo em 35,9 milhões de euros, apresentando uma variação negativa de 11%, 3,7 milhões de euros, comparado com 2014.

| RESULTADOS | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|-------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| Rendimentos operacionais | 10 ³ € | 64.396 | 61.374 | 53.004 | 46.036 | -6.968 | -13% |
| Gastos operacionais | 10 ³ € | 74.566 | 67.799 | 60.863 | 67.176 | 6.314 | 10% |
| Resultados operacionais | 10³ € | -10.170 | -6.425 | -7.858 | -21.140 | -13.282 | -169% |
| Rendimentos financeiros | 10 ³ € | 6 | 12.592 | 1 | 4.296 | 4.295 | 305555% |
| Gastos financeiros | 10 ³ € | 63.221 | 21.350 | 46.977 | 14.761 | -32.216 | -69% |
| Resultados financeiros | 10³ € | -63.215 | -8.758 | -46.976 | -10.465 | 36.510 | 78% |
| Imposto do exercício | 10 ³ € | 53 | 41 | 13 | 12 | -1 | -11% |
| Resultado líquido (RL) | 10³ € | -73.439 | -15.224 | -54.847 | -31.617 | 23.230 | 42% |
| RL sem indemnizações compensatórias | 10 ³ € | -83.650 | -25.435 | -59.564 | -31.617 | 27.947 | 47% |
| RL sem variação justo valor swap | 10 ³ € | -31.169 | -27.815 | -27.523 | -35.910 | -8.387 | -30% |
| RL sem variação justo valor swap e sem IC | 10 ³ € | -41.380 | -38.027 | -32.240 | -35.910 | -3.670 | -11% |

Resultados financeiros

Os resultados financeiros do ano de 2015 foram negativos em 10,5 milhões de euros, registando uma melhoria face a 2014 de 36,5 milhões de euros.

No total, os juros e encargos de financiamento registaram uma redução de 7,4 milhões de euros (-57%). Contribuíram para esta diminuição de encargos, as condições financeiras das operações de empréstimo contratadas com o acionista, e ainda os níveis historicamente baixos das taxas Euribor vigentes para o serviço da dívida da banca comercial, relativo às operações de médio e longo prazo.

A perda de variação do justo valor de *swap* reduziu em 31,6 milhões de euros, enquanto os juros respetivos aumentaram 2,5 milhões de euros (+37%).

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|--|-------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| Juros de financiamento | 10 ³ € | 15.008 | 14.442 | 11.987 | 5.396 | -6.591 | -55% |
| Encargos de financiamento | 10 ³ € | 1.918 | 2.456 | 984 | 211 | -774 | -79% |
| Juros de outros instrumentos financeiros | 10 ³ € | 4.025 | 4.452 | 6.682 | 9.155 | 2.473 | 37% |
| Encargos financeiros | 10 ³ € | 20.952 | 21.350 | 19.653 | 14.761 | -4.892 | -25% |
| Perda de justo valor <i>swap</i> | 10 ³ € | 42.269 | -12.592 | 27.324 | -4.293 | -31.617 | -116% |
| Taxa média de financiamento | % | 4,75% | 4,48% | 3,55% | 1,72% | -1,8 pp | -51% |
| Dívida remunerada | 10 ³ € | 370.665 | 395.935 | 415.208 | 425.588 | 10.380 | 2,5% |

Resultados operacionais

Os resultados operacionais foram negativos em 21,1 milhões de euros, representando um agravamento de 13,3 milhões de euros face a 2014. Os gastos operacionais registaram um aumento de 6,3 milhões de euros (+10%) e os rendimentos operacionais uma redução de 7,0 milhões de euros (-13%).

Rendimentos operacionais

Os rendimentos operacionais em 2015 foram de 46,0 milhões de euros, registando uma diminuição de cerca de 7 milhões de euros (-13%) relativamente ao ano de 2014.

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---------------------------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|
| Prestação de serviços | 10 ³ € | 50.072 | 46.321 | 45.511 | 42.375 | -3.137 | -6,9% |
| Subsídios à exploração | 10 ³ € | 10.729 | 11.832 | 4.862 | 0 | -4.862 | -100% |
| Outros rendimentos operacionais | 10 ³ € | 3.421 | 3.220 | 2.616 | 2.557 | -59 | -2,3% |
| Reversões | 10 ³ € | 175 | 0 | 16 | 1.105 | 1.089 | 6919% |
| Rendimentos operacionais | 10³ € | 64.396 | 61.374 | 53.004 | 46.036 | -6.968 | -13% |

A prestação de serviços reduziu 3,1 milhões de euros (-6,9%), em linha com a redução da procura e pela não atualização das tarifas. A receita de transporte, no total de cerca de 42,4 milhões de euros, decompõe-se em 38,7 milhões de euros de receita de bilheteira e 3,6 milhões de euros de compensação tarifária social andante.

Não houve a atribuição em 2015 de subsídios à exploração, o que contribuiu para a redução dos rendimentos operacionais em cerca de 4,9 milhões de euros.

Foram efetuadas reversões de perdas por imparidades no total de 1,1 milhão de euros. Uma verba, de

205 mil euros, respeita a uma reversão pelo abate de inventários obsoletos. O outro valor, de 893 mil euros, respeita essencialmente a uma indemnização debitada ao Município do Porto pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via-férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco, que foi revertida pela assinatura em 31 de julho de 2015, do Memorando de Entendimento entre o Estado Português, representado pela Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, e o Município do Porto.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais foram de 67,2 milhões de euros, mais 6,3 milhões de euros (+10%) que em 2014.

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|--|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|------------|
| FSE+CMVMC | 10 ³ € | 32.281 | 26.188 | 23.174 | 20.129 | -3.045 | -13% |
| Gastos com pessoal | 10 ³ € | 30.954 | 31.638 | 30.647 | 29.713 | -934 | -3,0% |
| Outros gastos e perdas | 10 ³ € | 1.616 | 906 | 966 | 1.115 | 149 | 15% |
| Amortizações | 10 ³ € | 5.817 | 5.791 | 4.393 | 4.204 | -189 | -4,3% |
| Provisões | 10 ³ € | 2.537 | 2.564 | 1.338 | 11.674 | 10.336 | 772% |
| Imparidades e variação justo valor operacional | 10 ³ € | 1.361 | 711 | 344 | 341 | -3 | -1,0% |
| Gastos operacionais | 10³ € | 74.566 | 67.799 | 60.863 | 67.176 | 6.314 | 10% |

No global, os gastos operacionais relacionados com a atividade corrente da empresa (FSE+ CMVMC, gastos com pessoal, outros gastos e perdas e amortizações), ascenderam a 55 milhões de euros em 2015, registando uma diminuição de 4 milhões de euros face a 2014 (-6,8%).

As provisões do ano, de 11,7 milhões de euros, respeitam essencialmente a reforços de valores relativos a provisões para outros riscos e encargos e a dois processos judiciais em curso. A rubrica mais significativa refere-se ao valor de cerca de 10 milhões de euros que a STCP reconhece dever ao Município do Porto, correspondendo ao valor de mercado/contabilístico

dos imóveis, à data de 30 de junho de 2015, que atualmente ainda são propriedade da empresa (i.e., os imóveis adquiridos até 1949 e ainda os imóveis adquiridos entre 1950 e 1975), conforme o Memorando de Entendimento assinado em 31 de julho de 2015, entre o Estado Português, representado pela Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, e o Município do Porto e determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2015, publicada no Diário da República, 1.ª série – N.º 193 – 2 de outubro de 2015.

EBITDA (de gestão)

O EBITDA (de gestão) foi negativo, de 4,4 milhões de euros, representando uma variação negativa face a 2014 de 5,8 milhões de euros.

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 | % |
|---|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Vendas e Serviços Prestados | 10 ³ € | 50.072 | 46.321 | 45.511 | 42.375 | -3.137 | -6,9% |
| Indemnizações Compensatórias | 10 ³ € | 10.211 | 10.211 | 4.717 | 0 | -4.717 | -100% |
| Outros subsídios e compensações financeiras | 10 ³ € | 517 | 1.621 | 145 | 0 | -145 | -100% |
| Outros rendimentos e ganhos | 10 ³ € | 3.421 | 3.220 | 2.616 | 2.557 | -59 | -2,3% |
| Rendimentos operacionais para EBITDA | 10³ € | 64.221 | 61.374 | 52.989 | 44.931 | -8.057 | -15% |
| CMVMC | 10 ³ € | 1.260 | 1.341 | 1.078 | 859 | -218 | -20% |
| FSE (sem parte financeira de leasing) | 10 ³ € | 27.780 | 21.926 | 20.224 | 18.580 | -1.645 | -8,1% |
| Custos com Pessoal sem Indemnizações por cessação | 10 ³ € | 29.134 | 31.427 | 29.314 | 28.796 | -518 | -1,8% |
| Outros gastos e perdas | 10 ³ € | 1.616 | 906 | 966 | 1.115 | 149 | 15% |
| Gastos operacionais para EBITDA | 10³ € | 59.790 | 55.600 | 51.583 | 49.350 | -2.233 | -4,3% |
| EBITDA (de gestão) | 10³ € | 4.432 | 5.774 | 1.406 | -4.419 | -5.825 | -414% |

5.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 31.617.189,85 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 28 de abril de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente não executivo:

(Jorge Moreno Delgado)

Vogais executivos:

(Tiago Filipe da Costa Braga)

(Pedro José Ferreira Morais)

Vogal não executivo:

(Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto)

5.7. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Acionistas em 31 de dezembro de 2015

Relação a que se refere o n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

| ACIONISTA | N.º DE AÇÕES | % DO CAPITAL SOCIAL |
|------------------|--------------|---------------------|
| Estado Português | 17.101.025 | 100% |

Porto, 28 de abril de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente não executivo:

(Jorge Moreno Delgado)

Vogais executivos:

(Tiago Filipe da Costa Braga)

(Pedro José Ferreira Morais)

Vogal não executivo:

(Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto)

PERSPETIVAS PARA 2016



Ø6

A STCP passará assim a estar em boas condições para reconquistar a confiança dos seus clientes e voltar a dar garantias de qualidade no serviço às populações.

O Programa do XXI Governo Constitucional comprometeu-se com o reforço das competências das autarquias locais nas áreas dos transportes, implicando a anulação das concessões e privatizações dos transportes coletivos de Lisboa e Porto. Deste modo, o Governo, acionista único da STCP, pretende aumentar a oferta de transporte coletivo, para potenciar o aumento significativo da sua utilização, designadamente através de uma transferência modal do transporte individual, garantindo desta forma padrões de mobilidade sustentável e reduzindo a emissão de gases que provocam o efeito de estufa.

O eventual processo de intermunicipalização da gestão da STCP pelas seis autarquias servidas pela empresa, Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia mantendo-se nas mãos do Estado a posse da empresa, será analisada ao longo do ano de 2016.

Do ponto de vista operacional, a admissão de novos motoristas, processo iniciado em outubro de 2015, termina um ciclo de redução de efetivos e inicia, de forma progressiva, equilibrada e sustentada, a reabilitação da capacidade operacional da

STCP para responder às necessidades dos cidadãos. Em 2016 é intenção que este processo de admissões prossiga, ao longo dos vários meses, de forma a permitir repor a capacidade de oferta perdida, num ritmo adequado à capacidade de formação e de integração instaladas na STCP.

A STCP passará assim a estar em boas condições para reconquistar a confiança dos seus clientes e voltar a dar garantias de qualidade no serviço às populações.

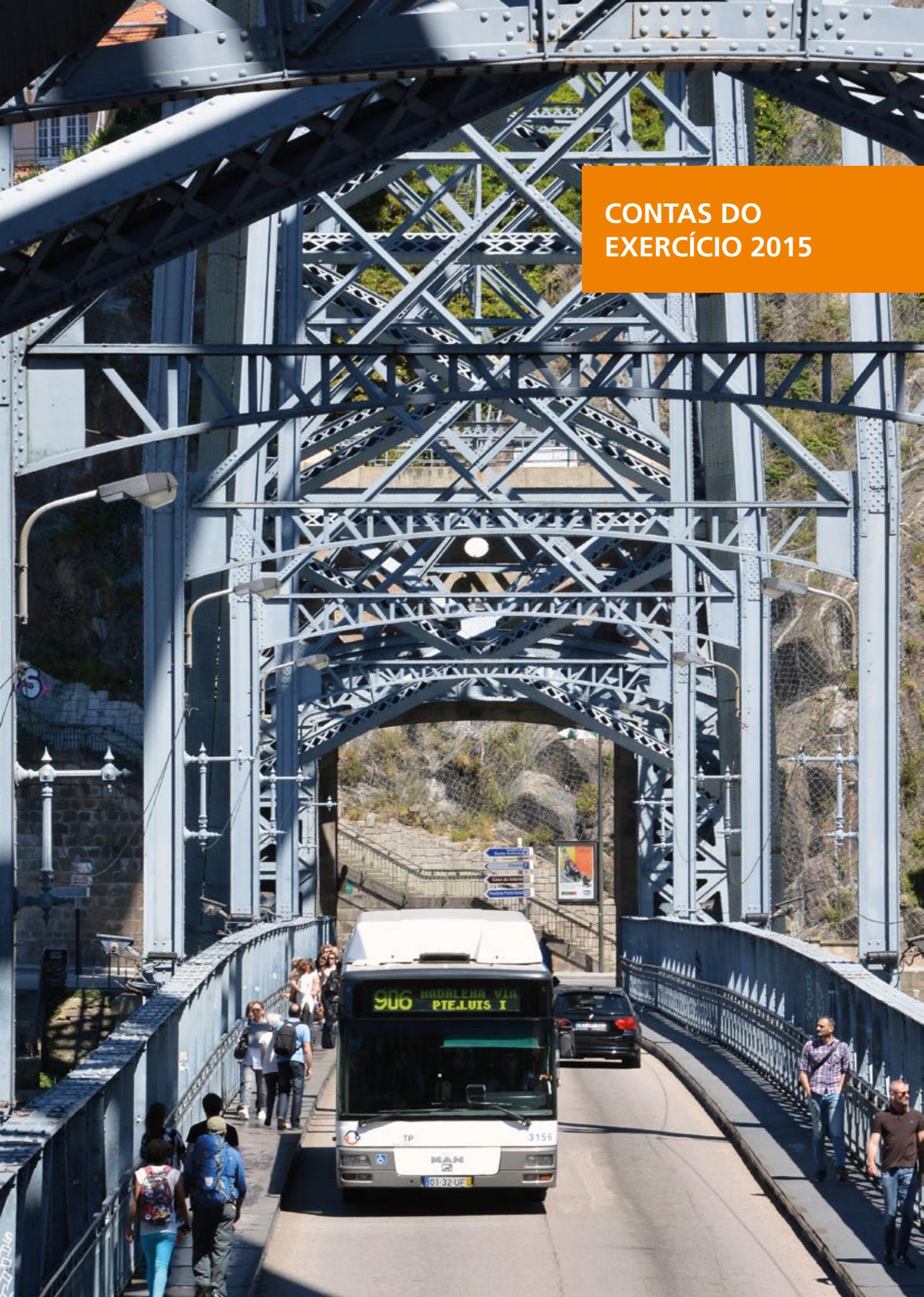
A reabertura do Museu do Carro Elétrico, em novembro de 2015, com uma nova exposição permanente dos carros elétricos e uma nova sala expositiva, “a Sala das Máquinas da antiga Central Termoelétrica de Massarelos”, e a sua interligação com a rede de carros elétricos existente, permitirá que ao longo do ano de 2016, exista uma dinamização destes espaços e património de interesse histórico e turístico inegáveis, através de diversos eventos.



CONTAS DO EXERCÍCIO E ANEXOS



CONTAS DO EXERCÍCIO 2015



Ø7

BALANÇO

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(montantes expressos em euros)

| ATIVO | NOTAS | 31-12-2015 | 31-12-2014 |
|--|--------------|------------------------|------------------------|
| ATIVO NÃO CORRENTE | | 73.151.178,37 | 76.387.870,77 |
| Ativos fixos tangíveis | 8 | 55.824.996,03 | 58.139.849,13 |
| Propriedades de investimento | 12 | 16.633.826,00 | 17.280.026,00 |
| Ativos intangíveis | 7 | 480.562,34 | 764.384,51 |
| Participações financeiras – método da equivalência patrimonial | 6,14 | 138.577,20 | 131.092,00 |
| Participações financeiras – Outros métodos | 6,15 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| Outros ativos financeiros | 28.1.2.1 | 48.216,80 | 47.519,13 |
| Ativo corrente | | 19.078.442,16 | 16.177.965,28 |
| Inventários | 19 | 347.751,29 | 437.026,38 |
| Clientes | 28.2.3 | 2.681.036,08 | 2.789.929,79 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 58.813,08 | 0,00 |
| Estado e outros entes públicos | 32 | 1.440.418,07 | 1.305.138,79 |
| Outras contas a receber | 33 | 3.257.823,03 | 3.385.187,68 |
| Diferimentos | 34 | 163.121,78 | 336.416,10 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 11.129.478,83 | 7.924.266,54 |
| Total do ativo | | 92.229.620,53 | 92.565.836,05 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | NOTAS | 31-12-2015 | 31-12-2014 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital realizado | 28.4.1 | 85.505.125,00 | 79.649.000,00 |
| Reservas legais | 28.4.2 | 74.907,42 | 74.907,42 |
| Outras reservas | 28.4.2 | 25.727,80 | 25.727,80 |
| Resultados transitados | | -596.860.056,56 | -542.672.309,53 |
| Ajustamentos em activos financeiros | 28.4.4 | 124.765,19 | 122.236,59 |
| Excedentes de revalorização | 28.4.3 | 38.052.012,98 | 38.701.163,50 |
| Outras variações no capital próprio | 28.4.5 | 2.972.865,50 | 1.226.636,31 |
| Resultado líquido do período | | -31.617.189,85 | -54.846.993,72 |
| Total do capital próprio | | -501.721.842,52 | -477.719.631,63 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | 507.909.552,58 | 540.759.570,85 |
| Provisões | 22 | 22.096.718,17 | 10.423.030,46 |
| Financiamentos obtidos | 28.1.1 | 369.939.327,13 | 410.340.513,79 |
| Responsabilidades por benefícios pós-reforma | 29 | 634.552,00 | 464.032,00 |
| Outros passivos financeiros | 28.1.3 | 115.238.955,28 | 119.531.994,60 |
| Passivo corrente | | 86.041.910,47 | 29.525.896,83 |
| Fornecedores | 31 | 2.308.575,67 | 4.735.124,75 |
| Estado e outros entes públicos | 32 | 964.276,54 | 919.450,58 |
| Financiamentos obtidos | 28.1.1 | 55.648.771,31 | 4.867.946,49 |
| Outras contas a pagar | 33 | 6.217.097,72 | 7.495.573,70 |
| Diferimentos | 34 | 2.204.694,97 | 1.964.232,63 |
| Outros passivos financeiros | 28.1.3 | 18.698.494,26 | 9.543.568,68 |
| Total do passivo | | 593.951.463,05 | 570.285.467,68 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 92.229.620,53 | 92.565.836,05 |

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(montantes expressos em euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | 2015 | 2014 |
|--|----------|-----------------------|-----------------------|
| Vendas e serviços prestados | 21 | 42.374.606,42 | 45.511.137,04 |
| Subsídios à exploração | 23 | | 4.861.805,41 |
| Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 14 | 7.485,20 | 5.874,60 |
| Variação nos inventários da produção | 19 | | -1.360,87 |
| Trabalhos para a própria entidade | 7,8 | 51.932,40 | |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 19 | -859.380,35 | -1.077.856,77 |
| Fornecimentos e serviços externos | 35 | -19.269.787,72 | -22.096.393,66 |
| Gastos com o pessoal | 36 | -29.713.495,44 | -30.647.166,98 |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | 19 | 204.985,63 | 9.277,76 |
| Imparidade das dívidas a receber (perdas / reversões) | 28.2.3 | 892.425,48 | -4.898,61 |
| Provisões (aumentos / reduções) | 22 | -11.673.687,71 | -1.338.054,78 |
| Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões) | 28.1.2.1 | -80,00 | 588,40 |
| Aumentos/ reduções de justo valor | 12 | -88.639,91 | -339.108,80 |
| Outros rendimentos e ganhos | 38 | 2.504.720,31 | 2.615.751,24 |
| Outros gastos e perdas | 37 | -1.115.113,25 | -964.721,44 |
| Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | -16.684.028,94 | -3.465.127,46 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 7,8 | -4.204.449,66 | -4.393.148,88 |
| Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | 13 | -251.850,82 | |
| Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -21.140.329,42 | -7.858.276,34 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 11 | 4.296.224,48 | 1.405,58 |
| Juros e gastos similares suportados | 11 | -14.761.383,08 | -46.977.035,38 |
| Resultados antes de impostos | | -31.605.488,02 | -54.833.906,14 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 26 | -11.701,83 | -13.087,58 |
| Resultado líquido do período | | -31.617.189,85 | -54.846.993,72 |

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(montantes expressos em euros)

| RUBRICAS | 2015 | 2014 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Vendas e serviços prestados | 42.374.606,42 | 50.372.942,45 |
| Custo das vendas e dos serviços prestados | -45.949.227,36 | -50.165.229,30 |
| Resultado bruto | -3.574.620,94 | 207.713,15 |
| Outros rendimentos | 4.735.956,07 | 2.632.119,00 |
| Gastos de distribuição | -1.625.180,82 | -2.022.684,50 |
| Gastos administrativos | -5.883.269,67 | -5.665.645,66 |
| Outros gastos | -14.793.214,06 | -3.008.702,42 |
| Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) | -21.140.329,42 | -7.857.200,43 |
| Gastos de financiamento (líquidos) | -10.465.158,60 | -46.976.705,71 |
| Resultados antes de impostos | -31.605.488,02 | -54.833.906,14 |
| Imposto sobre o rendimento do período | -11.701,83 | -13.087,58 |
| Resultado líquido do período | -31.617.189,85 | -54.846.993,72 |

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

em 31 de dezembro de 2014

| DESCRIÇÃO | NOTAS | CAPITAL REALIZADO | RESERVAS LEGAIS | OUTRAS RESERVAS |
|---|-----------|-------------------|-----------------|-----------------|
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014 | 1 | 79.649.000,00 | 74.907,42 | 25.727,80 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | |
| Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis | 28.4 | | | |
| Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações | 28.4 | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | |
| | 2 | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 3 | | | |
| RESULTADO INTEGRAL | 4=2+3 | | | |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | |
| | 5 | | | |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014 | 6=1+2+3+5 | 79.649.000,00 | 74.907,42 | 25.727,80 |

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

em 31 de dezembro de 2015

| DESCRIÇÃO | NOTAS | CAPITAL REALIZADO | RESERVAS LEGAIS | OUTRAS RESERVAS |
|---|----------|-------------------|-----------------|-----------------|
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015 | 6 | 79.649.000,00 | 74.907,42 | 25.727,80 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | |
| Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis | 28.4 | | | |
| Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações | 28.4 | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | |
| | 7 | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | | | |
| RESULTADO INTEGRAL | 9=7+8 | | | |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | |
| Realizações de capital | | 5.856.125,00 | | |
| | 10 | 5.856.125,00 | | |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015 | 6+7+8+10 | 85.505.125,00 | 74.907,42 | 25.727,80 |

(montantes expressos em euros)

| RESULTADOS TRANSITADOS | AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS | EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO | OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | TOTAL |
|------------------------|------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|
| -528.216.966,77 | 122.236,59 | 39.867.800,83 | 704.529,03 | -15.223.813,01 | -422.996.578,11 |
| 768.470,25 | | -768.470,25 | | | |
| | | -398.167,08 | | | -398.167,08 |
| -15.223.813,01 | | | 522.107,28 | 15.223.813,01 | 522.107,28 |
| -14.455.342,76 | | -1.166.637,33 | 522.107,28 | 15.223.813,01 | 123.940,20 |
| | | | | -54.846.993,72 | -54.846.993,72 |
| | | | | -39.623.180,71 | -54.723.053,52 |
| -542.672.309,53 | 122.236,59 | 38.701.163,50 | 1.226.636,31 | -54.846.993,72 | -477.719.631,63 |

(montantes expressos em euros)

| RESULTADOS TRANSITADOS | AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS | EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO | OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | TOTAL |
|------------------------|------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|
| -542.672.309,53 | 122.236,59 | 38.701.163,50 | 1.226.636,31 | -54.846.993,72 | -477.719.631,63 |
| 661.775,29 | | -661.775,29 | | | |
| | | 12.624,77 | | | 12.624,77 |
| -54.849.522,32 | 2.528,60 | | 1.746.229,19 | 54.846.993,72 | 1.746.229,19 |
| -54.187.747,03 | 2.528,60 | -649.150,52 | 1.746.229,19 | 54.846.993,72 | 1.758.853,96 |
| | | | | -31.617.189,85 | -31.617.189,85 |
| | | | | 23.229.803,87 | -29.858.335,89 |
| | | | | | 5.856.125,00 |
| | | | | | 5.856.125,00 |
| -596.860.056,56 | 124.765,19 | 38.052.012,98 | 2.972.865,50 | -31.617.189,85 | -501.721.842,52 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(montantes expressos em euros)

| | NOTAS | 2015 | 2014 |
|--|-------|----------------------|------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO DIRETO | | | |
| Recebimentos de clientes | | 45.955.402,40 | 49.270.228,44 |
| Pagamentos a fornecedores | | -26.323.776,86 | -26.230.079,57 |
| Pagamentos ao pessoal | | -23.746.294,16 | -24.953.502,83 |
| Caixa gerada pelas operações | | -4.114.668,62 | -1.913.353,96 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | 31.854,77 | -49.314,00 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | -3.101.700,26 | 4.764.552,69 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | -7.184.514,11 | 2.801.884,73 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -1.292.339,92 | -107.875,15 |
| Ativos intangíveis | | -46.045,05 | -101.665,20 |
| Investimento financeiros | | -413,79 | |
| Outros ativos | | -157.654,34 | -105.052,88 |
| | | -1.496.453,10 | -314.593,23 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 297.192,03 | 116.831,14 |
| Subsídios ao investimento | | 1.976.717,39 | |
| Juros e rendimentos similares | | 310.423,63 | 188.591,12 |
| | | 2.584.333,05 | 305.422,26 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | 1.087.879,95 | -9.170,97 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 12.123.257,26 | 960.388.128,52 |
| Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio | | 5.856.125,00 | |
| | | 17.979.382,26 | 960.388.128,52 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | -257,91 | -927.683.742,10 |
| Juros e gastos similares | | -3.325.464,70 | -14.453.010,30 |
| Outras operações de financiamento | | -5.351.813,20 | -5.394.862,09 |
| | | -8.677.535,81 | -947.531.614,49 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | 9.301.846,45 | 12.856.514,03 |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3) | | 3.205.212,29 | 15.649.227,79 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 7.924.266,54 | -7.724.961,25 |
| Caixa e seus equivalentes no final do período | 4 | 11.129.478,83 | 7.924.266,54 |

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo

NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2015
(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito sectorial de aplicação do sector público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Durante o exercício de 2015 a empresa cumpriu as orientações preconizadas nas leis n.º 75/2014 e 82-B/2014, designadamente quanto à redução remuneratória dos trabalhadores e à contenção da despesa e do investimento.

Em 8 de agosto de 2014 foi assinado o contrato de serviço público entre o Estado Português e a STCP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato.

Pelo despacho n.º 875/15-SET, de 5 de junho, e 1681/15-SET, de 30 de novembro, foi atribuída à STCP a autorização para a exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, no que respeita a garantias bancárias e operações de financiamento, atenta a relevância da banca comercial na sua atividade.

Em 2014 foi realizada a auditoria de renovação das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, na sequência da qual foi confirmada a certificação nos três referenciais por mais três anos. Em 2015, foi feita a primeira auditoria de acompanhamento do 3º triénio das certificações obtidas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 3.8..

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto.

2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável.

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF: Divulgações transitórias

Não aplicável.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- › Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- › Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- › Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- › Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

3.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- › Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- › A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

- › O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- › É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- › Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- › O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- › É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- › Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- › A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

3.6. Contratos de construção

Não aplicável.

3.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- › Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
- › Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os

pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.8. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) são praticamente inexistentes e imateriais.

3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.10. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

3.11. Benefícios pós-reforma

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas pelo BPI PENSÕES.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

3.12. Pagamentos com base em ações

Não aplicável.

3.13. Imposto sobre rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

3.14. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) à data de 31 de dezembro de 2015 (a avaliação anterior reportava-se a 31 de dezembro de 2012) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

(anos de vida útil)

| RUBRICAS DO ATIVO FIXO TANGÍVEL | até 1988 | 1989 e 1990 | 1991 a 2001 | 2002 a 2011 | 2012 a 2015 |
|---------------------------------|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Edifícios e outras construções | 8 a 100 | 10 a 100 | 10 a 50 | 10 a 50 | 10 a 50 |
| Equipamento básico | 5 a 56 | 5 a 12 | 5 a 12 | 3 a 20 | 3 a 30 |
| Equipamento de transporte | 7 a 25 | 5 a 12 | 5 a 12 | 4 a 12 | 4 a 12 |
| Equipamento administrativo | 6 a 10 | 3 a 10 | 3 a 10 | 3 a 16 | 3 a 16 |
| Outros ativos fixos tangíveis | - | - | 10 | 4 a 10 | 4 a 10 |

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

3.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.). As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar

benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

3.16. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa os puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- » Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- » Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- » Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- » O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- » Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- » É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas com *software*, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e *trespasses* comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

3.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo *goodwill*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre:

- › O justo valor deduzido de custos para vender, e
- › O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na

demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados

os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- › ao custo ou custo amortizado; ou
- › ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- › Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- › Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- › Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são

classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- › Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

- › Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

- › As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

- › Subseqüentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- › A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

- › A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- › Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo

financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

- › A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- › No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

3.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a *swap* de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para a qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- › Adequada documentação da operação de cobertura;
- › O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;
- › É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- › a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- › os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- › a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

3.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

3.23. Agricultura

Não aplicável.

3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- › Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- › Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- › Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- › Provisões;
- › Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- › Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- › Apuramento do justo valor das propriedades de investimento e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

3.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|--------------|
| Numerário | 62.724,25 | 46.316,89 |
| Depósitos bancários | 11.066.754,58 | 7.877.949,65 |
| Caixa e equivalentes de caixa no Balanço | 11.129.478,83 | 7.924.266,54 |
| Descobertos bancários | | |
| Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa | 11.129.478,83 | 7.924.266,54 |

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

Em 2014, procedeu-se à revisão da estimativa da vida útil dos autocarros, passando de 13 para 16 anos. No caso da série de autocarros mini, a sua vida útil passou de 13 para 10 anos. Decorrente da alteração da estimativa de vida útil, o gasto com a depreciação do equipamento básico foi menor em 1.066 mil euros.

6. PARTES RELACIONADAS

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| DESIGNAÇÃO SOCIAL | SEDE | % PART. | ATIVIDADE |
|---|--------|---------|--|
| SUBSIDIÁRIAS | | | |
| STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda. | Porto | 100% | Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros. |
| ASSOCIADAS | | | |
| TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE | Porto | 33,3% | Gestão de bilhética de transportes. |
| Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A. | Oeiras | 20% | Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações. |
| OUTRAS PARTICIPADAS | | | |
| Metro do Porto, S.A. | Porto | 16,6% | Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano. |
| OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, SA | Porto | 8,33% | Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes. |

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2015 e 2014, encontram-se descritos no ponto 4.3. deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2015 e 2014, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

| DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES | 2015 | | | TOTAL |
|--------------------------|--------------|---------------|----------------------------|---------------|
| | SUBSIDIÁRIAS | ASSOCIADAS | OUTRAS PARTES RELACIONADAS | |
| Serviços obtidos | | 990.334,43 | 132.543,39 | 1.122.877,82 |
| Serviços prestados | | 32.733.635,79 | 233.153,16 | 32.966.788,95 |

| DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES | 2014 | | | TOTAL |
|--------------------------|--------------|---------------|----------------------------|---------------|
| | SUBSIDIÁRIAS | ASSOCIADAS | OUTRAS PARTES RELACIONADAS | |
| Compras de ativos fixos | | | 27.500,00 | 27.500,00 |
| Serviços obtidos | | 1.066.751,56 | 130.032,96 | 1.196.784,52 |
| Serviços prestados | | 34.828.995,15 | 224.665,02 | 35.053.660,17 |

SalDOS com partes relacionadas em 2015 e 2014:

| SALDOS | 2015 | | | TOTAL |
|----------------------------|--------------|--------------|----------------------------|--------------|
| | SUBSIDIÁRIAS | ASSOCIADAS | OUTRAS PARTES RELACIONADAS | |
| Contas a receber correntes | | 2.906.799,47 | 174.065,03 | 3.080.864,50 |
| Contas a pagar correntes | | 542.700,81 | 30.656,58 | 573.357,39 |

| SALDOS | 2014 | | | TOTAL |
|----------------------------|--------------|--------------|----------------------------|--------------|
| | SUBSIDIÁRIAS | ASSOCIADAS | OUTRAS PARTES RELACIONADAS | |
| Contas a receber correntes | 369,31 | 3.306.725,06 | 112.459,81 | 3.419.554,18 |
| Contas a pagar correntes | | 853.645,21 | 47.481,50 | 901.126,71 |

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

| ATIVOS INTANGÍVEIS | PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO | PROGRAMAS DE COMPUTADOR | PROPRIEDADE INDUSTRIAL | OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS | ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO | TOTAL |
|--------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------|---------------|
| Valor líquido a 01.01.2015 | | 228.347,06 | 1.220,90 | 534.816,55 | | 764.384,51 |
| ATIVO BRUTO | | | | | | |
| Saldo a 01.01.2015 | 88.749,10 | 5.203.418,50 | 98.439,49 | 1.106.517,00 | | 6.497.124,09 |
| Movimentos de 2015 | | | | | | |
| Adições | | 32.096,20 | | | | 32.096,20 |
| Saldo a 31.12.2015 | 88.749,10 | 5.235.514,70 | 98.439,49 | 1.106.517,00 | | 6.529.220,29 |
| AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | | | | | |
| Saldo a 01.01.2015 | -88.749,10 | -4.975.071,44 | -97.218,59 | -571.700,45 | | -5.732.739,58 |
| Movimentos de 2015 | | | | | | |
| Gastos de amortização | | -94.337,43 | -277,54 | -221.303,40 | | -315.918,37 |
| Saldo a 31.12.2015 | -88.749,10 | -5.069.408,87 | -97.496,13 | -793.003,85 | | -6.048.657,95 |
| Valor líquido a 31.12.2015 | | 166.105,83 | 943,36 | 313.513,15 | | 480.562,34 |

| ATIVOS INTANGÍVEIS | PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO | PROGRAMAS DE COMPUTADOR | PROPRIEDADE INDUSTRIAL | OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS | ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO | TOTAL |
|---------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------|---------------|
| Valor líquido a 01.01.2014 | | 180.394,24 | 1.498,70 | 756.119,95 | 82.500,00 | 1.020.512,89 |
| ATIVO BRUTO | | | | | | |
| Saldo a 01.01.2014 | 88.749,10 | 5.022.563,50 | 98.439,49 | 1.106.517,00 | 82.500,00 | 6.398.769,09 |
| Movimentos de 2014 | | | | | | |
| Adições | | 98.355,00 | | | | 98.355,00 |
| Regularizações e transferências | | 82.500,00 | | | -82.500,00 | |
| Saldo a 31.12.2014 | 88.749,10 | 5.203.418,50 | 98.439,49 | 1.106.517,00 | | 6.497.124,09 |
| AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | | | | | |
| Saldo a 01.01.2014 | -88.749,10 | -4.842.169,26 | -96.940,79 | -350.397,05 | | -5.378.256,20 |
| MOVIMENTOS DE 2014 | | | | | | |
| Gastos de amortização | | -132.902,18 | -277,80 | -221.303,40 | | -354.483,38 |
| Saldo a 31.12.2014 | -88.749,10 | -4.975.071,44 | -97.218,59 | -571.700,45 | | -5.732.739,58 |
| Valor líquido a 31.12.2014 | | 228.347,06 | 1.220,90 | 534.816,55 | | 764.384,51 |

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| RUBRICAS DO ATIVO FIXO INTANGÍVEL | ANOS DE VIDA ÚTIL |
|-----------------------------------|-------------------|
| Projetos de desenvolvimento | 3 |
| Programas de computador | 2 a 5 |
| Propriedade industrial | 3 a 7 |
| Outros ativos intangíveis | 5 |

No ano de 2015, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis em curso. No exercício de 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis em curso foram os seguintes:

| | SALDO 01.01.2014 | AQUISIÇÕES | REGULARIZA- ÇÕES E TRANS- FERÊNCIAS | ABATES/ ALIENAÇÕES | SALDO 31.12.2014 |
|-------------------------|---------------------|------------|---|-----------------------|---------------------|
| Programas de computador | 82.500,00 | | -82.500,00 | | |
| | 82.500,00 | | -82.500,00 | | |

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | TERRENOS E RECURSOS NATURAIS | EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES | EQUIPAMENTO BÁSICO |
|---|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Valor líquido a 01.01.2015 | 21.591.561,00 | 13.574.517,12 | 21.434.796,53 |
| ATIVO BRUTO | | | |
| Saldo a 01.01.2015 | 21.670.307,78 | 26.970.967,21 | 78.922.954,26 |
| Movimentos de 2015 | | | |
| Revalorizações | -1.676.400,00 | 6.796.012,73 | |
| Adições | | 725.799,79 | 29.275,93 |
| Abates/vendas | | | -9.799.685,04 |
| Regularizações e transferências | | 149.562,10 | |
| Saldo a 31.12.2015 | 19.993.907,78 | 34.642.341,83 | 69.152.545,15 |
| DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS | | | |
| Saldo a 01.01.2015 | | -13.264.954,23 | -57.488.157,73 |
| Movimentos de 2015 | | | |
| Gastos de depreciação e amortização | | -1.006.281,23 | -2.813.428,92 |
| Revalorizações | | -4.549.427,87 | |
| Abates/vendas | | | 9.763.419,91 |
| Regularizações e transferências | | | |
| Saldo a 31.12.2015 | | -18.820.663,33 | -50.538.166,74 |
| PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | | | |
| Saldo a 01.01.2015 | -78.746,78 | -131.495,86 | |
| Transferências | | | |
| Perdas por imparidade | -158.840,00 | -93.010,82 | |
| Reversões | | | |
| Saldo a 31.12.2015 | -237.586,78 | -224.506,68 | |
| Valor líquido a 31.12.2015 | 19.756.321,00 | 15.597.171,82 | 18.614.378,41 |

A coluna das adições de 2015, inclui 51.932,40 euros de trabalhos para a própria empresa em edifícios e outras construções

| EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO | ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS | TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS |
|---------------------------|----------------------------|--------------------------------|---------------------------|--|---------------------------------|
| 30.327,94 | 128.993,84 | 1.090.752,04 | 288.900,66 | | 58.139.849,13 |
| 1.451.724,13 | 4.212.239,27 | 1.845.404,19 | 288.900,66 | | 135.362.497,50 |
| | | | | | 5.119.612,73 |
| | 246.477,63 | 14.595,00 | 276.059,21 | | 1.292.207,56 |
| | -222.277,80 | | | | -10.021.962,84 |
| | | | -149.562,10 | | |
| 1.451.724,13 | 4.236.439,10 | 1.859.999,19 | 415.397,77 | | 131.752.354,95 |
| -1.421.396,19 | -4.083.245,43 | -754.652,15 | | | -77.012.405,73 |
| -14.807,13 | -53.667,26 | -346,75 | | | -3.888.531,29 |
| | | | | | -4.549.427,87 |
| | 221.679,52 | | | | 9.985.099,43 |
| -1.436.203,32 | -3.915.233,17 | -754.998,90 | | | -75.465.265,46 |
| | | | | | -210.242,64 |
| | | | | | -251.850,82 |
| | | | | | -462.093,46 |
| 15.520,81 | 321.205,93 | 1.105.000,29 | 415.397,77 | | 55.824.996,03 |

| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | TERRENOS E RECURSOS NATURAIS | EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES | EQUIPAMENTO BÁSICO |
|---|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Valor líquido a 01.01.2014 | 30.583.461,00 | 18.517.041,81 | 23.606.480,93 |
| ATIVO BRUTO | | | |
| Saldo a 01.01.2014 | 30.687.145,98 | 32.790.997,54 | 84.321.806,34 |
| Movimentos de 2014 | | | |
| Revalorizações | | | |
| Adições | | | 653.732,99 |
| Abates/vendas | | | -6.052.585,07 |
| Regularizações e transferências | -9.016.838,20 | -5.820.030,33 | |
| Saldo a 31.12.2014 | 21.670.307,78 | 26.970.967,21 | 78.922.954,26 |
| DEPRECIÇÕES ACUMULADAS | | | |
| Saldo a 01.01.2014 | | -14.142.459,87 | -60.715.325,41 |
| Movimentos de 2014 | | | |
| Gastos de depreciação e amortização | | | |
| | | -1.141.519,61 | -2.825.330,03 |
| Revalorizações | | | |
| Abates/vendas | | | 6.052.497,71 |
| Regularizações e transferências | | 2.019.025,25 | |
| Saldo a 31.12.2014 | | -13.264.954,23 | -57.488.157,73 |
| PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | | | |
| Saldo a 01.01.2014 | -103.684,98 | -131.495,86 | |
| Transferências | 24.938,20 | | |
| Reversões | | | |
| Saldo a 31.12.2014 | -78.746,78 | -131.495,86 | |
| Valor líquido a 31.12.2014 | 21.591.561,00 | 13.574.517,12 | 21.434.796,53 |

À data de 31 de dezembro de 2015, a empresa solicitou uma avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização.

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2015.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento – Método de Capitalização Direta e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 7.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é geralmente o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode-se atribuir o “Justo Valor” usando uma abordagem pelo “rendimento” ou pelo “Custo de Reposição Depreciado”.

Importa realçar que neste processo de avaliação – para os ativos fixos tangíveis e, portanto, na sua avaliação considerando o seu uso continuado, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

Para os restantes ativos fixos tangíveis, foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- › O trabalho de reavaliação teve por base visitas realizadas ao exterior de alguns dos imóveis e à totalidade do edifício de Massarelos em que houve

| EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO | ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS | TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS |
|---------------------------|----------------------------|--------------------------------|---------------------------|--|---------------------------------|
| 51.448,46 | 135.765,96 | 1.090.926,65 | 84.624,58 | | 74.069.749,39 |
| 1.541.724,05 | 4.266.045,32 | 1.845.410,51 | 84.624,58 | | 155.537.754,32 |
| | 44.687,25 | | 204.276,08 | | 902.696,32 |
| -89.999,92 | -98.493,30 | -6,32 | | | -6.241.084,61 |
| | | | | | -14.836.868,53 |
| 1.451.724,13 | 4.212.239,27 | 1.845.404,19 | 288.900,66 | | 135.362.497,50 |
| -1.490.275,59 | -4.130.279,36 | -754.483,86 | | | -81.232.824,09 |
| -21.120,52 | -50.520,73 | -174,61 | | | -4.038.665,50 |
| 89.999,92 | 97.554,66 | 6,32 | | | 6.240.058,61 |
| | | | | | 2.019.025,25 |
| -1.421.396,19 | -4.083.245,43 | -754.652,15 | | | -77.012.405,73 |
| | | | | | -235.180,84 |
| | | | | | 24.938,20 |
| | | | | | -210.242,64 |
| 30.327,94 | 128.993,84 | 1.090.752,04 | 288.900,66 | | 58.139.849,13 |

alteração do edifício e das suas características; para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis. O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior.

- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de terreno e de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel – pavimentos, redes de abastecimento e distribui-

ção de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. – foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

| RUBRICA | 2015 | 2014 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Terrenos e recursos naturais | 1.993.582,84 | 2.152.422,84 |
| Edifícios e outras construções | 6.331.807,09 | 5.891.518,75 |
| | 8.325.389,93 | 8.043.941,59 |

Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 73 da NCRF 7 não é aplicável.

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2015 e de 2014, nos ativos tangíveis em curso:

| | SALDO 01.01.2015 | AQUISIÇÕES | REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS | ABATES/ ALIENAÇÕES | SALDO 31.12.2015 |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| Edifícios e outras construções | 149.562,10 | 3.845,84 | -149.562,10 | | 3.845,84 |
| Equipamento básico | 139.338,56 | 272.213,37 | | | 411.551,93 |
| | 288.900,66 | 276.059,21 | -149.562,10 | | 415.397,77 |

| | SALDO 01.01.2014 | AQUISIÇÕES | REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS | ABATES/ ALIENAÇÕES | SALDO 31.12.2014 |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| Edifícios e outras construções | | 149.562,10 | | | 149.562,10 |
| Equipamento básico | 84.624,58 | 54.713,98 | | | 139.338,56 |
| | 84.624,58 | 204.276,08 | | | 288.900,66 |

Nos exercícios de 2015 e 2014 não se verificaram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

No ano de 2015, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 96.104,69 euros (divulgação ao abrigo da alínea c) do parágrafo 73 da NCRF 7).

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

10. LOCAÇÕES

10.1. Locações financeiras – locatários

Nos exercícios de 2015 e 2014, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 5.601.633,92 euros (inclui 249.820,72 euros de juros) e de 5.941.571,99 euros (inclui 419.085,83 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 9.367.364,72 euros e 13.969.910,27 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

| ANOS | 2015 | | | 2014 | | |
|-------|---|-------------------|---------------------|---|-------------------|----------------------|
| | VALOR DESCONTADO PAGAMENTOS MÍNIMOS | JUROS | TOTAL | VALOR DESCONTADO PAGAMENTOS MÍNIMOS | JUROS | TOTAL |
| 2015 | | | | 4.366.959,46 | 208.131,95 | 4.575.091,41 |
| 2016 | 2.312.740,39 | 101.012,22 | 2.413.752,61 | 2.309.102,27 | 110.676,97 | 2.419.779,24 |
| 2017 | 1.885.546,18 | 71.879,19 | 1.957.425,37 | 1.884.177,45 | 79.274,55 | 1.963.452,00 |
| 2018 | 1.908.488,24 | 48.937,13 | 1.957.425,37 | 1.909.447,55 | 54.004,45 | 1.963.452,00 |
| 2019 | 1.931.709,45 | 25.715,92 | 1.957.425,37 | 1.935.056,57 | 28.395,43 | 1.963.452,00 |
| 2020 | 1.077.006,54 | 4.329,47 | 1.081.336,02 | 1.079.900,74 | 4.782,87 | 1.084.683,61 |
| Total | 9.115.490,80 | 251.873,93 | 9.367.364,72 | 13.484.644,05 | 485.266,22 | 13.969.910,27 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

| DESCRIÇÃO | 2015 | | | 2014 | | |
|-------------------------------------|----------------------|--|----------------------|----------------------|--|----------------------|
| | VALOR AQUISIÇÃO | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS/ PERDAS POR IMPARIDADE | VALOR LÍQUIDO | VALOR AQUISIÇÃO | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS/ PERDAS POR IMPARIDADE | VALOR LÍQUIDO |
| PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 2.391.521,21 | 1.475.221,21 | 916.300,00 | 2.391.521,21 | 1.423.521,21 | 968.000,00 |
| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | |
| Equipamento Básico | 33.858.200,00 | 17.923.193,42 | 15.935.006,58 | 33.858.200,00 | 16.078.217,30 | 17.779.982,70 |
| Total | 36.249.721,21 | 19.398.414,63 | 16.851.306,58 | 36.249.721,21 | 17.501.738,51 | 18.747.982,70 |

10.2. Locação operacional

Nos exercícios de 2015 e 2014, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 1.449.676,52 euros e 3.446.871,16 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2015 e de 2014, apresentam os seguintes vencimentos:

| ANOS | 2015 | 2014 |
|--------------|------|---------------------|
| 2015 | | 1.635.337,37 |
| Total | | 1.635.337,37 |

11. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------------|----------------------|
| Juros de financiamentos obtidos | 5.395.950,92 | 11.986.861,84 |
| Juros instituições crédito e instituições financeiras | 196.383,76 | 3.948.403,24 |
| Empréstimos bancários | | 3.501.001,49 |
| Descobertos bancários | | 113.166,24 |
| Leasing | 196.383,76 | 334.235,51 |
| Juros de financiamentos por valores mobiliários – obrigações | 107.164,18 | 3.707.467,12 |
| Juros de financiamentos de participantes no capital | 5.092.402,98 | 4.330.991,48 |
| Juros de outros instrumentos financeiros | 9.154.925,58 | 6.682.039,85 |
| Outros gastos e perdas de financiamento – relativos a financiamentos obtidos | 210.506,58 | 984.229,51 |
| Despesas e descontos c/emissão financiamentos | 4.244,40 | 28.129,17 |
| Taxa de aval | 202.777,78 | 388.052,56 |
| Comissões e outros encargos | 3.484,40 | 279.531,44 |
| Imposto de selo utilização capital | | 288.516,34 |
| Juros e gastos similares suportados | 14.761.383,08 | 19.653.131,20 |
| Perdas por reduções de justo valor – em instrumentos financeiros | | 27.323.904,18 |
| Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados | 14.761.383,08 | 46.977.035,38 |

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|-----------------|
| Juros obtidos – de depósitos | 0,16 | 329,67 |
| Juros obtidos – de financiamentos obtidos | 3.185,00 | |
| Juros Obtidos -de outros financiamentos concedidos | | 1.075,91 |
| Juros e rendimentos similares obtidos propriamente ditos | 3.185,16 | 1.405,58 |
| Ganhos por aumentos de justo valor – em instrumentos financeiros | 4.293.039,32 | |
| Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados | 4.296.224,48 | 1.405,58 |

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2015 e a 31 de dezembro de 2014, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda.).

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respetivamente para o ano de 2015 e ano de 2014.

O valor de mercado a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido no SNC como “Justo Valor”. No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento – Método de Capitalização Direta ou Método de “Discounted Cash Flows” e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 11.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- › O trabalho teve por base os relatórios de avaliação anteriores, tendo sido realizada uma visita ao exterior de alguns dos imóveis;
- › Para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- › Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões

existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;

- › As áreas de terreno e de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos;
- › Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

A avaliação de algumas das propriedades de investimento foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e critério do rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 38, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas.”

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento, foram os seguintes:

| 2015 | | | | |
|--|------------------------------|--------------------------------|--|---------------|
| PROPRIEDADES INVESTIMENTO | TERRENOS E RECURSOS NATURAIS | EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES | ADIANTAMENTOS POR CONTA PROP. INVESTIMENTO | TOTAL |
| Saldo a 01.01.2015 | 12.591.474,00 | 4.663.826,00 | 24.726,00 | 17.280.026,00 |
| Varição justo valor por contrapartida de resultados | -59.126,00 | -29.513,91 | | -88.639,91 |
| Varição justo valor por reversão excedente revalorização | -443.708,00 | -113.852,09 | | -557.560,09 |
| Saldo a 31.12.2015 | 12.088.640,00 | 4.520.460,00 | 24.726,00 | 16.633.826,00 |

| 2014 | | | | |
|--|------------------------------|--------------------------------|--|---------------|
| PROPRIEDADES INVESTIMENTO | TERRENOS E RECURSOS NATURAIS | EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES | ADIANTAMENTOS POR CONTA PROP. INVESTIMENTO | TOTAL |
| Saldo a 01.01.2014 | 4.238.710,00 | 989.790,00 | 24.726,00 | 5.253.226,00 |
| Varição justo valor por contrapartida de resultados | -301.518,80 | -37.590,00 | | -339.108,80 |
| Varição justo valor por reversão excedente revalorização | -308.788,00 | -89.379,08 | | -398.167,08 |
| Transferências | 8.991.900,00 | 3.801.005,08 | | 12.792.905,08 |
| Abates/Vendas | -28.829,20 | | | -28.829,20 |
| Saldo a 31.12.2014 | 12.591.474,00 | 4.663.826,00 | 24.726,00 | 17.280.026,00 |

Em 2013 e 2014, foram transferidos para propriedades de investimento imóveis que se encontravam catalogados em ativos fixos tangíveis, conforme decisão do Conselho de Administração, tendo por base a alteração do seu uso.

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2015 e 2014, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

| PROPRIEDADES INVESTIMENTO | 2015 | | 2014 | |
|---------------------------|------------|------------------|------------|------------------|
| | ARRENDADOS | PARA VALORIZAÇÃO | ARRENDADOS | PARA VALORIZAÇÃO |
| RENDIMENTOS | | | | |
| Rendimentos de Rendas | 247.554,66 | 20.290,12 | 249.266,28 | 14.625,12 |
| GASTOS | | | | |
| Gastos diretos | -30.532,06 | -134.707,19 | -30.723,29 | -103.550,19 |
| Resultado | 217.022,60 | -114.417,07 | 218.542,99 | -88.925,07 |

13. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais que impõe.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, chama-se a atenção que para a classe de Edifícios e terrenos se obteve avaliações de mercado, efetuadas por avaliadores independentes, nos exercícios de 2012 a 2015, para a classe de ativos catalogada como propriedades de investimento e, no exercício de 2012 e 2015, para a classe de ativos catalogados como ativos fixos tangíveis, tendo sido, nos casos identificados, registada a correspondente perda por imparidade.

Em 2014 não se registaram movimentos nas perdas por imparidade dos ativos fixos tangíveis. Em 2015, o movimento nas perdas por imparidade dos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | |
|---|---------------------|
| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS – PERDAS POR IMPARIDADE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 251.850,82 |
| - Aumentos | 251.850,82 |
| CAPITAL PRÓPRIO – EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO | 1.698.020,12 |
| - Reversão do Excedente de revalorização por perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis | 1.698.020,12 |

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se na nota 8.

14. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| ANO DE 2015 | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO | RENDIMENTOS | RESULTADO LÍQUIDO | % DETENÇÃO |
|----------------------------|---------------|---------------|-----------------|--------------|-------------------|------------|
| SUBSIDIÁRIAS | | | | | | |
| STCP Serviços | 53.055,22 | 5.616,09 | 47.439,13 | | -80,00 | 100,00% |
| EMPRESAS ASSOCIADAS | | | | | | |
| TIP, ACE | 10.614.718,00 | 12.652.244,00 | -2.037.526,00 | 7.715.452,66 | 2.608.901,00 | 33,33% |
| Transpublicidade, S.A. | 926.443,00 | 233.557,00 | 692.886,00 | 566.992,00 | 29.077,00 | 20,00% |
| ANO DE 2014 | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO | RENDIMENTOS | RESULTADO LÍQUIDO | % DETENÇÃO |
| SUBSIDIÁRIAS | | | | | | |
| STCP Serviços | 53.504,53 | 5.985,40 | 47.519,13 | 1.432,40 | 588,40 | 100,00% |
| EMPRESAS ASSOCIADAS | | | | | | |
| TIP, ACE | 8.706.867,00 | 13.268.327,00 | -4.561.460,00 | 6.327.749,01 | 499.600,00 | 33,33% |
| Transpublicidade, S.A. | 946.714,00 | 282.906,00 | 663.809,00 | 559.988,00 | 12.643,00 | 20,00% |

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços e TIP ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------|------------|
| PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS | | |
| Saldo inicial | 131.092,00 | 125.217,40 |
| Regularizações – método da equivalência patrimonial | 7.485,20 | 5.874,60 |
| Outras variações | | |
| Saldo final | 138.577,20 | 131.092,00 |
| PERDAS POR IMPARIDADE | | |
| Ativos líquidos | 138.577,20 | 131.092,00 |

15. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS POR OUTROS MÉTODOS

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial – a participação até essa data era de 25% – e apresentar capitais próprios negativos):

| | 2015 | | 2014 | |
|-----------------------------------|-------------|-----------|-------------|-----------|
| | JUSTO VALOR | AO CUSTO | JUSTO VALOR | AO CUSTO |
| PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: | | | | |
| Saldo inicial | | 25.000,00 | | 25.000,00 |
| Saldo final | | 25.000,00 | | 25.000,00 |
| PERDAS POR IMPARIDADE: | | | | |
| Ativos líquidos | | 25.000,00 | | 25.000,00 |

16. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

18. AGRICULTURA

Não aplicável.

19. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | | | 2014 | | |
|------------------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|
| | QUANTIA BRUTA | PERDAS POR IMPARIDADE | QUANTIA LÍQUIDA | QUANTIA BRUTA | PERDAS POR IMPARIDADE | QUANTIA LÍQUIDA |
| Matérias-Primas, sub. e de consumo | 1.334.972,28 | -987.220,99 | 347.751,29 | 1.629.233,00 | -1.192.206,62 | 437.026,38 |
| | 1.334.972,28 | -987.220,99 | 347.751,29 | 1.629.233,00 | -1.192.206,62 | 437.026,38 |

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------|--------------|---------------|
| Inventário Inicial | 1.629.233,00 | 1.728.566,14 |
| Compras | 807.673,84 | 969.643,55 |
| Regularizações (*) | -242.554,21 | 8.880,08 |
| Custo das matérias consumidas | -859.380,35 | -1.077.856,77 |
| Inventário final | 1.334.972,28 | 1.629.233,00 |

(*) Em 2015, o montante de 296.565,12 euros diz respeito ao abate e destruição de títulos de transporte existentes em armazém, que se encontravam descontinuados. Estes inventários tinham as respetivas imparidades reconhecidas em exercícios anteriores.

Variação dos Produtos e trabalhos em curso, nos exercícios de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------------|------|-----------|
| Saldo Inicial | | 1.360,87 |
| Variação dos inventários da produção | | -1.360,87 |
| Saldo final | | |

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2015 e de 2014:

| ANO DE 2015 | SALDO INICIAL | AUMENTOS | REVERSÕES (*) | SALDO FINAL |
|--|---------------|----------|---------------|--------------|
| Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo | 1.192.206,62 | | 204.985,63 | 987.220,99 |
| ANO DE 2014 | SALDO INICIAL | AUMENTOS | REVERSÕES | SALDO FINAL |
| Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo | 1.201.484,38 | | 9.277,76 | 1.192.206,62 |

(*) Em 2015, a reversão das imparidades deve-se essencialmente ao abate de inventários obsoletos.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

21. RÉDITOS

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, todo realizado em território nacional:

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------------|----------------------|
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 42.374.606,42 | 45.511.137,04 |
| Transporte público de passageiros (*) | 42.273.854,97 | 45.408.952,19 |
| Aluguer de viaturas | 101.090,49 | 105.644,32 |
| Descontos e abatimentos | -339,04 | -3.459,47 |
| RENDIMENTOS SUPLEMENTARES | 1.000.307,65 | 1.383.710,13 |
| Aluguer de equipamento | 4.070,00 | 1.800,00 |
| Royalties | 1.569,11 | 350,00 |
| Outros rendimentos suplementares | 994.668,54 | 1.381.560,13 |
| Serviços de manutenção | 229.160,58 | 441.392,73 |
| Publicidade | 202.104,27 | 220.181,77 |
| Cedência de trabalhadores | 90.195,83 | 52.192,26 |
| Renda e cedência espaço | 180.708,69 | 137.459,20 |
| Prestação de serviços de assessoria e outros | 96.166,68 | 215.214,99 |
| Venda de sucata e outros bens | 38.919,05 | 35.144,29 |
| Vendas e serviços do museu | 14.649,03 | 14.953,35 |
| Outros | 142.764,41 | 265.021,54 |
| RENDAS E OUTROS RENDIMENTOS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO | 267.844,78 | 263.891,40 |
| JUROS OBTIDOS | 3.185,16 | 1.405,58 |
| | 43.645.944,01 | 47.160.144,15 |

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado decreto-lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29 de junho de 2006, o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp foi celebrado em 29 de janeiro de 2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 1 de setembro de 2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

A empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rédito das vendas e dos serviços prestados – transporte público de passageiros.

Em 17 de dezembro de 2014, foi assinado um aditamento ao acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante que prevê a alteração da comparticipação do Estado de 40% para 68% da percentagem de desconto praticada neste tarifário, com efeitos a 1 de fevereiro de 2012. Decorrente desta alteração contratual, no exercício de 2014 a rubrica de Rédito dos serviços prestados inclui 953 milhares de euros relativos ao recebimento dos acertos da comparticipação dos anos de 2012 e 2013.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- › Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- › Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2015. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- › Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2015, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2015 e de 2014:

| | 2015 | | | |
|---|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| | SALDO INICIAL | AUMENTOS | REVERSÕES | SALDO FINAL |
| Processos judiciais em curso | 6.227.925,31 | 11.282.091,52 | | 17.510.016,83 |
| Acidentes de trabalho e doenças profissionais | 463.556,03 | | 12.605,96 | 450.950,07 |
| Outras Provisões | 3.731.549,12 | 1.363.075,98 | 958.873,83 | 4.135.751,27 |
| | 10.423.030,46 | 12.645.167,50 | 971.479,79 | 22.096.718,17 |

(Aumentos) e reduções de provisões -11.673.687,71

| | 2014 | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------|----------------------|
| | SALDO INICIAL | AUMENTOS | REVERSÕES | SALDO FINAL |
| Processos judiciais em curso | 5.394.778,14 | 833.147,17 | | 6.227.925,31 |
| Acidentes de trabalho e doenças profissionais | 463.885,99 | | 329,96 | 463.556,03 |
| Outras Provisões | 3.226.311,55 | 505.237,57 | | 3.731.549,12 |
| | 9.084.975,68 | 1.338.384,74 | 329,96 | 10.423.030,46 |

(Aumentos) e reduções de provisões -1.338.054,78

A empresa tem pendentes contra si três processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes:

- › Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado a propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa, aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do ainda designado Serviço de Transportes Coletivos do Porto. Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída uma provisão de 10.085.808,81 euros.
- › Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, S.A. e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros n.º 52/2003, de 27 de março, que atribui àqueles operadores, nesse ano, determinados montantes de Indemnizações Compensatórias. Este processo não se encontra provisionado.
- › Em maio de 2013, o Banco Santander Totta, S.A. (BST) intentou no tribunal comercial de Londres ações judiciais contra a STCP e outras três empresas públicas de transporte de passageiros. As referidas ações dizem respeito a nove swaps de taxa de juro celebrados entre 2005 e 2009, entre o BST e cada uma dessas empresas públicas. Destes nove contratos, um é uma operação celebrada com a STCP. O BST pretende que os tribunais ingleses declarem que os referidos contratos swaps são válidos e obrigam as empresas públicas em causa. Por outro lado, essas empresas públicas pretendem que os contratos sejam declarados inválidos e que os

montantes pagos ao BST, ao abrigo dos referidos contratos, sejam reembolsados. No dia 4 de março de 2016, o tribunal de Londres proferiu uma sentença desfavorável para a STCP e demais empresas públicas envolvidas, reconhecendo a validade dos contratos em disputa. Esta decisão será, contudo, objeto de recurso. A pretensão de recorrer da decisão já foi aceite pelo tribunal londrino. A 31 de dezembro de 2015, foi reforçada a provisão para o montante de 2.246.026,32, de forma a cobrir os encargos que se estimam vir a suportar com esta ação e que não se encontravam ainda refletidos nas demonstrações financeiras.

Nos dois primeiros casos, trata-se de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público prestado. A 31 de dezembro de 2015, o ponto de situação destes dois processos judiciais era o seguinte:

- › A ação judicial intentada pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português, encontra-se atualmente suspensa a requerimento das Partes, uma vez que a 31 de julho de 2015, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Estado Português, a STCP e o Município do Porto. Neste memorando foi acordado pôr termo ao contencioso sobre a propriedade dos “imóveis STCP”, mediante transação judicial ou extrajudicial no âmbito da ação administrativa comum que corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto sob o n.º 2366/04.4BEPRT, pela qual o Município do Porto abdica de qualquer direito sobre qualquer dos imóveis alvo do litígio e reconhece, doravante, a propriedade da STCP ou de terceiros por esta reconhecidos sobre esse conjunto de imóveis, autorizando e promovendo o Município do Porto, a suas próprias expensas, o cancelamento dos registos ainda a seu favor e o cancelamento dos registos a seu favor e a inscrição a favor do Estado ou entidade por este designado. Como contrapartida,

a STCP reconhece dever ao Município do Porto 10.085.808,81, que corresponde ao valor de mercado/contabilístico dos imóveis, à data de 30 de junho de 2015, que atualmente ainda são propriedade daquela empresa (i.e., os imóveis adquiridos até 1949 e ainda os imóveis adquiridos entre 1950 e 1975). Desta forma, aguarda-se o desfecho da ação judicial, sendo necessário para o efeito que o Ministério das Finanças indique qual a entidade que assumirá a posição no acordo com o Município do Porto e submeter a visto prévio do Tribunal de Contas o pagamento a levar a cabo pela STCP.

- › No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, a decisão do Supremo Tribunal de justiça, de 12 de janeiro de 2012, foi no sentido de anular aquela resolução. Assim, sendo, pode estar em causa a devolução das indemnizações compensatórias por parte da STCP. O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores para este processo decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio. Do acima exposto, podemos concluir que estamos na presença de um passivo contingente porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

Também, em 31 de dezembro de 2015, o montante das provisões para outros riscos e encargos foi reforçado em 1.019.460 euros. Este reforço da provisão deve-se essencialmente à assunção do risco com responsabilidades legais da empresa, existentes no final do ano de 2015, referentes a anos transatos, cuja saída de recursos para liquidação da obrigação é provável ocorrer em exercícios seguintes.

23. SUBSÍDIOS

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2015 e de 2014:

| SUBSÍDIOS | 2015 | | MONTANTE TOTAL RECEBIDO | RÉDITO DO PERÍODO | RÉDITO ACUMULADO |
|-----------------------------------|-------------------|----------------------|-------------------------|-------------------|------------------|
| | MONTANTE RECEBIDO | MONTANTE POR RECEBER | | | |
| Subsídios relacionados com ativos | 1.977.989,03 | | 7.223.280,79 | 231.759,84 | 5.156.093,92 |
| ATIVOS TANGÍVEIS | 1.977.989,03 | | 7.102.070,69 | 231.759,84 | 5.058.629,17 |
| - Edifícios e outras construções | 390.796,51 | | 688.186,36 | 14.982,75 | 249.152,02 |
| - Equipamento básico | 1.319.241,64 | | 5.982.491,97 | 205.318,04 | 4.706.428,13 |
| - Equipamento administrativo | 267.950,88 | | 218.355,30 | 11.459,05 | 47.914,01 |
| - Outros ativos fixos tangíveis | | | 55.135,01 | | 55.135,01 |
| - Ativos tangíveis em curso | | | 157.902,05 | | |
| PROPRIEDADES INVESTIMENTO | | | 48.538,68 | | 24.793,33 |
| - Edifícios | | | 48.538,68 | | 24.793,33 |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | 72.671,42 | | 72.671,42 |
| Programas de computador | | | 72.671,42 | | 72.671,42 |
| | 1.977.989,03 | | 7.223.280,79 | 231.759,84 | 5.156.093,92 |

| SUBSÍDIOS | 2014 | | MONTANTE TOTAL RECEBIDO | RÉDITO DO PERÍODO | RÉDITO ACUMULADO |
|-----------------------------------|-------------------|----------------------|-------------------------|-------------------|------------------|
| | MONTANTE RECEBIDO | MONTANTE POR RECEBER | | | |
| Subsídios à exploração: | 2.283.104,97 | | 4.861.805,41 | 4.861.805,41 | |
| Orçamento do estado | | | 4.716.981,13 | 4.716.981,13 | |
| Inst. Gest. Fin. Seg. Soc. – PAII | 2.283.104,97 | | 144.824,28 | 144.824,28 | |
| Subsídios relacionados com ativos | | | 6.203.467,41 | 102.522,72 | 5.882.509,73 |
| ATIVOS TANGÍVEIS | | | 6.082.257,31 | 102.522,72 | 5.785.044,98 |
| - Edifícios e outras construções | | | 297.389,85 | 3.584,40 | 234.169,27 |
| - Equipamento básico | | | 5.601.598,74 | 98.470,77 | 5.439.458,50 |
| - Equipamento administrativo | | | 56.631,66 | 467,55 | 56.282,20 |
| - Outros ativos fixos tangíveis | | | 55.135,01 | | 55.135,01 |
| - Ativos tangíveis em curso | | | 71.502,05 | | |
| PROPRIEDADES INVESTIMENTO | | | 48.538,68 | | 24.793,33 |
| - Edifícios | | | 48.538,68 | | 24.793,33 |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | 72.671,42 | | 72.671,42 |
| Programas de computador | | | 72.671,42 | | 72.671,42 |
| | 2.283.104,97 | | 11.065.272,82 | 4.964.328,13 | 5.882.509,73 |

24. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2015 e 2014 ocorreram operações em libras esterlinas mas de montantes irrelevantes.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em 4 de abril foi publicada a lei n.º 11/2016 que estabelece a reposição do pagamento de todos os complementos de pensão nas empresas do sector público empresarial aos trabalhadores no ativo e aos antigos trabalhadores aposentados, reformados e demais pensionistas, com efeitos a partir de abril de 2016.

Esta norma vem assim obrigar a STCP a repor todos os benefícios com complementos de pensões previstos nos seus acordos de empresa, que tinham sido cortados a partir de janeiro de 2014.

Em 2016, a aplicação da lei 11/2016 vai obrigar a que a STCP proceda a um reforço extraordinário do fundo no montante de 548.805 euros, atendendo ao acréscimo das suas responsabilidades passadas com reformados no montante de 673.287 euros.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua situação deficitária, suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e efetua o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de dezembro de 2015, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 82.289.330,98 euros, conforme detalhe abaixo:

| ANOS | PREJUÍZOS FISCAIS |
|------|----------------------|
| 2009 | 19.864.827,20 |
| 2011 | 18.614.042,09 |
| 2012 | 27.068.620,58 |
| 2013 | 7.178.252,27 |
| 2014 | 9.563.588,84 |
| | 82.289.330,98 |

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No exercício de 2015 e 2014 não temos informação relevante a relatar.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| ATIVOS FINANCEIROS – ANO DE 2015 | EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER | DISPONÍVEIS PARA VENDA | NÃO ABRANGIDOS IFRS7 | TOTAL |
|--|---|---------------------------|-------------------------|----------------------|
| ATIVOS NÃO CORRENTES | 48.216,80 | 25.000,00 | | 73.216,80 |
| Participações financeiras pelo método do custo | | 25.000,00 | | 25.000,00 |
| Outros ativos financeiros | 48.216,80 | | | 48.216,80 |
| ATIVOS CORRENTES | 15.680.160,26 | | 1.446.990,76 | 17.127.151,02 |
| Clientes | 2.681.036,08 | | | 2.681.036,08 |
| Adiantamento a fornecedores | 58.813,08 | | | 58.813,08 |
| Outras contas a receber | 1.810.832,27 | | 1.446.990,76 | 3.257.823,03 |
| Caixa e depósitos bancários | 11.129.478,83 | | | 11.129.478,83 |
| | 15.728.377,06 | 25.000,00 | 1.446.990,76 | 17.200.367,82 |

| PASSIVOS FINANCEIROS – ANO DE 2015 | PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO | PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS | NÃO ABRANGIDOS IFRS7 | TOTAL |
|------------------------------------|--|---|----------------------|-----------------------|
| PASSIVOS NÃO CORRENTES | 363.136.576,72 | 115.238.955,28 | 6.802.750,41 | 485.178.282,41 |
| Financiamentos obtidos | 363.136.576,72 | | 6.802.750,41 | 369.939.327,13 |
| Outros passivos financeiros | | 115.238.955,28 | | 115.238.955,28 |
| PASSIVOS CORRENTES | 56.686.099,08 | 18.698.494,26 | 7.488.345,62 | 82.872.938,96 |
| Fornecedores | 2.308.575,67 | | | 2.308.575,67 |
| Financiamentos obtidos | 53.333.827,96 | | 2.314.943,35 | 55.648.771,31 |
| Outras contas a pagar | 1.043.695,45 | | 5.173.402,27 | 6.217.097,72 |
| Outros passivos financeiros | | 18.698.494,26 | | 18.698.494,26 |
| | 419.822.675,80 | 133.937.449,54 | 14.291.096,03 | 568.051.221,37 |

| ATIVOS FINANCEIROS – ANO DE 2014 | EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER | DISPONÍVEIS PARA VENDA | NÃO ABRANGIDOS IFRS7 | TOTAL |
|--|---|------------------------|----------------------|----------------------|
| ATIVOS NÃO CORRENTES | 47.519,13 | 25.000,00 | | 72.519,13 |
| Participações financeiras pelo método do custo | | 25.000,00 | | 25.000,00 |
| Outros ativos financeiros | 47.519,13 | | | 47.519,13 |
| ATIVOS CORRENTES | 12.241.764,43 | | 1.857.619,58 | 14.099.384,01 |
| Clientes | 2.789.929,79 | | | 2.789.929,79 |
| Outras contas a receber | 1.527.568,10 | | 1.857.619,58 | 3.385.187,68 |
| Caixa e depósitos bancários | 7.924.266,54 | | | 7.924.266,54 |
| | 12.289.283,56 | 25.000,00 | 1.857.619,58 | 14.171.903,14 |

| PASSIVOS FINANCEIROS – ANO DE 2014 | PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO | PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS | NÃO ABRANGIDOS IFRS7 | TOTAL |
|------------------------------------|--|---|----------------------|-----------------------|
| PASSIVOS NÃO CORRENTES | 401.222.829,24 | 119.531.994,60 | 9.117.684,55 | 529.872.508,39 |
| Financiamentos obtidos | 401.222.829,24 | | 9.117.684,55 | 410.340.513,79 |
| Outros passivos financeiros | | 119.531.994,60 | | 119.531.994,60 |
| PASSIVOS CORRENTES | 6.538.708,12 | 9.543.568,68 | 10.559.936,82 | 26.642.213,62 |
| Fornecedores | 4.735.124,75 | | | 4.735.124,75 |
| Financiamentos obtidos | 492.032,31 | | 4.375.914,18 | 4.867.946,49 |
| Outras contas a pagar | 1.311.551,06 | | 6.184.022,64 | 7.495.573,70 |
| Outros passivos financeiros | | 9.543.568,68 | | 9.543.568,68 |
| | 407.761.537,36 | 129.075.563,28 | 19.677.621,37 | 556.514.722,01 |

Em 2015 e 2014, a STCP apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- › Empréstimos concedidos e contas a receber;
- › Disponíveis para venda;
- › Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- › Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo

valor. Em 2015 e 2014, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (exceção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Por último, os instrumentos financeiros derivados incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, encontram-se escriturados ao justo valor.

28.1.1. Financiamentos obtidos

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| FINANCIAMENTOS OBTIDOS – ANO 2015 | CUSTO AMORTIZADO | | | MONTANTE NOMINAL | | |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | TOTAL | CORRENTE | NÃO CORRENTE | TOTAL | CORRENTE | NÃO CORRENTE |
| Instituições crédito e sociedades financeiras | 9.122.518,11 | 2.319.767,70 | 6.802.750,41 | 9.120.315,15 | 2.317.564,74 | 6.802.750,41 |
| Locações financeiras | 9.117.693,76 | 2.314.943,35 | 6.802.750,41 | 9.115.490,80 | 2.312.740,39 | 6.802.750,41 |
| Cartão de crédito | 4.824,35 | 4.824,35 | | 4.824,35 | 4.824,35 | |
| Mercado de valores mobiliários | 100.085.517,32 | 108.989,54 | 99.976.527,78 | 100.000.000,00 | | 100.000.000,00 |
| Empréstimos obrigacionistas não convertíveis | 100.085.517,32 | 108.989,54 | 99.976.527,78 | 100.000.000,00 | | 100.000.000,00 |
| Obrigacionista 07 | 100.085.517,32 | 108.989,54 | 99.976.527,78 | 100.000.000,00 | | 100.000.000,00 |
| Participantes de capital | 316.380.063,01 | 53.220.014,07 | 263.160.048,94 | 313.368.423,72 | 50.208.374,78 | 263.160.048,94 |
| Empresa-mãe – Suprimentos e outros mútuos | 316.380.063,01 | 53.220.014,07 | 263.160.048,94 | 313.368.423,72 | 50.208.374,78 | 263.160.048,94 |
| | 425.588.098,44 | 55.648.771,31 | 369.939.327,13 | 422.488.738,87 | 52.525.939,52 | 369.962.799,35 |

| FINANCIAMENTOS OBTIDOS – ANO DE 2014 | CUSTO AMORTIZADO | | | MONTANTE NOMINAL | | |
|---|-----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | TOTAL | CORRENTE | NÃO CORRENTE | TOTAL | CORRENTE | NÃO CORRENTE |
| Instituições crédito e sociedades financeiras | 13.493.598,73 | 4.375.914,18 | 9.117.684,55 | 13.484.639,19 | 4.366.954,64 | 9.117.684,55 |
| Locações financeiras | 13.493.598,73 | 4.375.914,18 | 9.117.684,55 | 13.484.639,19 | 4.366.954,64 | 9.117.684,55 |
| Mercado de valores mobiliários | 99.996.000,69 | 23.420,17 | 99.972.580,52 | 100.000.000,00 | | 100.000.000,00 |
| Empréstimos obrigacionistas não convertíveis | 99.996.000,69 | 23.420,17 | 99.972.580,52 | 100.000.000,00 | | 100.000.000,00 |
| Obrigacionista 07 | 99.996.000,69 | 23.420,17 | 99.972.580,52 | 100.000.000,00 | | 100.000.000,00 |
| Participantes de capital | 301.718.860,86 | 468.612,14 | 301.250.248,72 | 301.250.248,72 | | 301.250.248,72 |
| Empresa-mãe – Suprimentos e outros mútuos | 301.718.860,86 | 468.612,14 | 301.250.248,72 | 301.250.248,72 | | 301.250.248,72 |
| | 415.208.460,28 | 4.867.946,49 | 410.340.513,79 | 414.734.887,91 | 4.366.954,64 | 410.367.933,27 |

Todos os empréstimos estão denominados em euros.

28.1.1.1. Não corrente

As operações de financiamento não corrente realizadas durante o ano de 2015, no montante global de 12.118.175 euros do ano foram concedidas exclusivamente pelo Estado Português.

A 31 de dezembro de 2015, os empréstimos não correntes em vigor, caracterizam-se como se segue:

- › Em junho de 2007, foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe *Call-Option*, a partir do 5º ano, total ou parcial. As obrigações foram admitidas à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011. Tem a Garantia do Estado Português. Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.
- › Em outubro de 2014, o Estado Português concedeu à STCP um empréstimo de mútuo no valor de 301.250.248,72 euros destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo vence juros semestralmente e será reembolsado em doze prestações de capital iguais e sucessivas, com início em maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021. O capital mutuado foi disponibilizado em três tranches:
 1. De 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014, a taxa fixa;
 2. De 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014, a taxa fixa;
 3. De 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014, a taxa fixa.

- › Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/15-SET, de 4 de maio, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio/longo prazo para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015, no valor de 4.540.000 euros. A disponibilização foi faseada, nos seguintes montantes e datas:
 1. 1.875.000 euros, realizada em 22 de maio de 2015;
 2. 1.511.000 euros, realizada na mesma data, 22 de maio;
 3. 1.154.000 euros, realizada em 16 de junho de 2015.
 - › Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/15-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:
 1. 1.472.710 euros, realizada em 30 de setembro de 2015;
 2. 1.705.465 euros, realizada na mesma data, 30 de setembro.
 - › Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/15-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, relativas ao 4º trimestre de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche em 26 de novembro de 2015.
- A 31 de dezembro de 2015 a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

28.1.1.2. Corrente

No decurso do ano, a empresa passou a dispor do uso de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria.

A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública –IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco.

A 31 de dezembro de 2015, o saldo a débito, deste meio de pagamento era de 4.824,35 euros.

28.1.2. Outros ativos financeiros

28.1.2.1. Não corrente

A rubrica Outros ativos financeiros não correntes, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, diz respeito essencialmente aos empréstimos concedidos, sob a forma de prestações acessórias, à participada STCP Serviços. O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 e 2014 era o seguinte:

| OUTROS ATIVOS FINANCEIROS | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias | 1.400.000,00 | 1.400.000,00 |
| Fundo de compensação do trabalho | 777,67 | |
| Quantia bruta | 1.400.777,67 | 1.400.000,00 |
| Perdas por Imparidade acumuladas | -1.352.560,87 | -1.352.480,87 |
| Quantia escriturada | 48.216,80 | 47.519,13 |
| Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (Perdas/reversões) | -80,00 | 588,40 |

Esta rubrica encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

28.1.2.2. Corrente

Nada a referir.

28.1.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor destes instrumentos financeiros derivados (adicionado dos juros vencidos e não pagos) era o seguinte:

| FINANCIAMENTO COBERTO | MONTANTE NOCIONAL | MATURIDADE | 2015 | | |
|------------------------------------|-------------------|------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
| | | | JUSTO VALOR (*) | CORRENTE | NÃO CORRENTE |
| Obrigacionista 2007 | 25.000.000 | 05-jun-22 | -133.937.449,54 | -18.698.494,26 | -115.238.955,28 |
| Outros passivos financeiros | | | -133.937.449,54 | -18.698.494,26 | -115.238.955,28 |

(*) O justo valor encontra-se adicionado dos juros vencidos e não pagos, incluídos na rubrica corrente, pelo que o seu valor sem estes juros vencidos é de -115.961.315,70 euros,.

| FINANCIAMENTO COBERTO | MONTANTE NOCIONAL | MATURIDADE | 2014 | | |
|------------------------------------|-------------------|------------|------------------------|----------------------|------------------------|
| | | | JUSTO VALOR (*) | CORRENTE | NÃO CORRENTE |
| Obrigacionista 2007 | 25.000.000 | 05-jun-22 | -129.075.563,28 | -9.543.568,68 | -119.531.994,60 |
| Outros passivos financeiros | | | -129.075.563,28 | -9.543.568,68 | -119.531.994,60 |

(*) O justo valor encontra-se adicionado dos juros vencidos e não pagos, incluídos na rubrica corrente, pelo que o seu valor sem estes juros vencidos é de -120.124.380,31 euros,.

Em 31 de dezembro de 2015, a empresa detém em carteira, uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade desta operação atinge-se em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal de Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo a empresa contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, a STCP desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorra.

Na pendência do litígio, a STCP informou a Instituição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

No seguimento desta decisão, e no que se refere a 2014 e 2015, manteve-se suspensa a liquidação dos cupões semestrais cujo vencimento ocorreu a 5 de junho e 5 de dezembro. Do exposto, em 31 de dezembro de 2015, encontra-se suspenso o montante de 17.976.133,84 euros relativo a 5 cupões vencidos.

Detalhe das variações de justo valor, em 2015 e 2014:

| FINANCIAMENTO COBERTO | MONTANTE NOCIONAL | MATURIDADE | 2015 | | 2014 |
|-----------------------|-------------------|------------|---------------------|--|-----------------------|
| | | | | | |
| Obrigacionista 2007 | 25.000.000 | 05-jun-22 | 4.293.039,32 | | -27.323.904,18 |
| | | | 4.293.039,32 | | -27.323.904,18 |

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor do instrumento financeiro derivado foi determinado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E..

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Assim, as variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2015 e 2014, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros/ Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 11), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares recebidos/obtidos.

28.2. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade está exposta a riscos financeiros, essencialmente ao risco de variações da taxa de juro de mercado.

28.2.1. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é moderada a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

28.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância capital dado que a empresa gera um *cash-flow* de tesouraria insuficiente para a sua atividade.

Em 2015, o modelo de financiamento passou a ser garantido por fundos provenientes do Acionista, mediante solicitação da empresa, fundamentada em demonstrações financeiras previsionais, de modo a assegurar a liquidez para funcionamento da empresa.

28.2.3. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se que o crédito seja liquidado em conformidade com as condições acordadas. Para mitigar este risco a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| SEM REGISTO DE IMPARIDADE | | |
| Clientes c/c | 2.681.036,08 | 2.789.929,79 |
| Não vencido | 1.273.209,24 | 2.725.950,69 |
| Vencido | 1.407.826,84 | 63.979,10 |
| <30 | 1.340.696,20 | 3.434,74 |
| <60 | 2.954,85 | 9.720,25 |
| <90 | 777,30 | 1.145,12 |
| <120 | 2.084,60 | 192,84 |
| <180 | 2.578,64 | 12,80 |
| >=180 | 58.735,25 | 49.473,35 |
| COM REGISTO DE IMPARIDADE | | |
| Clientes c/c | 14.489,77 | 14.348,51 |
| Vencido | 14.489,77 | 14.348,51 |
| <120 | | 12,80 |
| >=180 | 14.489,77 | 14.335,71 |

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| SEM REGISTO DE IMPARIDADE | | |
| Outros devedores | 1.568.923,16 | 1.242.076,50 |
| Não vencido | 89.403,57 | 283.161,90 |
| Vencido | 1.435.920,88 | 915.814,69 |
| | <30 | 59.309,46 |
| | <60 | 35.842,55 |
| | <90 | 20.187,29 |
| | <120 | 14.333,24 |
| | <180 | 28.330,98 |
| | >=180 | 1.277.917,36 |
| Depósitos e cauções pagas | 43.598,71 | 43.099,91 |
| COM REGISTO DE IMPARIDADE | | |
| Outros devedores | 25.081,18 | 917.647,92 |
| Vencido | 25.081,18 | 917.647,92 |
| | >=180 | 25.081,18 |

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido, em 2015, reforçadas as imparidades para dívidas de clientes em 141,26 euros e revertidas as imparidade com dívidas de outros devedores em 892.566,74 euros.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 39.570,95 euros, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

A imparidade acumulada mais relevante, em 31 de dezembro de 2014, que transitava de exercícios anteriores, refere-se à dívida de 910 milhares de euros relativos à indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via-férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

Face à assinatura, em 31 de julho de 2015, do Memorando de Entendimento entre o Estado Português, representado pela Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, e o Município do Porto, deixou de haver risco de incobrabilidade, pelo que a imparidade constituída foi revertida.

28.2.4. Risco de taxa de juro

Como já referido, os empréstimos contraídos vencem juros a taxas fixas e variáveis.

O instrumento financeiro derivado contratado teve por finalidade reduzir a exposição ao risco de taxa de juro.

Os financiamentos de médio e longo prazo contratados pela STCP estão essencialmente expostos à variação da

Euribor 3 meses, no que diz respeito a operações de locação financeira, e, Euribor 6 meses, no que respeita ao empréstimo obrigacionista em vigor.

Em 31 de dezembro de 2015, a STCP não tinha operações de financiamento de curto prazo contratadas, salvo a facilidade de crédito em cartão, não sujeita ao risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade

Efetuada uma análise de sensibilidade para um incremento de 0,5% nas taxas de juro do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, estima-se que em 2016 as rendas e encargos apresentariam um aumento de 423 mil euros face ao serviço da dívida em 31 de dezembro de 2015.

As responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

| ANOS | JUROS | REEMBOLSO | CASH-FLOW |
|------|--------------|----------------|----------------|
| 2016 | 4.990.000,03 | 50.208.374,78 | 55.198.374,81 |
| 2017 | 4.121.706,61 | 52.228.070,62 | 56.349.777,23 |
| 2018 | 3.426.832,49 | 52.228.070,62 | 55.654.903,11 |
| 2019 | 2.559.675,04 | 52.228.070,62 | 54.787.745,66 |
| 2020 | 1.697.750,19 | 52.228.070,62 | 53.925.820,81 |
| 2021 | 825.360,13 | 52.228.070,62 | 53.053.430,75 |
| 2022 | 93.977,97 | 102.019.695,84 | 102.113.673,81 |

28.2.5. Covenants

Na contratação das operações financeiras a empresa diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao standard de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de "covenants" habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de *default*, *cross default*, *negative pledge* e *pari passu*, acordadas e aceites pelas contrapartes.

Há a assinalar também a existência de cláusulas de *ownership* do Estado Português.

Os "covenants" acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de *ownership* que obrigam à detenção do capital de empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

28.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 11.

28.4. Instrumentos de capital próprio

28.4.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia apenas à rubrica Capital social, no montante de 79.649 milhares de euros, e encontrava-se totalmente realizada. O capital social era representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português.

Em 15 de junho de 2015, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 5.856.125 euros, através da emissão de 1.171.225 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e realizado do seguinte modo:

- › 3.006.762,30 euros, em numerário realizados na data de subscrição;
- › 2.849.362,70 euros, realizados mediante a conversão de créditos, detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças, em capital social.

Nos termos do Artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, foi elaborado um relatório por revisor oficial de contas independente, designado para o efeito.

Em virtude desta alteração de Capital Social, a empresa procedeu ao cumprimento dos normativos associados tais como alteração dos Estatutos da Sociedade, inscrição do novo capital na Conservatória do Registo Comercial, comunicação à CMVM, e divulgação ao mercado por meio de Comunicado, na qualidade de emitente de valores mobiliários com deveres de prestação de informação.

Em 19 de outubro as ações representativas do aumento do Capital Social foram inscritas na Interbolsa – Central de Valores Mobiliários.

28.4.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| RESERVAS | 2015 | 2014 |
|---|-----------|-----------|
| Reservas legais | 74.907,42 | 74.907,42 |
| Outras reservas | 25.727,80 | 25.727,80 |
| Outras reservas – Reservas livres | 25.256,95 | 25.256,95 |
| Outras reservas – Fundo de auxílio ao pessoal | 470,85 | 470,85 |

28.4.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2015 e 2014:

| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | |
|-------------------------------|----------------------|
| SALDO A 01.01.2014 | 39.867.800,83 |
| Amortizações | -768.470,25 |
| Reversão da Revalorização (*) | -398.167,08 |
| Saldo a 31.12.2014 | 38.701.163,50 |
| SALDO A 01.01.2015 | 38.701.163,50 |
| Amortizações | -661.775,29 |
| Reversão da Revalorização (*) | -2.255.580,21 |
| Aumento da Revalorização | 2.268.204,98 |
| Saldo a 31.12.2015 | 38.052.012,98 |

(*) Em 2015, o montante de 557.560,09 euros diz respeito à reversão de perdas com imparidade de propriedades de investimento que transitaram de ativos fixos tangíveis com reserva de revalorização constituída. Em 2014, este valor foi de 398.167,08 euros.

28.4.4. Ajustamentos em ativos financeiros

Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ajustamentos de transição | -32.560,03 | -32.560,03 |
| STCP Serviços | -5.000,00 | -5.000,00 |
| Transpublicidade | -27.560,03 | -27.560,03 |
| Lucros não distribuídos | 157.325,22 | 154.796,62 |
| Transpublicidade | 157.325,22 | 154.796,62 |
| Ajustamentos em ativos financeiros – relativos ao MEP | 124.765,19 | 122.236,59 |

28.4.5. Outras variações nos capitais próprios

Outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Subsídios relacionados com ativos | 2.067.186,87 | 320.957,68 |
| Bens amortizáveis – Valor atribuído | 7.223.280,79 | 6.203.467,41 |
| Bens amortizáveis – Transferido para resultados | -5.156.093,92 | -5.882.509,73 |
| Doações | 281.048,63 | 281.048,63 |
| Outras Variações no capital próprio* | 624.630,00 | 624.630,00 |
| Outras Variações no capital próprio | 2.972.865,50 | 1.226.636,31 |

(*) O movimento de 2014 em outras variações nos capitais próprios deve-se ao reconhecimento no equipamento básico das instalações e equipamentos relativos ao posto de compressão e enchimento de gás natural, localizado em Francos, que foram entregues pela Galp Gás Natural à STCP a custo zero, em 30 de abril de 2014.

28.4.6. Resultado por ação

Resultado por ação nos anos de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Resultados líquidos do período | -31.617.189,85 | -54.846.993,72 |
| N.º médio ponderado de ações | 16.544.371 | 15.929.800 |
| Resultado por ação básico | -1,91 | -3,44 |

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

29. Benefícios dos Empregados

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 75º, veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios, apurados a 1 de janeiro do corrente ano. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social) sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de dezembro de 2013.

Por força do seu capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do sector público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Cumulativamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos. Assim, o regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplica-se à STCP.

Em 31 de dezembro de 2014 foi publicada a lei n.º 82-B/2014 que no seu art.º 78º mantém a redação do regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Pelos motivos expostos, à data de 31 de dezembro de 2013, o cálculo das responsabilidades assumidas pelo Grupo com o plano de benefícios definidos foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e lei n.º 82-B/2014, mantendo-se o ajustamento no plano de pensões nos anos de 2014 e 2015.

A 31 de dezembro de 2015 e de 2014, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Custo com serviços passados de reformados | 1.776.576,00 | 1.887.064,00 |
| Responsabilidade do fundo | 1.776.576,00 | 1.887.064,00 |

A avaliação atuarial das responsabilidades, em 2015 e 2014, utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

| PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS | 2015 | 2014 |
|---|--|--|
| PRESSUPOSTOS FINANCEIROS | | |
| Taxa de desconto na determinação das responsabilidades | 1,00% | 1,00% |
| Taxa de rendimento esperado | 1,00% | 2,50% |
| Taxa de crescimento dos salários | Não aplicável | Não aplicável |
| Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*) | 1,75% | 1,75% |
| Taxa de crescimento das pensões da STCP | Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social | Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social |
| Taxa de crescimento do teto (**) | Sem crescimento, valor fixo de 600,00 Euros | Sem crescimento, valor fixo de 600,00 Euros |
| PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS | | |
| Tábua de mortalidade | Tábua francesa TV 73/77 | Tábua francesa TV 73/77 |
| Tábua de invalidez | Não aplicável | Não aplicável |

(*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(**) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548,68 euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 euros. Em 31-12-2013, pelo art.º 75º da lei 83-C/2013, passou a 600€, mantendo-se em vigor este valor pelo art.º 78 da lei 82-B/2014 de 31-12-2014.

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI – Aberto Valorização, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Valor dos ativos no fundo no início do exercício | 1.423.032,00 | 1.586.115,00 |
| Contribuições empresa | | 103.157,00 |
| Pensões pagas | -315.133,00 | -345.607,00 |
| Rendimento efetivo | 34.125,00 | 79.367,00 |
| Valor dos ativos no fundo no final do exercício | 1.142.024,00 | 1.423.032,00 |

Em janeiro de 2016 foram feitas contribuições para o fundo de 209.546 euros, de forma a cobrir o nível mínimo de financiamento exigido pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2015.

À data do encerramento das contas, não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições para o ano de 2016, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Responsabilidades no início do exercício | 1.887.064,00 | 1.983.302,00 |
| Custo dos juros sobre as responsabilidades | 8.619,00 | 45.105,00 |
| Pensões pagas | -315.133,00 | -345.607,00 |
| Perdas e (Ganhos) atuariais | 207.499,00 | 66.687,00 |
| Perdas e (Ganhos) benefícios | -11.473,00 | -12.568,00 |
| Perdas e (Ganhos) alteração taxa de desconto | | 150.145,00 |
| Responsabilidades no final do exercício | 1.776.576,00 | 1.887.064,00 |

No decurso dos exercícios de 2015 e de 2014, as responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, reconhecidas na rubrica Gastos com o pessoal foram as seguintes:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| CUSTOS COM SERVIÇOS CORRENTES | | |
| Custo dos juros | 8.619,00 | 45.105,00 |
| Rentabilidade esperada | -6.299,00 | -35.176,00 |
| Perdas e (Ganhos) atuariais: | | |
| Perdas e (Ganhos) atuariais | 207.499,00 | 66.687,00 |
| Perdas e (Ganhos) benefícios | -11.473,00 | -12.568,00 |
| Perdas e (Ganhos) de rendimento | -27.826,00 | -44.191,00 |
| Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto | | 150.145,00 |
| | 170.520,00 | 170.002,00 |

Evolução dos ganhos e perdas decorrentes dos ajustamentos de experiência:

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| ATIVOS DO PLANO | | | | | |
| (Ganhos) /Perdas de rendimento | -27.826,00 | -44.191,00 | 27.692,00 | -53.817,00 | 130.925,00 |
| % Ativos do plano | -2,4% | -3,1% | 1,7% | -2,7% | 6,2% |
| PASSIVOS DO PLANO | | | | | |
| (Ganhos) /Perdas de experiência | 207.499,00 | 66.687,00 | 166.705,00 | 124.143,00 | 84.271,00 |
| % Resp. por serviços passados | 11,7% | 3,5% | 8,4% | 4,2% | 2,9% |

Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões nos últimos 5 anos:

| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|----------------------------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Taxa de rendimento efetiva | 4,00% | 5,90% | 4,30% | 9,06% | -0,71% |

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

| ANO | RESPONSABILIDADES DO FUNDO | VALOR DOS ATIVOS NO FUNDO | DÉFICE/SUPERAVIT DO FUNDO | TAXA DE COBERTURA DO FUNDO |
|------|----------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 2011 | 2.932.811,00 | 2.110.582,00 | -822.229,00 | 72% |
| 2012 | 2.989.571,00 | 2.002.655,00 | -986.916,00 | 67% |
| 2013 | 1.983.302,00 | 1.586.115,00 | -397.187,00 | 80% |
| 2014 | 1.887.064,00 | 1.423.032,00 | -464.032,00 | 75% |
| 2015 | 1.776.576,00 | 1.142.024,00 | -634.552,00 | 64% |

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| COMPOSIÇÃO | 2015 | | 2014 | |
|--------------------------|------------------|-------|------------------|-------|
| | VALOR | % | VALOR | % |
| Ações | 331.187 | 29,0% | 455.370 | 32,0% |
| Obrigações Taxa Fixa | 593.852 | 52,0% | 597.673 | 42,0% |
| Obrigações Taxa Variável | 79.942 | 7,0% | 71.152 | 5,0% |
| Retorno Absoluto | 79.942 | 7,0% | 85.382 | 6,0% |
| Imobiliário | 11.420 | 1,0% | 14.230 | 1,0% |
| Liquidez | 45.681 | 4,0% | 199.224 | 14,0% |
| | 1.142.024 | | 1.423.032 | |

A 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valor patrimonial da adesão da STCP ao Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização era respetivamente de 1.142.024 euros e de 1.423.032 euros, representando 0,6 % e 0,9% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

30. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Nada a relatar.

31. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Fornecedores c/c | 2.308.575,67 | 4.735.124,75 |
| Não vencido | 1.639.454,23 | 2.574.556,41 |
| Vencido | 277.919,13 | 1.672.411,26 |
| <30 | 156.876,08 | 287.796,71 |
| <60 | 24.950,90 | 1.058.531,08 |
| <90 | 8.531,09 | 100.914,70 |
| <120 | 1.158,01 | 481,20 |
| <180 | 12.306,28 | 9.590,93 |
| >=180 | 74.096,77 | 215.096,64 |
| Em recepção e conferência | 391.202,31 | 488.157,08 |

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores de investimento | 318.778,76 | 265.230,66 |
| Não vencido | 289.972,98 | 161.061,43 |
| Vencido | 28.805,78 | 104.169,23 |
| <30 | 6.425,09 | 101.123,20 |
| <60 | 3.147,00 | 3.046,03 |
| >=180 | 19.233,69 | |

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Outros credores | 588.767,16 | 910.061,88 |
| Não vencido | 505.256,29 | 715.962,75 |
| Vencido | 43.710,58 | 191.710,55 |
| <30 | 3.918,24 | 172.618,00 |
| <60 | 187,32 | 186,65 |
| <90 | 12.847,45 | 6,65 |
| <120 | 12.267,06 | 2,82 |
| <180 | 5,64 | 5,64 |
| >=180 | 14.484,87 | 18.890,79 |
| Depósitos e cauções recebidas | 39.800,29 | 2.388,58 |

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

32. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | | 2014 | |
|--|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | ATIVO | PASSIVO | ATIVO | PASSIVO |
| Imposto sobre o rendimento | 682.237,10 | | 662.491,84 | |
| IRC – pagamento por conta | 630.000,00 | | 630.000,00 | |
| IRC – A recuperar | 52.237,10 | | 32.491,84 | |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | | 281.122,40 | | 279.073,20 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 758.180,97 | | 642.646,95 | |
| Contribuições para a Segurança Social | | 602.574,14 | | 588.061,38 |
| Outras tributações | | 80.580,00 | | 52.316,00 |
| Estado e outros entes públicos | 1.440.418,07 | 964.276,54 | 1.305.138,79 | 919.450,58 |

33. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

Detalhe das outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| OUTRAS CONTAS A PAGAR | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Fornecedores de investimento c/c | 318.778,76 | 265.230,66 |
| Credores por acréscimos de gastos | 5.173.402,27 | 6.184.022,64 |
| Pessoal | 134.142,25 | 134.374,24 |
| Clientes e outros devedores – saldos credores | 2.007,28 | 1.884,28 |
| Credores diversos | 588.767,16 | 910.061,88 |
| | 6.217.097,72 | 7.495.573,70 |

| CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Fornecimento e serviços externos | 1.138.921,00 | 2.623.620,64 |
| Subcontratos | 33,02 | 48.639,27 |
| Trabalhos especializados | 1.034.859,13 | 1.966.131,60 |
| Energia e outros fluidos | 15.187,25 | 19.332,10 |
| Serviços diversos | 88.841,60 | 589.517,67 |
| Custos com pessoal | 3.850.125,50 | 3.383.570,21 |
| Outros gastos e perdas | 175.061,88 | 157.537,90 |
| Encargos financeiros | 9.293,89 | 19.293,89 |
| | 5.173.402,27 | 6.184.022,64 |

Detalhe das outras contas a receber em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| OUTRAS CONTAS A RECEBER | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 1.446.990,76 | 1.857.619,58 |
| Pessoal | 232.443,63 | 264.669,51 |
| Fornecedores e outros credores – saldos devedores | 9.465,48 | 20.822,09 |
| Devedores diversos | 1.594.004,34 | 2.159.724,42 |
| Quantia bruta | 3.282.904,21 | 4.302.835,60 |
| Perdas por Imparidade acumuladas | -25.081,18 | -917.647,92 |
| Quantia escriturada | 3.257.823,03 | 3.385.187,68 |

| DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Prestações de serviços | 525.607,59 | 374.118,16 |
| Outros rendimentos e ganhos – Proveitos suplementares | 255.843,93 | 213.542,18 |
| Outros rendimentos e ganhos – Outros | 122.210,09 | 1.025.725,65 |
| Juros a receber | 543.329,15 | 244.233,59 |
| | 1.446.990,76 | 1.857.619,58 |

34. DIFERIMENTOS

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| DIFERIMENTOS | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Ativo – Gastos a reconhecer | 163.121,78 | 336.416,10 |
| Fornecimento e serviços externos | 149.229,66 | 150.694,76 |
| Outros gastos e perdas | 13.892,12 | 185.721,34 |
| Passivo – Rendimentos a reconhecer | 2.204.694,97 | 1.964.232,63 |
| Prestações de serviços | 250.715,78 | 273.043,94 |
| Subsídios à exploração | 1.575.651,42 | 1.016.703,71 |
| Outros rendimentos e ganhos | 378.327,77 | 674.484,98 |

35. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------------|----------------------|
| Subcontratos | | 805,66 |
| Serviços especializados | 8.084.325,50 | 7.022.378,56 |
| Trabalhos especializados | 1.068.936,65 | 399.719,29 |
| Publicidade e propaganda | 25.608,86 | 12.266,70 |
| Vigilância e segurança | 201.009,64 | 194.183,08 |
| Honorários | 57.616,54 | 55.660,00 |
| Comissões | 1.727.475,29 | 1.851.938,48 |
| Conservação e reparação | 4.715.643,87 | 4.125.347,24 |
| Comunicação e informação ao público | 10.490,70 | 11.681,32 |
| Fiscalização da receita | 269.732,73 | 366.159,07 |
| Outros | 7.811,22 | 5.423,38 |
| Materiais | 51.565,05 | 39.760,01 |
| Energia e fluidos | 7.764.990,11 | 9.501.613,71 |
| Eletricidade | 443.017,00 | 478.309,41 |
| Combustíveis | 7.298.375,83 | 8.994.202,68 |
| Outros | 23.597,28 | 29.101,62 |
| Deslocações, estadas e transportes | 1.971,61 | 1.694,32 |
| Serviços diversos | 3.366.935,45 | 5.530.141,40 |
| Rendas e alugueres | 1.520.700,96 | 3.518.914,18 |
| Comunicação | 104.077,49 | 160.761,28 |
| Seguros | 408.734,15 | 489.412,68 |
| Royalties | 140.546,75 | 131.664,73 |
| Contencioso e notariado | 12.539,28 | 13.684,15 |
| Despesas de representação | 4.249,03 | 2.428,85 |
| Limpeza, higiene e conforto | 1.031.197,17 | 1.030.502,61 |
| Outros serviços | 144.890,62 | 182.772,92 |
| Fornecimento e serviços externos | 19.269.787,72 | 22.096.393,66 |

36. GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------------|----------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | 162.034,58 | 160.552,15 |
| Remunerações do pessoal | 22.656.718,24 | 23.177.853,45 |
| Benefícios pós emprego | 221.411,10 | 220.578,42 |
| Indemnizações | 917.600,91 | 1.332.924,30 |
| Encargos com remunerações | 5.134.198,61 | 5.232.712,61 |
| Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 328.370,84 | 283.038,43 |
| Gastos com ação social | 197.168,31 | 171.266,64 |
| Outros gastos com o pessoal | 95.992,85 | 68.240,98 |
| Gastos com pessoal | 29.713.495,44 | 30.647.166,98 |

Mantêm-se as medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor empresarial do Estado, que se verifica desde o início de 2011, decorrentes da aplicação das leis n.º 55-A/2010, n.º 64-B/2011 e n.º 66-B/2012, que obrigam e regulamentam a redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida seja superior a 1.500 euros, o congelamento das progressões na carreira em termos remuneratórios, e a redução do efetivo, e lei n.º 83-C/2013 que impôs uma redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida fosse superior a 675 euros.

No entanto, a redução remuneratória prevista na lei n.º 83-C/2013 só vigorou até 30 de maio de 2014, tendo sido declarada inconstitucional pelo Tribunal

Constitucional, conforme acórdão n.º 413/2014 de 30 de maio de 2014.

A partir de 16 de setembro de 2014, pela lei n.º 75/2014, são retomadas as reduções remuneratórias a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida seja superior a 1.500 euros.

A lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, prevê a extinção da redução remuneratória na Administração Pública gradualmente ao longo do ano de 2016. Desta forma a especialização dos encargos com férias e subsídio de férias relativo ao ano de 2015, a pagar em 2016, já foi efetuada tendo em conta a extinção gradual da redução remuneratória.

37. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas operacionais, a 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------------|-------------------|
| Outros gastos e perdas | 1.102.153,41 | 946.241,63 |
| Impostos | 163.217,62 | 214.100,02 |
| Impostos diretos | 91.619,84 | 101.230,13 |
| Impostos indiretos | 18.787,46 | 32.657,39 |
| Taxas | 52.810,32 | 80.212,50 |
| Perdas em inventários | 300.298,80 | 38.705,73 |
| Gastos e perdas em investimentos não financeiros | 166.860,42 | 150.356,58 |
| Outros gastos e perdas | 471.776,57 | 543.079,30 |
| Donativos | 74.826,93 | 74.560,00 |
| Quotizações | 25.392,00 | 21.559,63 |
| Insuficiência estimativa para impostos | 765,18 | 66,91 |
| Indemnizações por sinistros | 290.897,89 | 435.357,43 |
| Outros Gastos e Perdas Operacionais | 79.894,57 | 11.535,33 |
| Ganhos e perdas de financiamento operacionais | 12.959,84 | 18.479,81 |
| Juros suportados – outros juros | 1.146,23 | 14,55 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | | 243,20 |
| Outros gastos e perdas de financiamento – outros | 11.813,61 | 18.222,06 |
| Outros gastos e perdas operacionais | 1.115.113,25 | 964.721,44 |



906 NADALENA VIA
PTE. LUIS I



TP

Always at 432 2912

MAN



3205

31-CO-13

31

38. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe de outros rendimentos e ganhos a 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Rendimentos suplementares | 1.000.307,65 | 1.383.710,13 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 2.974,89 | 207,32 |
| Ganhos em inventários | 57.789,59 | 60.151,93 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 462.059,56 | 383.371,40 |
| Outros rendimentos e ganhos | 981.588,62 | 788.310,46 |
| Imputação de subsídios para investimentos | 231.759,84 | 102.522,72 |
| Sinistros | 330.195,17 | 288.045,71 |
| Outros subsídios | 158.726,85 | 99.869,48 |
| Outros não especificados – benefícios e penalidades contratuais | 229.421,96 | 232.219,64 |
| Outros não especificados – outros | 31.484,80 | 65.652,91 |
| Outros rendimentos e ganhos | 2.504.720,31 | 2.615.751,24 |

39. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

| BENEFICIÁRIO DA GARANTIA | DESCRIÇÃO | 2015 | 2014 |
|--------------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Tribunais de Trabalho | Pensões de Acidentes de trabalho | 447.473,97 | 447.473,97 |
| | | 447.473,97 | 447.473,97 |

40. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2015 e de 2014 o efetivo médio ao serviço da empresa foi respetivamente de 1.156 e 1.206 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2015 o efetivo era de 1.171 trabalhadores e de 1.173 em 31 de dezembro de 2014.

41. CAPITAL PRÓPRIO NEGATIVO

No exercício de 2015 a empresa incorreu num prejuízo de 31.617.189,85 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 501.721.842,52 euros.

Apesar de a empresa apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantindo dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

Porto, 28 de abril de 2016

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
Presidente não executivo
Vogais executivos
Vogal não executivo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Ø8

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º.53
Registo na CMVM com o n.º.20161396
Contribuinte n.º.502 138 394*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da “SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.” (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 92 230 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 501 722 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 31 617 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados; e
- f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53
Registo na CMVM com o n.º20161396
Contribuinte n.º502 138 394*

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 -A Empresa mantém a situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O aviso convocatório da próxima Assembleia Geral Anual, preparado pelo Conselho de Administração, propõe, no ponto 5, da Ordem de Trabalhos deliberação sobre este assunto.

8.2 - A Empresa mantém sucessivos resultados negativos de exercício, os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos. Entretanto, a Empresa, com suporte em diversas instruções da Tutela Financeira e da Tutela Setorial procedeu à adjudicação da subconcessão do sistema de transporte da STCP e à assinatura do correspondente contrato. Após varias diligências que não surtiram efeito, foi publicada a Resolução da Assembleia da República n.º 145/2015, no Diário da República 1.ª série, n.º 252, de 28 de dezembro, que recomendou ao Governo a revogação e a reversão da subconcessão do sistema de transporte da STCP, promovendo as medidas necessárias ao restabelecimento das condições legais existentes previamente ao processo de subconcessão.

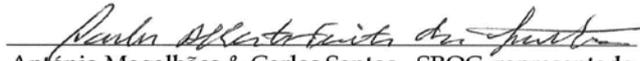
ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registo na CMVM com o n.º 20161396
Contribuinte n.º 502 138 394*

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período e o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 12 de maio de 2016


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177
Registo na CMVM n.º 20160037

**RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL**



Ø9

***RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE
O RELATÓRIO E CONTAS DE 2015
DA
STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.***

Lisboa, 16 de maio de 2016



1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no artigo 14.º dos Estatutos que regem a Sociedade de Transportes Coletivos, S.A. (STCP), conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual, sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2015, o qual contempla, igualmente, nos termos do ofício circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 712, de 12 de fevereiro de 2016, a aferição:

- i) das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente, as relativas às remunerações vigentes em 2015; e,
- ii) do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas, em 12 de maio de 2016, que se anexa.

O Conselho Fiscal, eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), datada de 25 de janeiro de 2016, para o mandato 2016/18, durante o exercício em análise efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas atribuições. Para o efeito obteve toda a cooperação por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade e dos respetivos colaboradores, a qual foi indispensável à elaboração do presente Relatório.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (detida 100% pelo Estado Português), criada pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviários coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.



A 26 de outubro de 2015 foi assinado o contrato de subconcessão em modo autocarro, por um período de 10 anos, com a empresa Alsa, submetido ao Tribunal de Contas para obtenção de visto prévio em 30 de outubro.

A Resolução da Assembleia da República nº 145/2015, de 11 de dezembro, recomenda ao Governo a revogação e a reversão das subconcessões dos sistemas de transportes da STCP, S.A. e da Metro do Porto, S.A.. Esta Resolução vem na sequência do Programa do XXI Governo Constitucional que se comprometeu com o reforço das competências das autarquias locais nas áreas dos transportes, implicando a anulação das concessões e privatizações dos transportes coletivos de Lisboa e Porto. Deste modo, o Governo, acionista único da STCP, pretende aumentar a oferta de transporte coletivo, para potenciar o aumento significativo da sua utilização, designadamente através de uma transferência modal do transporte individual, garantindo desta forma padrões de mobilidade sustentável e reduzindo a emissão de gases que provocam o efeito de estufa. O eventual processo de intermunicipalização da gestão da STCP pelas às seis autarquias servidas pela empresa, Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia, mantendo-se nas mãos do Estado a posse da empresa, será analisada ao longo do ano de 2016.

i) Análise Económico-Financeira ao relatório de gestão e contas de 2015

Do relatório de Gestão e Contas de 2015, parece-nos de salientar o seguinte:

- Em termos da atividade constatou-se que o volume de negócios da STCP, em 2015, correspondeu a cerca de 44,9 milhões de euros, com um decréscimo de 6,6%, face ao ano transato;
- Em 2015, a STCP disponibilizou aos clientes uma rede de transportes com 72 linhas de serviço público, 69 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico, e prestou serviço 24h por dia, nos 365 dias do ano;
- Em 2015 a procura foi de 69,16 milhões de passageiros, menos 5,3 milhões de passageiros (-7,1%) face ao ano anterior.

Como principais justificações para a diminuição da procura em modo autocarro apontam-se:

- (i) os problemas verificados no cumprimento da oferta planeada por défice do efetivo tripulante. A impossibilidade de contratação de pessoal, desde há alguns

anos imposta pelo governo, associada à expectável e natural aposentação de um conjunto significativo de funcionários, acabaram por ditar uma inevitável redução da oferta em mais de um milhão de quilómetros - cerca de 6 %;

- (ii) o aumento de oferta de linhas de outros operadores com tarifário intermodal em concorrência com a rede da STCP;
- (iii) o elevado nível de desemprego na região.

- A receita de serviço de transporte, em 2015, atingiu os 42,3 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição de 3,1 milhões de euros (-6,9%), face a 2014, em linha com a redução verificada na procura;
- A oferta total da STCP atingiu em 2015 os 20,57 milhões veículos km, apresentando uma redução de 1,25 milhões de veículos km, face a 2014. A oferta em modo de carro elétrico foi de 111 mil veículos km e representou 0,5% da oferta total;
- A taxa de ocupação global, em 2015, foi de 13,4%, apresentando uma diminuição de 0,2 p.p. face a 2014, em resultado da diminuição de 7,1% do número de passageiros e de 5,2% dos lugares Km;
- No final de 2015 a frota da STCP era constituída por 419 autocarros, com uma idade média de 13 anos e de 6 carros elétricos históricos que efetuam serviço público;
- Em 31 de dezembro de 2015 a STCP contava com 1.183 trabalhadores (incluindo órgãos sociais e trabalhadores requisitados e cedidos), tendo reduzido 2 efetivos (-0,2%), relativamente a igual período de 2014. Durante os exercícios de 2015 e de 2014 o efetivo médio ao serviço da empresa foi de 1.156 e 1.206 trabalhadores, respetivamente. O pessoal tripulante, motoristas de serviço público e guarda-freios, representava no final do ano em análise 72,9% dos trabalhadores;
- O Resultado líquido do exercício obtido em 2015 foi negativo em 31,62 milhões de euros, o que significa um desagravamento de 23,23 milhões de euros face ao ano de 2014 (+42%);
- Os resultados operacionais foram negativos em cerca de 21,14 milhões de euros, representando um agravamento de 13,3 milhões de euros face a 2014 (-169%). De salientar que os gastos operacionais registaram um aumento de 6,3 milhões de euros (+10%), e os rendimentos operacionais uma redução de 7,0 milhões de euros (-13%);
- Os resultados financeiros em 2015 foram negativos em 10,5 milhões de euros, registando uma melhoria, face a 2014, na ordem de 36,5 milhões de euros (+78%). Para

este resultado contribuiu a redução do total dos juros e encargos de financiamento, de 7,4 milhões de euros (-57%), pelas condições financeiras das operações de empréstimo contratadas com o acionista, e ainda os níveis historicamente baixos das taxas Euribor vigentes para o serviço da dívida da banca comercial, relativo às operações de médio e longo prazo. A perda de variação do justo valor de swap reduziu em 31,6 milhões de euros, enquanto os juros respetivos aumentaram 2,5 milhões de euros (+37%);

- A empresa detém desde 2007 uma operação de cobertura de risco de taxa de juro com o Banco Santander Totta, S.A., com maturidade em 2022 e cujo justo valor de acordo com informação da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. em 31 de dezembro de 2015 era de -115.961.315,70 euros.

Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela instituição de crédito através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio de 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, na pendência do litígio, a STCP informou a Instituição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação. No seguimento desta decisão, e no que se refere a 2014 e 2015, manteve-se suspensa a liquidação dos cupões semestrais cujo vencimento ocorreu nos meses de 5 de junho e 5 de dezembro. Do exposto, em 31 de dezembro de 2015, encontra-se suspenso o montante de 17.976.133,84 euros relativo a 5 cupões vencidos;

- Os rendimentos operacionais foram de cerca de 46 milhões de euros em 2015, registando uma diminuição no montante de 7 milhões de euros (-13%). De salientar que a prestação de serviços reduziu 3,1 milhões de euros (-6,9%), em linha com a redução da procura e pela não atualização das tarifas;
- Os Gastos Operacionais foram de 67,2 milhões de euros, mais 6,3 milhões de euros que em 2014 (+10%). Destaca-se a diminuição dos fornecimentos e serviços externos e do custo dos materiais vendidos e matérias consumidas, com -3 milhões de euros (-13%). Refira-se que as provisões do ano ascendem a 11,7 milhões de euros e respeitam essencialmente a reforços de valores relativos a provisões para outros riscos e encargos e a dois processos judiciais em curso. A rubrica mais significativa refere-se ao valor de cerca de 10 milhões de euros que a STCP reconhece dever ao Município do Porto;

- Os Gastos com o Pessoal sem indemnizações diminuíram 0,5 milhões de euros (-1,8%) face a 2014. A redução dos gastos com pessoal reflete o impacto da diminuição do número médio de trabalhadores ao serviço da empresa em 2015. Foram consideradas as medidas de contenção e redução remuneratória aplicadas às empresas do SEE, decorrentes da LOE 2015.

O montante das indemnizações por cessação foi de 0,9 milhões de euros, em sequência de cessações de contrato de trabalho por mútuo acordo;

- O EBITDA (de gestão) cifrou-se em cerca de -4,4 milhões de euros, apresentando uma variação negativa de 5,8 milhões de euros, face a 2014;
- À semelhança de anos anteriores, em 2015, deu-se um aumento de endividamento, fixando-se dívida remunerada total em 425,6 milhões de euros. De acordo com as orientações recebidas no anexo I do ofício n.º 712/16 da DGTF, de 12 de fevereiro, o endividamento ajustado foi de 3,9%. O limite de endividamento de 3% estipulado no n.º 5 do artigo 61.º da Lei n.º 84-B/2014, de 31 de dezembro, foi excedido em 0,9 p.p.;
- No âmbito da política de financiamento a partir de dezembro de 2013 e por aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sendo a STCP uma empresa pública não financeira do setor empresarial do Estado, que anualmente apresenta capital próprio negativo, só pode aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Os encargos financeiros em 2015 atingiram o montante de 14,76 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de -24,9% (-4,9 milhões de euros), face a 2014.

Os encargos com swaps contabilizados na rubrica juros suportados, apresentaram o montante de 9,15 milhões de euros, em 2015;

- O ativo atingiu o montante de 92,23 milhões de euros, registando uma diminuição de 0,3 milhões de euros (-0,4%) face a 2014. O ativo corrente aumentou 2,9 milhões de euros, devido à variação das disponibilidades na conta aberta no IGCP e o ativo não corrente diminuiu cerca de 3,2 milhões de euros, devido à amortização de ativo fixo tangível;
- O passivo no montante de 593,95 milhões de euros registou um aumento de 23,7 milhões de euros (+4,1%) em relação a 31 de dezembro de 2014, explicado principalmente pelo acréscimo das provisões, para processos judiciais em curso, pelo

- crescimento do financiamento, em resultado da dívida contraída junto do Estado, e pelo aumento dos outros passivos financeiros;
- O capital próprio da STCP atingiu em 2015 os 501,7 milhões de euros negativos. O agravamento de 24 milhões de euros (-5%) resulta dos resultados transitados negativos apresentado pela empresa. De destacar o aumento do capital social da STCP, S.A. em 5.856.125 euros, através da emissão de 1.171.225 novas ações, no valor de 5 euros cada, a subscrever pelo acionista Estado Português. O aumento de capital social foi realizado a 23 de junho de 2015, tendo o seu registo ocorrido em 2 de julho de 2015. O capital social da STCP, S.A. passou a ser de 85.505.125 euros;
 - O montante do investimento realizado em 2015 foi de 1.324 milhares de euros, do qual se destaca a Musealização do edifício da Central Termo Elétrica de Massarelos, com uma verba de aproximadamente 450 mil euros, que foi cofinanciada pelo QREN ON2;
 - Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal de contas consolidadas, emitidas pelo ROC da sociedade, quanto à situação de incumprimento do estipulado no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como, quanto à manutenção de sucessivos resultados negativos do exercício, com conseqüente avolumar da situação de capitais próprios negativos.

ii) Aferição das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente, as relativas às remunerações vigentes em 2015

No âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declaramos que, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a STCP deu cumprimento à generalidade das orientações legais vigentes para o SEE, bem como às disposições constantes na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 (Lei do OE/2015) na sua última versão, bem como na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, salientam-se as seguintes situações:

- A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, estabeleceu no n.º 5 do artigo 61.º que o crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, ficava limitado a 3%. A STCP terminou o ano de 2015 com uma dívida remunerada total de 425,6 milhões de euros. Considerando o endividamento corrigido pelo capital social realizado, registou um aumento de 3,9% face a 31 de dezembro de 2014, pelo que foi excedido em 0,9 p.p. o limite de endividamento de 3% estipulado para o ano de 2015;

- Em 2015, o PMP foi de 65,5 dias, quando em igual período de 2014 era de 68,4 dias, registando-se assim uma diminuição de 2,9 dias, face ao ano anterior;
O montante das dívidas em atrasos vencidas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, ascendem a cerca de 107 mil euros, sendo que cerca de 50 mil euros (47%) respeitam a transações com a TIP, empresa participada da STCP, que é simultaneamente devedora e credora da STCP;
- Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, consubstanciado no fato de que os membros do Conselho de Administração não têm cartões de crédito, nem foram efetuados reembolsos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- A empresa não procedeu à divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, referindo no entanto que no que concerne ao princípio da igualdade do género e conforme o estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 19/2012, de 23 de março, a STCP elaborou, em maio de 2012, um diagnóstico da situação de homens e mulheres, tendo por base Indicadores para a Igualdade. A empresa ainda não adotou o plano para a igualdade determinado pela referida RCM;
- Em 2015 não foi elaborado relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- A STCP aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP). Em 2015 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo do Sistema Nacional de Compras Públicas;
- Parque de Veículos do Estado – Durante o ano de 2015 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos, nem à alienação de viaturas, mantendo inalterada a evolução do parque automóvel;
- No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, conforme ofício-circular n.º 11156, de 02 de dezembro de 2014, conjugado com o disposto na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, destaca-se:
 - Em 2015 o somatório das rubricas custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), fornecimentos e serviços externos (FSE) e gastos com



- pessoal deduzidos das indemnizações por cessação de contrato de trabalho (ICCT) atingiram o montante de 48,9 milhões de euros, reduzindo em 33%, 24,1 milhões de euros, face a 2010;
- Os gastos com comunicações apresentam uma redução face a 2014. Em sentido contrário, as despesas com deslocações e ajudas de custo aumentaram relativamente a 2014;
 - Os gastos com a frota automóvel reduziram 7%, cerca de 12 mil euros, face ao ano anterior;
 - O efetivo a 31 de dezembro de 2015 era de 1.171 trabalhadores, registando uma redução líquida de 2 efetivos relativamente ao ano anterior;
 - O peso dos Gastos no Volume de Negócios foi reduzido em 0,2 pp, face a 2014 e em 30 pp, face a 2010.
- Nos termos do artigo n.º 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou nas situações como tal reconhecidas por Despacho do membro do governo responsável pela área das finanças, em casos excecionais e devidamente fundamentados, após parecer prévio do IGCP, E.P.E.
- De salientar que pelo Despacho n.º 875/15 da SET, de 5 de junho, e Despacho n.º 1681/15, de 15 de setembro, foi autorizado o regime de exceção à UTE no que respeita a operações de financiamento e garantias bancárias.
- iii) Aferição do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário**

A STCP apresentou o relatório de boas práticas de governo societário, previsto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conforme instruções transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2015, de acordo com o modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, o qual contempla a informação requerida.

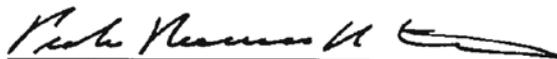


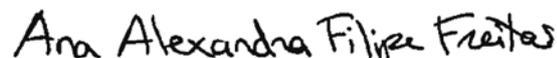
iv) Proposta

Assim, face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório de Gestão e Contas de 2015 cumpre as exigências legais aplicáveis, revelando a situação da Sociedade, pelo que, somos de parecer que seja:

- Aprovado o Relatório e Contas de 2015 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. atentas as ênfases expressas na Certificação Legal de Contas; e,
- Apreciada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal,


Pedro Romano Martinez (*Presidente*)


Ana Alexandra Filipe Freitas (*Vogal*)


Paulo Jorge Rodrigues Matos (*Vogal*)



OUTRAS INFORMAÇÕES



10

10.1. PAINEL DE INDICADORES DE ATIVIDADE

Rede

| REDE | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 |
|-------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Linhas em exploração | n.º | 73 | 72 | 72 | 72 | 0,0% |
| Autocarro | n.º | 70 | 69 | 69 | 69 | 0,0% |
| Carro elétrico | n.º | 3 | 3 | 3 | 3 | 0,0% |
| Concelhos servidos | n.º | 6 | 6 | 6 | 6 | 0,0% |
| Freguesias servidas [1] | n.º | 51 | 33 | 33 | 33 | 0,0% |
| Paragens | n.º | 2.458 | 2.461 | 2.454 | 2.448 | -0,2% |
| Extensão rede | km | 484,7 | 480,2 | 480,2 | 481,4 | 0,2% |
| Rodoviária | km | 482,1 | 477,7 | 477,7 | 467,4 | -2,2% |
| Carro elétrico | km | 8,9 | 8,9 | 8,9 | 8,9 | 0,0% |
| Corredores BUS | km | 24,0 | 23,3 | 24,2 | 24,1 | -0,2% |

[1] 2013: entrada em vigor da Lei 11-A/2013, de 28 janeiro, da reorganização administrativa do território das freguesias.

Procura (inclui produção contratada)

| PROCURA (INCLUI PRODUÇÃO CONTRATADA) | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|--------------------------------------|-----------------|---------|---------|---------|---------|-------|
| POR MODO | | | | | | |
| Autocarro | 10 ³ | 93.399 | 80.035 | 74.043 | 68.700 | -7,2% |
| Produção própria | 10 ³ | 84.700 | 78.288 | 74.043 | 68.700 | -7,2% |
| Produção contratada | 10 ³ | 8.699 | 1.746 | 0 | 0 | |
| Carro elétrico | 10 ³ | 362 | 387 | 414 | 457 | 10% |
| Passageiros | 10 ³ | 93.761 | 80.421 | 74.457 | 69.157 | -7,1% |
| POR TARIFÁRIO | | | | | | |
| Tarifário monomodal | 10 ³ | 47.143 | 14.493 | 11.837 | 10.470 | -12% |
| Tarifário intermodal | 10 ³ | 46.618 | 65.928 | 62.620 | 58.687 | -6,3% |
| Passageiros | 10 ³ | 93.761 | 80.421 | 74.457 | 69.157 | -7,1% |
| PASSAGEIROS.KM | 10 ³ | 348.413 | 294.081 | 271.298 | 252.617 | -6,9% |

| PROCURA (INCLUI PRODUÇÃO CONTRATADA) | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 |
|--------------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|---------|
| ESTRUTURA DE TÍTULOS | | | | | | |
| Passageiros monomodais | % | 50,3% | 18,0% | 15,9% | 15,1% | -0,8 pp |
| Assinaturas | % | 39,7% | 13,7% | 11,8% | 10,6% | -1,2 pp |
| Títulos ocasionais | % | 7,0% | 0,6% | 0,3% | 0,4% | 0,1 pp |
| Bilhetes avulso + diários | % | 3,6% | 3,7% | 3,8% | 4,1% | 0,3 pp |
| Passageiros intermodais | % | 49,7% | 82,0% | 84,1% | 84,9% | 0,8 pp |
| Assinaturas | % | 40,1% | 65,5% | 67,3% | 67,9% | 0,6 pp |
| Títulos ocasionais | % | 9,2% | 16,1% | 16,4% | 16,5% | 0,1 pp |
| Bilhetes avulso + diários | % | 0,4% | 0,4% | 0,4% | 0,4% | 0,1 pp |

Receita (Líquida de IVA. Inclui compensação tarifária andante e produção contratada)

| RECEITA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|----------------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| POR MODO | | | | | | |
| Autocarro | 10 ³ € | 49.443 | 45.632 | 44.715 | 41.426 | -7,4% |
| Produção própria | 10 ³ € | 44.561 | 44.597 | 44.715 | 41.426 | -7,4% |
| Produção contratada | 10 ³ € | 4.882 | 1.036 | 0 | 0 | |
| Carro elétrico | 10 ³ € | 449 | 570 | 690 | 848 | 23% |
| Receita | 10 ³ € | 49.892 | 46.202 | 45.405 | 42.274 | -6,9% |
| POR TARIFÁRIO | | | | | | |
| Tarifário monomodal | 10 ³ € | 26.240 | 10.154 | 9.280 | 8.943 | -3,6% |
| Tarifário intermodal | 10 ³ € | 23.652 | 36.048 | 36.126 | 33.331 | -7,7% |
| Receita | 10 ³ € | 49.892 | 46.202 | 45.405 | 42.274 | -6,9% |

Rede de vendas

| CANAIS DE VENDA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|---------------------------------|------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Agentes <i>Payshop</i> | n.º | 514 | 527 | 597 | 596 | -0,2% |
| Postos STCP | n.º | 2 | 2 | 1 | 0 | -100% |
| Lojas e pontos de venda Andante | n.º | 17 | 17 | 18 | 19 | 5,6% |
| Bilheteiras da CP | n.º | 5 | 5 | 6 | 6 | 0,0% |
| MVA's Metro Porto e CP | n.º | 232 | 232 | 238 | 238 | 0,0% |
| Total | n.º | 770 | 783 | 860 | 859 | -0,1% |



Reclamações de clientes

| RECLAMAÇÕES DE CLIENTES | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|-----------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|
| POR CANAL DE ENTRADA | | | | | | |
| Linha azul | n.º | 901 | 2.103 | 2.403 | 3.096 | 29% |
| Livro de reclamações | n.º | 118 | 131 | 95 | 182 | 92% |
| Outros canais | n.º | 211 | 195 | 202 | 386 | 91% |
| Total reclamações | n.º | 1.230 | 2.429 | 2.700 | 3.664 | 36% |
| TIPO RECLAMAÇÕES | | | | | | |
| Rede e percursos | n.º | 30 | 35 | 19 | 28 | 47% |
| Horários | n.º | 571 | 1.675 | 2.155 | 3.204 | 49% |
| Sistema bilhética | n.º | 156 | 132 | 52 | 63 | 21% |
| Comportamento pessoal | n.º | 323 | 414 | 367 | 312 | -15% |
| Informação ao público | n.º | 30 | 33 | 18 | 9 | -50% |
| Paragens e abrigos | n.º | 18 | 19 | 19 | 7 | -63% |
| Outros | n.º | 74 | 81 | 33 | 21 | -36% |
| Viaturas | n.º | 28 | 40 | 37 | 40 | 8,1% |
| Total reclamações | n.º | 1.230 | 2.429 | 2.700 | 3.684 | 36% |

Oferta (inclui produção contratada)

| OFERTA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|--------------------|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|
| Autocarro | 10 ³ | 25.616 | 23.341 | 21.713 | 20.460 | -5,8% |
| Carro elétrico | 10 ³ | 115 | 116 | 111 | 111 | -0,3% |
| Veículos km | 10³ | 25.731 | 23.457 | 21.824 | 20.571 | -5,7% |
| Autocarro | 10 ³ | 2.300.922 | 2.114.507 | 1.979.573 | 1.876.416 | -5,2% |
| Carro elétrico | 10 ³ | 4.846 | 4.863 | 4.669 | 4.655 | -0,3% |
| Lugares km | 10³ | 2.305.768 | 2.119.370 | 1.984.242 | 1.881.072 | -5,2% |

| OFERTA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 |
|-------------------------|------|-------|-------|-------|-------|---------|
| TAXA DE OCUPAÇÃO | | | | | | |
| Autocarro | % | 15,1% | 13,9% | 13,7% | 13,4% | -0,2 pp |
| Carro elétrico | % | 12,0% | 12,4% | 14,3% | 16,0% | 1,8 pp |

| OFERTA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|
| VELOCIDADE MÉDIA | | | | | | |
| Autocarro | km/h | 15,8 | 15,8 | 15,7 | 15,8 | 0,6% |
| Carro elétrico | km/h | 7,4 | 7,3 | 7,1 | 7,4 | 5,0% |

PRODUÇÃO PRÓPRIA AUTOCARRO

| | | | | | | |
|------------------------------|------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|
| Número máximo de veículos | n.º | 390 | 382 | 384 | 384 | 0,0% |
| Veículos km | 10 ³ | 22.711 | 22.539 | 21.713 | 20.460 | -5,8% |
| Lugares km | 10 ³ | 2.075.308 | 2.049.536 | 1.979.573 | 1.876.416 | -5,2% |
| Veículos hora | 10 ³ | 1.452 | 1.430 | 1.381 | 1.294 | -6,3% |
| Taxa de ocupação | % | 14,8% | 13,9% | 13,7% | 13,4% | -0,2 pp |
| Velocidade média | km/h | 15,6 | 15,8 | 15,7 | 15,8 | 0,6% |
| Taxa de acidentes por embate | por 10 ⁶ veículos km | 37 | 36 | 38 | 54 | 45% |

PRODUÇÃO CONTRATADA

| | | | | | | |
|------------------|-----------------|---------|--------|------|------|--|
| Veículos km | 10 ³ | 2.905 | 802 | 0 | 0 | |
| Lugares km | 10 ³ | 225.614 | 64.971 | 0 | 0 | |
| Veículos hora | 10 ³ | 172 | 47 | 0 | 0 | |
| Taxa de ocupação | % | 18,1% | 14,2% | n.a. | n.a. | |
| Velocidade média | km/h | 16,9 | 16,9 | n.a. | n.a. | |

CARRO ELÉTRICO

| | | | | | | |
|---------------------------|-----------------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Número máximo de veículos | n.º | 4 | 4 | 4 | 4 | 0,0% |
| Veículos km | 10 ³ | 115 | 116 | 111 | 111 | -0,3% |
| Lugares km | 10 ³ | 4.846 | 4.863 | 4.669 | 4.655 | -0,3% |
| Veículos hora | 10 ³ | 16 | 16 | 16 | 15 | -5,1% |
| Taxa de ocupação | % | 12,0% | 12,4% | 14,3% | 16,0% | 1,8 pp |
| Velocidade média | km/h | 7,4 | 7,3 | 7,1 | 7,4 | 5,0% |

Recursos Humanos

| RECURSOS HUMANOS | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|---------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| EFETIVO POR GÉNERO | | | | | | |
| Homens | n.º | 1.173 | 1.144 | 1.092 | 1.089 | -0,3% |
| Mulheres | n.º | 89 | 87 | 81 | 82 | 1,2% |
| Efetivo 31.dez | n.º | 1.262 | 1.231 | 1.173 | 1.171 | -0,2% |
| ESTRUTURA ETÁRIA | | | | | | |
| 18-29 anos | n.º | 12 | 10 | 9 | 10 | 11% |
| 30-49 anos | n.º | 691 | 668 | 629 | 660 | 4,9% |
| > 49 anos | n.º | 559 | 553 | 535 | 501 | -6,4% |
| Efetivo 31.dez | n.º | 1.262 | 1.231 | 1.173 | 1.171 | -0,2% |
| FORMAÇÃO | | | | | | |
| Horas | n.º | 16.743 | 12.022 | 5.920 | 9.424 | 59% |
| Pessoal tripulante | n.º | 14.368 | 8.548 | 3.600 | 8.385 | 133% |
| Formação contínua | n.º | 10.140 | 8.548 | 3.600 | 1.295 | -64% |
| Trabalhadores | n.º | 464 | 402 | 318 | 177 | -44% |
| Pessoal tripulante | n.º | 305 | 237 | 164 | 99 | -40% |
| Formação contínua | n.º | 283 | 237 | 164 | 37 | -77% |

Frota

| FROTA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Autocarro | n.º | 475 | 474 | 474 | 419 | -12% |
| Carro elétrico | n.º | 6 | 6 | 6 | 6 | 0% |
| Frota | n.º | 481 | 480 | 480 | 425 | -11% |

| FROTA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15/14 |
|--------------------|------|------|------|------|------|-------|
| IDADE MÉDIA | | | | | | |
| Autocarro | anos | 10,0 | 11,0 | 12,0 | 12,6 | 0,5 |
| Gasóleo | anos | 10,7 | 11,7 | 12,7 | 12,7 | 0,0 |
| Gás natural | anos | 9,5 | 10,5 | 11,5 | 12,5 | 1,0 |
| Carro elétrico | anos | 74,6 | 75,6 | 76,6 | 77,6 | 1,0 |

| FROTA | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15/14 |
|--------------------------|--|------|-------|------|-------|--------|
| FROTA AUTOCARRO | | | | | | |
| Taxa de imobilização [1] | % | 8,3% | 10,2% | 9,1% | 10,0% | 0,9 pp |
| Taxa de avarias | por 10 ³ Veíc. km totais | 1,13 | 1,17 | 1,22 | 1,22 | 0,1% |

[1] valores retificados 2011 a 2013, inclusive.

Dados Financeiros

| DADOS FINANCEIROS | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 15-14 |
|--|------|------|------|------|------|--------|
| Gastos pessoal [1] / gastos operacionais | % | 39% | 46% | 48% | 43% | -5 pp |
| Receita / gastos com pessoal [1] | % | 171% | 147% | 155% | 147% | -8 pp |
| Taxa de cobertura operacional [2] | % | 86% | 91% | 87% | 69% | -19 pp |

[1] sem indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

[2] rendimentos operacionais / gastos operacionais.

| | UNID | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | % |
|--|-------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|------------|
| Dotações de capital | 10 ³ € | 0 | 0 | 0 | 5.856 | |
| Indemnizações compensatórias | 10 ³ € | 10.211 | 10.211 | 4.717 | 0 | -100% |
| PIDDAC [1] | 10 ³ € | 0 | 0 | 0 | 1.678 | |
| Compensação tarifário social andante [2] | 10 ³ € | 1.244 | 3.073 | 4.852 | 3.644 | -25% |
| Subsídio PAII [3] | 10 ³ € | 517 | 1.621 | 145 | 0 | -100% |
| Esforço financeiro do estado | 10³ € | 11.972 | 14.905 | 9.714 | 11.177 | 15% |

[1] 1,587 milhões de euros para investimento e 90,3 mil euros outros subsídios.

[2] Valores contabilísticos líquidos de IVA.

[3] Programa de apoio integrado a idosos.

10.2. ÍNDICE *GLOBAL REPORTING INICIATIVE* (GRI)

O desempenho de sustentabilidade da STCP e a seleção e definição dos principais indicadores tiveram como linhas orientadoras as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*).

| | | Páginas |
|-----------|--|-----------------|
| 1. | Estratégia e Análise | |
| 1.1. | Declaração do Presidente do Conselho de Administração | 7 e 9 |
| 1.2. | Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade | 21-47 |
| 2. | Perfil Organizacional | |
| 2.1. | Nome da organização | 171 |
| 2.2. | Principais produtos e/ou serviços | 49 |
| 2.3. | Estrutura operacional da organização | 50-55 |
| 2.4. | Localização da sede social da organização | 171 |
| 2.5. | Países em que opera | 49 |
| 2.6. | Tipo e natureza jurídica da propriedade | 49 |
| 2.7. | Mercados abrangidos | 49 |
| 2.8. | Dimensão da organização | 11, 13,157-162 |
| 2.9. | Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura acionista | 13, 42, 50-55 |
| 2.10 | Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório | NR |
| 3. | Parâmetros para o Relatório | |
| 3.1. | Período abrangido pelo relatório | 1, 11, 88 |
| 3.2. | Data do último relatório publicado | ND |
| 3.3. | Ciclo de publicação de relatórios | CAPA, 10-11,88 |
| 3.4. | Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo | 169 |
| 3.5. | Processo para a definição do conteúdo do relatório | 4-5,21 |
| 3.6. | Limite do relatório | 11, 49 |
| 3.7. | Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório | 11, 49 |
| 3.8. | Base de elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações | 104-105,114-115 |
| 3.9. | Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório | 95-139 |
| 3.10. | Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações | 95-139 |

| | | |
|---|--|---------------------|
| 3.11. | Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados | 95-139 |
| 3.12. | Sumário do conteúdo do GRI | 163-169 |
| 3.13. | Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório | 141-154 |
| 4. Governança, Compromissos e Envolvimento | | |
| Governança | | |
| 4.1. | Estrutura de governança da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governança hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização | 50-55, 73 |
| 4.2. | Indicação se o Presidente do Conselho de Administração é membro executivo | 51-52 |
| 4.3. | Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos | 51-52 |
| 4.4. | Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações/orientações ao Conselho de Administração | 54, 72-73 |
| 4.5. | Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores de topo e executivos e o desempenho da organização | 57-63, 72-73 |
| 4.6. | Processos ao dispor do Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse | 68-69, 72-75 |
| 4.7. | Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social | 49-57 |
| 4.8. | Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação | 49-50, 63-64, 72-73 |
| 4.9. | Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios | 20-22, 49-50, 72-75 |
| 4.10. | Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social | 13-47, 63-75, 77-83 |
| Compromissos com iniciativas externas | | |
| 4.11. | Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma | 49-50, 72-73 |
| 4.12. | Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende | 20-47, 49-50, 63-75 |
| 4.13. | Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais | 37 |
| Envolvimento das Partes Interessadas | | |
| 4.14. | Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização | 20-47, 49-53, 68-71 |
| 4.15. | Base para identificação e seleção das Partes Interessadas a serem envolvidas | 49-55 |
| 4.16. | Abordagem utilizada para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas | 20-47, 72-75 |
| 4.17. | Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas | 20-47, 49-55, 72-75 |

| 5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho | | | |
|---|---|--|----------------------------------|
| Indicadores de Desempenho Económico | | | |
| Aspeto: Desempenho Económico | | | |
| EC1 | E | Valor económico direto gerado e distribuído | 77-83, 89-94, 139 |
| EC2 | E | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas | 39-41 |
| EC3 | E | Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização | 21-47, 98 |
| EC4 | E | Apoio financeiro significativo recebido pelo governo | 13, 78-83, 90, 98, 117, 120, 162 |
| Aspeto: Presença no Mercado | | | |
| EC5 | C | Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local | ND |
| EC6 | E | Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais | 68-71 |
| EC7 | E | Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local | ND |
| Aspeto: Impactos Económicos Indiretos | | | |
| EC8 | E | Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou pro bono | 27-31 |
| EC9 | C | Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão | 7-9, 12, 77-85, 126-128 |
| Indicadores de Desempenho Ambiental | | | |
| Aspeto: Materiais | | | |
| EN1 | E | Consumo total de materiais por peso ou volume | 39-41 |
| EN2 | E | Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem | ND |
| Aspeto: Energia | | | |
| EN3 | E | Consumo direto de energia, discriminado por fonte primária | 39-41 |
| EN4 | E | Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária | ND |
| EN5 | C | Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência | 39-41 |
| EN6 | C | Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas | 39-41 |
| EN7 | C | Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e as reduções alcançadas | 39-41 |
| Aspeto: Água | | | |
| EN8 | E | Consumo total de água por fonte | 41 |
| EN9 | C | Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água | 41 |
| EN10 | C | Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada | ND |
| Aspeto: Biodiversidade | | | |
| EN11 | E | Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas | NR |

| | | | |
|---|---|--|------------|
| EN12 | E | Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas | NR |
| EN13 | C | Habitats protegidos ou recuperados | NR |
| EN14 | C | Estratégias e programas atuais e futuros para a gestão dos impactos na biodiversidade | NR |
| EN15 | C | Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção | NR |
| Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos | | | |
| EN16 | E | Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa, por peso | 39-41 |
| EN17 | E | Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso | ND |
| EN18 | C | Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e as reduções alcançadas | 39-41 |
| EN19 | E | Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso | 39-41 |
| EN20 | E | NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso | ND |
| EN21 | E | Descarga total de água por qualidade e destino | ND |
| EN22 | E | Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação | 41 |
| EN23 | E | Número e volume total de derrames significativos | NR |
| EN24 | C | Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente | ND |
| EN25 | C | Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats afetados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial | NR |
| Aspeto: Produtos e Serviços | | | |
| EN26 | E | Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto | 39-41 |
| EN27 | E | Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria | NR |
| Aspeto: Conformidade | | | |
| EN28 | E | Montante envolvido no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais | NR |
| Aspeto: Transporte | | | |
| EN29 | C | Impactos ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal | ND |
| Aspeto: Geral | | | |
| EN30 | C | Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo | ND |
| Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno | | | |
| Aspeto: Emprego | | | |
| LA1 | E | Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região | 42-47, 161 |
| LA2 | E | Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região | 42-47, 161 |
| LA3 | C | Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial | NR |

| Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração | | | |
|--|---|---|--------------|
| LA4 | E | Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva | ND |
| LA5 | E | Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva | ND |
| Aspeto: Segurança e Saúde do Trabalho | | | |
| LA6 | C | Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de saúde ocupacionais | 42-47 |
| LA7 | E | Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região | 42-47 |
| LA8 | E | Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou membros da comunidade, afetados por doenças graves | 42-47 |
| LA9 | C | Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos | ND |
| Aspeto: Formação e Educação | | | |
| LA10 | E | Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções | 46 |
| LA11 | C | Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira | 42-47 |
| LA12 | C | Percentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira | 44 |
| Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades | | | |
| LA13 | E | Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade | 42-43, 51-52 |
| LA14 | E | Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções | 43 |
| Indicadores de Desempenho Social | | | |
| Direitos Humanos | | | |
| Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições | | | |
| HR1 | E | Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos | NR |
| HR2 | E | Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas | ND |
| HR3 | C | Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação | NR |
| Aspeto: Não-Discriminação | | | |
| HR4 | E | Número total de casos de discriminação e ações tomadas | NR |
| Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva | | | |
| HR5 | E | Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação | NR |
| Aspeto: Trabalho Infantil | | | |
| HR6 | E | Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação | NR |

| | | | |
|---|---|--|---------|
| Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo | | | |
| HR7 | E | Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação | NR |
| Aspeto: Práticas de Segurança | | | |
| HR8 | C | Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações | NR |
| Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas | | | |
| HR9 | C | Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas | NR |
| Sociedade | | | |
| Aspeto: Comunidade | | | |
| SO1 | E | Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada | ND |
| Aspeto: Corrupção | | | |
| SO2 | E | Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção | 72-73 |
| SO3 | E | Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização | ND |
| SO4 | E | Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção | ND |
| Aspeto: Políticas Públicas | | | |
| SO5 | E | Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupo de pressão | NR |
| SO6 | C | Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país | NR |
| Aspeto: Concorrência Desleal | | | |
| SO7 | C | Número total de ações judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados | 118-119 |
| Aspeto: Conformidade | | | |
| SO8 | E | Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais | NR |
| Responsabilidade pelo Produto | | | |
| Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente | | | |
| PR1 | E | Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos | ND |
| PR2 | C | Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado | ND |
| Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços | | | |
| PR3 | E | Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos | NR |
| PR4 | C | Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado | NR |

| | | | |
|--|---|---|---------|
| PR5 | C | Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação | 24, 159 |
| Aspeto: Comunicações de Marketing | | | |
| PR6 | E | Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio | NR |
| PR7 | C | Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado | NR |
| Aspeto: Privacidade do Cliente | | | |
| PR8 | C | Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes | NR |
| Aspeto: Conformidade | | | |
| PR9 | E | Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços | NR |

Fonte: GRI (2006) – “G3: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade”

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

NR - Indicador “não relevante” ou “não aplicável”

ND - Indicador “não disponível” ou apenas “disponível parcialmente”

Para mais informações por favor contactar:

Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria
 Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.
 Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º
 4350-158 Porto
 e-mail: geral@stcp.pt



STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.
Av. Fernão Magalhães 1862, 13º | 4350-158 Porto
Tel +351 225 071 000 | Fax: +351 225 071 150
e-mail geral@stcp.pt | www.stcp.pt

Capital Social
EUR 85.505.125,00

NIPC
500 246 467

Conservatória do Registo Comercial do Porto - 2ª secção

Edição e Propriedade
STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Design
SKA, Brand Development

Impressão
Lidergraf Artes Gráficas, SA

Exemplares
100

Ano de Edição
2016

